



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
– PROFIAP

Daniel Freitas Silva

FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ/CE

Mossoró/RN

2019

DANIEL FREITAS SILVA

**FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ/CE**

Dissertação de mestrado (TCF) apresentado ao programa de mestrado profissional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral.

Mossoró/RN

2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S586f SILVA, DANIEL FREITAS.
FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ/CE / DANIEL FREITAS
SILVA. - 2019.
145 f. : il.

Orientador: RAFAEL LAMERA GIESTA CABRAL.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Mestrado Profissional em Administração Pública,
2019.

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2. PARTICIPAÇÃO
SOCIAL. 3. FÓRUM PARTICIPATIVO. 4. CONTROLE
SOCIAL. I. CABRAL, RAFAEL LAMERA GIESTA, orient.
II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

DANIEL FREITAS SILVA

**FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ/CE**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral – Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva – Membro Interno
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

Prof. Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu – Membro Externo
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Mossoró/RN, 25 de março de 2019

Para Fátima e Rafaela, as mulheres da minha
vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, creio que devemos agradecer sempre a DEUS, por nos dar a saúde e discernimento necessário para realizar o presente trabalho e por ter colocado pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria alcançado meus objetivos!

A meu pai, José Almir, por sempre acreditar na minha capacidade e me dar todo suporte familiar necessário para enfrentar esta batalha.

A minha querida esposa, Rafaela, obrigado pelo amor incondicional! Você é a energia que move meus sonhos. Sempre a meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Devido a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigado por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Ao Professor Rafael Cabral, meu mais sincero agradecimento. Ele acreditou em meu potencial de uma forma que eu não acreditava ser capaz de corresponder. Sempre disponível e disposto a ajudar, sem dúvida, o potencial deste trabalho cresceu exponencialmente devido a sua capacidade, que me motivou a ser o melhor de mim para alcançar os objetivos traçados. Espero que o resultado da presente pesquisa tenha chegado a altura de suas competências.

Aos Professores Ângelo Silva e Washington Nozu, pela disponibilidade e ponderamentos que enriqueceram ainda mais o trabalho, obrigado por terem aceitado o convite e contribuído para o sucesso desta obra.

Por fim, reservei o agradecimento mais especial a “mainha”. Ela foi minha maior motivadora a dar início ao mestrado. Infelizmente não pôde acompanhar minha jornada, mas sentia sua presença a cada aula. A cada vez que pensava em desistir, era nela que pensava e por ela levanta a cabeça e continuava. Sem dúvida, ela não criou um filho para abandonar seus ideais. Ela me fez guerreiro, entusiasta, sonhador e assim sempre serei em nome de sua memória. Obrigado mãe, sei que você está feliz por mais essa vitória, te amo!

RESUMO

O fomento à participação social é uma das premissas da Constituição Federal (1988) e os fóruns participativos são uma importante ferramenta que viabiliza o controle social. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta estudo de caso sobre o Fórum Comunitário Participativo – FCP implantado no município de Icapuí-CE, com o intuito de verificar até que ponto o FCP promove de fato a democratização e possibilita a participação da população de Icapuí/CE na tomada de decisão da administração pública municipal. Adota-se como procedimento de coleta de dados o estudo de caso, classificado quanto ao objetivo como exploratório e quanto à abordagem como qualitativa, sendo utilizados como técnicas a revisão bibliográfica, a observação participante e a aplicação de questionários. Pretendeu-se com este trabalho verificar a implantação do FCP e seu processo de institucionalização com o intuito de buscar quais ações são necessárias para potencializá-lo como uma política de estado. Foi constatado que o FCP é tido como uma experiência positiva para seus participantes, mas que necessita ser aprimorado, principalmente quanto a sua metodologia de acompanhamento de demandas, prestação de contas, tempo de deliberações e periodicidade. Nesse sentido, propõe-se a produção de regimento interno que regulamente a funcionalidade do Fórum, fundamentado na metodologia da “reunião em espaço aberto” e a sua normatização legal mediante projeto de lei, tornando-o em política pública de estado que vincule o atual e próximos gestores.

Palavras-chave: administração pública; participação social; fórum participativo; controle social.

ABSTRACT

The promotion of social participation is one of the premises of the Federal Constitution (1988) and participatory forums are an important tool that enables social control. In this sense, the present paper presents a case study about the Participative Community Forum - FCP implemented in the city of Icapuí-CE, in order to verify to what extent the FCP actually promotes democratization and enables the participation of the population of Icapuí / CE in the decision making process of the municipal public administration. The case study was adopted as a method, classified as exploratory and qualitative approaches, using bibliographic review, participant observation and the application of questionnaires as techniques. The aim of this work was to verify the implementation of the FCP and its institutionalization process in order to find out what actions are necessary to strengthen it as a state policy. It was found that the FCP is considered as a positive experience for its participants, but that it needs to be improved, mainly as regards its methodology of follow-up of demands, accountability, time of deliberations and periodicity. In this sense, it is proposed the production of internal regulations that regulate the functionality of the Forum, based on the methodology of "meeting in open space" and its legal standardization through a bill, making it a public policy of state that links the current and next managers.

Keywords: public administration; social participation; participative forum; social control.

Lista de Imagens

Imagem 1. Realização de plenária regional do plano plurianual (2018-2021) - p. 20;

Imagem 2. Realização do I Encontro do Fórum Comunitário Participativo (setembro/2017) – p. 40;

Imagem 3. Realização do I Encontro do Fórum Comunitário Participativo (setembro/2017) – p. 40;

Imagem 4. Apresentação do Fórum Comunitário Participativo às comunidades (dezembro/2017) – p. 41.

Imagem 5. II Fórum Comunitário Participativo – comunidade de Redonda (fevereiro/2018) – p. 42.

Imagem 6. III Fórum Comunitário Participativo – Comunidade do Centro (agosto/2018) – p. 46.

Lista de Quadros

Quadro 1. Realização de plenária regional do plano plurianual (2018-2021) - p. 09;

Quadro 2. Realização do I Encontro do Fórum Comunitário Participativo (setembro/2017) – p. 13;

Quadro 3. Propostas dos Representantes Comunitários de Projetos para Inserção na LOA – p. 48;

Quadro 4. Modelo de quadro de controle das demandas – p. 72.

Lista de Siglas

ACICA	Associação Cultural Icapuiense
AEUA	Associação dos Estudantes Universitários Aracatienses
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CE	Ceará
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
EEF	Escola de Ensino Fundamental
FCP	Fórum Comunitário Participativo
FOP	Fórum do Orçamento Participativo
IMFLA	Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONG	Organização Não Governamental
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPA	Plano Plurianual
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RN	Rio Grande do Norte
SAAE	Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto
SEDEMA	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca
SEGOV	Secretaria de Governo
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UNEP	União Estudantil Praiana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Fórum Comunitário Participativo de Icapuí/CE.....	16
1.2 Origens Históricas da Participação Popular no Município de Icapuí/CE.....	21
1.3 Percurso Metodológico.....	30
2 DAS ORIGENS DAS PREMISSAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	35
2.1 Os mecanismos de participação social	35
2.2 Indivíduo e participação popular	38
2.3 Descentralização e a consolidação em torno das políticas públicas locais.....	40
3 CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
4 ESTUDO DO FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO	48
4.1 Detalhamento Descritivo Preliminar do Fórum Comunitário Participativo.....	48
4.2 Aplicação da Observação Participante: Análise Descritiva da Construção do Fórum Comunitário Participativo	53
4.3 Aplicação dos Questionários	65
4.3.1 CONTEXTO DA INFLUÊNCIA.....	67
4.3.2 CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO TEXTO.....	74
4.3.3 CONTEXTO DA PRÁTICA	79
4.3.4 CONTEXTO DOS RESULTADOS/EFEITOS	87
4.3.5 CONTEXTO DA ESTRATÉGIA POLÍTICA.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS	95
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A	111
APÊNDICE B.....	116
APÊNDICE C	120
APÊNDICE D	122
APÊNDICE E.....	129
APÊNDICE F.....	139
APÊNDICE G	141

ANEXO A.....	144
---------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

O fomento à participação social é uma das premissas da Constituição Federal (1988) na seara da cidadania, mediante a viabilização dos processos participativos e democráticos, que possibilitam o aumento da *accountability* e, especificamente, o controle social da população sobre os atos da administração pública.

Destacam-se entre os meios de participação social, criados após a Constituição Federal (1988), a formação dos Orçamentos Participativos (AVRITZER; NAVARRO, 2003); a criação dos Conselhos Gestores, principalmente na área da educação (GOHN, 2011), assistência social (CUNHA, 2010) e da saúde (GIOVANELLA, et al, 2012); e dos fóruns participativos (CORTÊS; GUGLIANO, 2010).

Em consonância com os objetivos da Constituição Federal, o município de Icapuí/CE implantou no ano de 2017 uma experiência próxima a uma política pública, denominada Fórum Comunitário Participativo (FCP), que tem como objetivo geral possibilitar o diálogo permanente entre o governo e a sociedade, funcionando como um espaço orgânico de discussões e tomadas de decisões, consolidando assim o firme propósito de se construir uma gestão participativa e democrática junto a soluções dos problemas e a transparência da coisa pública.

O movimento da redemocratização exige cada vez mais a ampliação dos espaços para que o cidadão possa tomar parte das decisões municipais, como o ora relatado. Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se pela sua importância no aprofundamento dos estudos sobre políticas públicas locais de participação e controle social, tema cada vez mais em voga no cenário nacional, tendo em vista a crescente desconfiança da população em seus governantes; e também em âmbito local, uma vez que o FCP tem sido uma importante ferramenta à disposição da população, mas que precisa ser acompanhada e aprimorada para não ser desvirtuada e/ou venha a perder sua eficácia. Nesse sentido, o presente estudo apresenta-se também como uma importante referência de pesquisa sobre experiências de políticas públicas locais.

Nesse sentido, tendo em vista a importância teórica e prática do sistema participativo supra descrito e o necessário aprofundamento na análise do tema, o presente trabalho apresenta estudo de caso sobre o FCP implantado no município de Icapuí-CE.

O objetivo desta dissertação é verificar até que ponto o FCP promove de fato a democratização e possibilita a participação da população de Icapuí/CE na tomada de decisão da administração pública municipal.

Para alcançar o seu objetivo central, será realizada uma série de etapas de estudos empíricos, através da técnica da observação participante, conforme descrição metodológica posteriormente apresentada em sessão específica, com o intuito de perquirir os seguintes resultados:

- a) Identificar se há aspectos sociológicos e históricos que propiciaram a formação do FCP;
- b) Compreender como o FCP funciona;
- c) Verificar se o funcionamento atende as necessidades de participação da população nas esferas de tomada de decisão do poder público municipal;
- d) Analisar se os atores do FCP realmente possuem a capacidade e liberdade necessária para a tomada de decisões;
- e) Observar a publicidade e transparência das deliberações, e;
- f) Examinar se as decisões tomadas estão sendo efetivadas pelo poder público.

Inicialmente, é realizada a contextualização do FCP de Icapuí/CE, com a apresentação de sua origem, suas principais características e aspectos, além da descrição de todas as atividades já realizadas e dos resultados já obtidos.

Posteriormente, é realizado estudo sobre os fundamentos teóricos das políticas públicas, com o intuito de apresentar base técnica que possibilite ser alcançando o objetivo geral, no sentido de verificar a implantação do FCP e seu processo de institucionalização, de forma que possa ser concluído se este pode ser considerado uma política pública e, em caso negativo, quais ações são necessárias para potencializa-lo como uma política municipal.

Vencido o questionamento supradescrito, passa-se a apresentar uma delineação teórica e histórica sobre a evolução dos mecanismos de participação social a partir da Constituição Federal, com o objetivo de contextualizar a criação do FCP no cenário nacional atual e embassar discussão se o Fórum pode ser uma ferramenta que personifique essa premissa constitucional de participação e controle social aplicada em pequenas cidades.

A partir de todas as proposições teóricas apresentadas, será aplicada a pesquisa empírica no FCP com o intuito de verificar se os objetivos supra descritos foram alcançados.

Destaca-se, que o FCP tem enorme potencial de se tornar um grande núcleo de auxílio à formação da agenda e implementação de inúmeras políticas públicas no ente federativo em que funcionar de forma efetiva, o que justifica por si só a importância no aprofundamento do presente estudo.

1.1 Fórum Comunitário Participativo de Icapuí/CE

Nesta seção será realizada a contextualização do objeto do presente estudo, que é o FCP de Icapuí/CE, mediante a utilização de pesquisa empírica com o objetivo de apresentar sua origem, suas principais características e aspectos e sua atual realidade, além de expor breve histórico do município de Icapuí/CE.

O município de Icapuí/CE está situado no litoral leste do Ceará, na mesoregião do Jaguaribe, a uma distância de 202km (duzentos e dois quilômetros) da capital Fortaleza, fazendo divisa com o Estado do Rio Grande Norte. Possui uma área total de 423 km² (quatrocentos e vinte e três quilômetros quadrados) e uma população de 19.554 (dezenove mil e quinhentos e cinquenta e quatro habitantes) (ICAPUÍ, 2018).

Icapuí/CE nasceu do desmembramento de sua cidade mãe: Aracati-CE, do qual era distrito. Anteriormente era conhecido como Praias (daí os moradores serem chamados de praianos), e posteriormente Caiçara (criado pelo decreto-lei estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938). Apenas com o decreto-lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 mudou o nome para o atual Icapuí/CE, possivelmente gerada da corruptela da palavra em Tupi igara-puí, que significa coisa ligeira ou canoa veloz. Todavia, o município só foi criado pela Lei n.º 11.003, de 15 de janeiro de 1985, com a instalação em 1º de janeiro de 1986 (SILVA, 1998).

Em janeiro de 2017, tomou posse como Prefeito Municipal, o Sr. Lacerda Filho (MDB) para a gestão do município entre os anos de 2017 a 2020.

O atual gestor municipal implantou no município uma ação governamental em que prioriza a retomada da participação cidadã em Icapuí/CE, característica marcante da população do município em outrora, conforme será aprofundado na Seção 1.2.

Nesse sentido, a Secretaria de Governo do município priorizou inicialmente como agenda de políticas públicas na área de participação social, para o início da gestão, o fomento à participação popular na formulação do Plano Diretor Participativo e na elaboração do Plano Plurianual.

O Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, previsto pela Constituição Federal (1988) e regulamentado pela Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que deve definir os parâmetros de uso e ocupação do território, visando a seu ordenamento e é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas (BRASIL, 2001).

Apesar do município de Icapuí/CE não estar inserido em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade de implementação do plano diretor previstos pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Cidade, o Prefeito Municipal entendeu que tal instrumento seria de fundamental importância para a organização e planejamento do município, sendo a autorização para realizá-lo uma de suas primeiras ações de governo.

No intuito de conseguir ser um documento que espelhe a realidade, as demandas e as necessidades da população e do município, a formulação do Plano Diretor do município se deu de forma participativa, mediante a realização de plenárias comunitárias.

Assim, para que este levantamento fosse o mais fidedigno possível, foram realizadas 36 (trinta e seis) plenárias, uma por comunidade do município, além de plenárias focadas em setores da comunidade, como exemplo: os jovens e entidades culturais e esportivas, com o intuito de fazer o levantamento das necessidades locais específicas de forma direta e participativa (ICAPUÍ, 2017).

Estas plenárias conseguiram atingir um público de mais de 1.200 (mil e duzentas) pessoas, o que representa cerca de 7% (sete por cento) da população do município de Icapuí/CE. Dentro deste público, 663 foram mulheres, representado 55% dos participantes e um público de 542 de homens que significou 45% da participação. Somada a esta participação houve uma significativa presença da gestão e do legislativo nas discussões (ICAPUÍ, 2017).

Imagem 1. Realização de plenária regional do plano plurianual (2018-2021).



Fonte: ICAPUÍ, 2017 (acervo próprio da Assessoria da Comunicação da SEGOV).

As informações obtidas nas plenárias realizadas também serviram de embasamento para a criação do plano plurianual, que se trata de lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988)

Como desdobramento desse processo foi criado o FCP, composto por 72 (setenta e dois) membros das 36 comunidades de Icapuí/CE para se garantir a continuidade das discussões e resoluções junto às propostas elaboradas pela população.

A criação do FCP se deu de maneira informal, mediante decisão da cúpula da administração pública municipal, entre eles, o Prefeito Municipal, a Secretária de Governo e a Coordenadora de Relações com a Comunidade, para posteriormente ser redigido breve projeto (anexo A) de como funcionaria os encontros do Fórum e, logo após, a Secretaria de Governo já deu início aos encontros sem prévia regulamentação ou legislação.

A partir da experiência realizada, o governo municipal resolveu priorizar em suas práticas e atuações estratégicas o referido Fórum, garantindo assim, um canal de fala, de discussões, de proposições junto às decisões da coisa pública, incentivando o despertar

da participação social, bem como, da prestação de contas à sociedade, da devolutiva de informações e ações realizadas por parte do poder público.

A ideia preliminar do FCP é que, através de princípios de gestão compartilhada realizado junto ao cerne comunitário por meio de um processo que se reinventa através da mobilização, participação e discussão entre poder público e comunidade, consiga gerar novos encaminhamentos de práticas que resultarão na melhoria da qualidade de vida da população (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

O objetivo geral do FCP é possibilitar o diálogo permanente entre o governo e a sociedade, sendo um espaço orgânico de discussões e tomadas de decisões, consolidando assim o firme propósito de se construir uma gestão participativa e democrática junto a soluções dos problemas e a transparência da coisa pública (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

Podem ser citados como objetivos específicos do FCP o monitoramento das políticas públicas junto às execuções de ações e atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais; o desenvolvimento de processos de formações junto aos membros do Fórum numa perspectiva de trabalhar a cidadania ativa nos territórios locais; o fortalecimento e a formação de novos líderes comunitários; a realização de encontros regionais com os membros do Fórum para discutir temáticas específicas envolvendo as Secretarias municipais nas resoluções de problemas e demandas; tornar o Fórum um canal de diálogo permanente entre o poder público e a sociedade; trabalhar no processo de condução como um diferencial pautado na pedagogia da alternância, esta que enfocará a interação entre os membros do Fórum e seu cotidiano (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

O FCP efetiva-se através de encontros entre o Prefeito Municipal, Secretários Municipais, Presidentes e Diretores das Autarquias Municipais e 72 (setenta e dois) líderes comunitários, além da população que tem livre acesso para acompanhar o Fórum, todavia, sem direito a voto.

Durante o Fórum ocorrem discussões sobre as mais diversas políticas públicas, ações governamentais, serviços públicos locais, demandas comunitárias e de classes, com objetivo de construir consensos entre a gestão pública municipal e a população, devendo tais conclusões serem transformadas em metas e estipulados prazos e ações, que são

acompanhadas através de prestação de contas dos atos nas assembleias posteriores (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

A ideia é que o Fórum seja realizado sempre em comunidades diversas, para maior interação e acompanhamento de toda a população do município e que seja dividido em cinco momentos: 1º. Informações das autarquias, Secretarias Municipais e Prefeito Municipal; 2º. prestação de contas dos atos da gestão referentes às metas, prazos e ações de assembleias anteriores; 3º. deliberações sobre programas e/ou projetos específicos; 4º. plenária aberta para apresentação de propostas, perguntas, reclamações, denúncias, destaques de ações bem sucedidas, questionamentos diversos; 5º. Estipulação das novas metas, prazos e ações referentes as novas demandas (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

Os Vereadores Municipais também são convidados para participarem do encontro, uma vez que também são legítimos representantes da população, sendo aberto espaço a estes durante o quarto momento do Fórum (conforme especificado acima), todavia, sem direito a voto.

A escolha dos 72 (setenta e dois) participantes do FCP com direito a voto, uma vez que qualquer cidadão pode participar do Fórum, mas sem direito a voto, se deu por votação ocorrida durante as 36 (trinta e seis) plenárias que discutiram o plano diretor, sendo escolhidos democraticamente dois representantes de cada comunidade, de forma que todas sejam ouvidas igualmente (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

As assembleias do FCP estão previstas para ocorrer bimestralmente em calendário formulado pela Secretaria de Governo do município, todavia, este não está sendo cumprindo integralmente, sendo realizadas, normalmente, semestralmente.

É necessário destacar que o FCP ainda não possui regulamento, regimento interno ou qualquer outro tipo de norma que o regularize, o que ocasiona, ainda, diversas dúvidas no seu funcionamento.

O primeiro grande entrave que pode ser destacado é o tempo de mandato dos Representantes Comunitários escolhidos. Como não há regimento interno, ainda não foi convencionado por quanto tempo os representantes escolhidos poderão representar a comunidade e quais serão as formas de mudança e de eleição dos futuros representantes comunitários.

Salienta-se, ainda, que não foram escolhidos suplentes, o que pode acarretar a falta de representatividade de comunidades, caso algum dos seus representantes eleitos não possa comparecer a determinada assembleia, uma vez que não há norma prevendo a escolha de seus substitutos, seja ele temporariamente ou pelo resto do suposto mandato.

Outra situação problemática influenciada pela falta de normatização, é o procedimento operacional das assembleias, apesar de existir uma ideia de atos existentes no Fórum, não existe um regramento detalhado para sua realização, nesse sentido, os atos procedimentais podem mudar circunstancialmente entre uma e outra assembleia, o que pode gerar dificuldade de assimilação dos Representantes Comunitários e dos demais cidadãos que estejam participando.

Na próxima seção, apresenta-se uma descrição do objeto de pesquisa e como ele pode ser problematizado a partir da história de Icapuí/CE.

1.2 Origens Históricas da Participação Popular no Município de Icapuí/CE

Durante a realização do presente trabalho, foram repetidos os momentos em que foi afirmado que a população do município de Icapuí/CE é caracterizada pela sua forte participação social. Sendo esse, inclusive, um dos motivos que deram origem ao FCP.

Tendo em vista este importante fator para entender a gênese do objeto do presente trabalho, passa-se a analisar as origens históricas da participação social no município de Icapuí/CE.

Para Freitas Filho (2003), as origens dos sistemas participativos icapuienses remontam à década de 1940, notadamente, a partir de 31 de março de 1945, data em que o padre Marcondes de Matos Cavalcante começou sua congregação no distrito de Icapuí/CE.

Um dos trabalhos realizados pelo Padre Marcondes de Matos Cavalcante foi a restauração da Conferência de Nossa Senhora do Rosário, que era uma assembleia de caráter social e religioso, que tinha como objetivo a discussão de problemas pertinentes em nível paroquial e comunitário. Era um espaço fundamental para a boa organização e fortalecimento dos paroquianos, que passavam a ganhar espaço para compartilharem suas ideias, dificuldades e força decisória diante das questões suscitadas. A Conferência

também possuía coleta de valores para sua auto-sustentação, além de contribuir com bolsas de renda existentes na Paróquia (FREITAS FILHO, 2003).

Freitas Filho destaca, ainda, a exclusão das mulheres das organizações católicas, senão vejamos:

A ausência das mulheres nestas organizações de base social movidas pela Igreja era patente. Embora houvesse associações cristãs próprias do feminino na Icapuí dos anos 40, suas ações estavam coercitivamente restritas ao campo das atividades espirituais, voltadas simplesmente para as rotineiras atividades do culto, sem maior inserção nos movimentos de cunho sociais da comunidade. Somente com um maior despertar da luta política pela emancipação do Distrito, a partir de 1970, as mulheres passam, efetivamente, a congregar importante setor de mobilização na sociedade local, revelando verdadeiras baluartes no exercício da cidadania (FREITAS FILHO, 2003, p. 244).

Para José Airton Cirilo, primeiro Prefeito do Município de Icapuí-CE, a origem dos movimentos participativos no município de Icapuí-CE se deu a partir da retomada do movimento estudantil no final da década de 1970, que representou importante referencial histórico no processo de democratização do país. Tal contexto nacional fez surgir em todo o Brasil lideranças que combatiam a opressão da ditadura e das oligarquias locais, entre estes, o movimento estudantil teve fundamental importância na vida política do País. No âmbito local, tal cenário estimulou a realização das Semanas Universitárias de Aracati-CE, promovidas pela Associação dos Estudantes Universitários Aracatienses – AEUA (SILVA, 1998).

Na década de 1970, o distrito de Icapuí/CE vivia sem nenhuma condição básica de sobrevivência e muito menos de cidadania. A falta de assistência médica ocasionava a morte prematura de muitas mulheres e crianças. Nessa época também ainda não existiam escolas no distrito, mas apenas algumas pessoas que ensinavam em suas próprias casas a cartilha do ABC. A população não possuía nenhum tipo de estrutura de saneamento básico e de conhecimento de higiene e de alimentação. Ou seja, era um distrito totalmente desassistido pela administração aracatiense (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004).

Nesse contexto, com a chegada do padre Diomedes de Carvalho, em 1975, começam a ser criados grupos nas comunidades e ali as pessoas se encontravam para fazer suas orações e aproveitavam o momento para se discutir a realidade local, lutando por melhores condições de vida (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004).

Deve aqui ser pontuado, que o padre Diomedes de Carvalho é pregador da teologia da libertação, corrente teológica cristã nascida na América Latina que discursa sobre Deus

a partir da ótica de um processo excludente e a partir da realidade concreta dos excluídos. Foi a partir desta ótica de cuidado e atenção aos excluídos que foram fomentadas as reuniões comunitárias (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004).

As partir destas reuniões, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que eram grupos de pessoas que residiam na mesma localidade (comunidade, bairro, povoado) que se organizavam para se encontrar em reuniões, com o objetivo de refletir e transformar a realidade de acordo com suas motivações religiosas e que, em Icapuí/CE, foi responsável por organizar um trabalho nas comunidades, visando melhorias básicas para todos (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004).

Silva, Viana e Rebouças descrevem como eram realizadas as reuniões:

As pessoas se reuniam em grupo e formavam mutirão para construir espaços que eram usados para reuniões, celebração, alfabetização, atendimento dos primeiros socorros, capacitação. Na mesma dinâmica de mutirão também foram feitas hortas comunitárias, bodegas comunitárias, farmácias comunitárias, limpeza das praias, poços e cacimbões comunitários, estradas de acesso as comunidades que praticamente inexistiam. Foram capacitadas pessoas das próprias comunidades para prestarem serviços básicos de saúde, como as parteiras, as agentes de saúde. Não havia estradas de acesso as cidades próximas, o transporte utilizado era cavalo, depois de algum tempo foi que se colocou um ônibus que levava em média 4 horas de viagem até Aracati (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004, p. 10) (sic).

No âmbito dessas reuniões com a comunidade, começaram a ser realizadas denúncias dos problemas sociais e o povo começou a despertar para uma visão crítica, uma consciência política, o que fez populares começarem a se destacar como lideranças e a despertar o sonho da emancipação (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004).

Em 1980 foi criada a União Estudantil Praiana – UNEP, e posteriormente a Associação Cultural Icapuiense – ACICA, que se tratava de um grupo de jovens comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população icapuiense. A estes se juntaram lideranças e moradores do então distrito de Icapuí/CE e se deu início a retomada da luta pela emancipação (SILVA, 1998).

Deve ser salientado, ainda, que quando os líderes políticos que estudavam em Fortaleza/CE tentaram mais uma vez iniciar a luta pela emancipação de Icapuí/CE no início dos anos 1980, encontraram nas CEBs um fortalecimento, uma organização e conscientização da necessidade de retomar essa luta (SILVA; VIANA; REBOUÇAS, 2004).

Destaca-se que o movimento pela emancipação do distrito de Icapuí/CE se iniciou em 1938, sendo retomado com mais força a partir de 1956, quando em um movimento liderado pelo pároco e lideranças locais conseguiram a aprovação da Lei Estadual nº. 4.461, de 15 de janeiro de 1959, que transformava o distrito de Icapuí/CE em cidade. Vale esclarecer que esta lei havia sido aprovada em 1958, mas por manobras políticas das oligarquias locais, a lei só foi publicada nos primeiros dias de 1959, fato que transferiu a realização das eleições de 1962 para 1966. Com o golpe militar de 1964, a oligarquia dos Costa Lima ganhou força, conseguindo aprovar uma lei estadual que cancelou os efeitos da Lei nº. 4.461/59 (SILVA, 2002).

Como fruto da retomada da luta pela emancipação, liderada especialmente por jovens estudantes do município, em 13 de maio de 1982 foi protocolada na Assembleia Legislativa do Ceará solicitação de realização de plebiscito para a criação do município, todavia, sem êxito, por interferência do deputado estadual de Aracati/CE, Abelardo Gurgel Costa Lima Filho (ARENA), que se utilizava do seu prestígio para inviabilizar a aprovação da consulta popular (SILVA, 1998).

Em 30 de novembro de 1983 foi protocolado novo abaixo-assinado, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa ainda naquele mesmo ano, sendo o plebiscito marcado pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE para 22 de janeiro de 1984 (data utilizada até hoje como marco do aniversário da cidade) (SILVA, 1998).

A vitória na Assembleia Legislativa não significou trajetória fácil para emancipação. O Prefeito de Aracati/CE, Abelardo Gurgel Costa Lima Filho, assumiu a campanha do NÃO com um discurso que questionava a capacidade do distrito de Icapuí/CE se transformar em cidade, informando que o movimento da emancipação se tratava de “ vaidade da oposição ” e que caso Icapuí/CE viesse a se transformar em município, a população iria começar a pagar pesados impostos, que impediriam a população até de criar galinhas ou de vender seus peixes (SILVA, 1998).

Para conquistar a simpatia da população, o Prefeito de Aracati/CE deslocou estrategicamente todo o seu gabinete, com o aparato administrativo e gerencial da prefeitura de Aracati/CE, para o distrito de Ibicuitaba (distrito que faria parte do município de Icapuí/CE), local que contabilizava considerável contingente de moradores contrários à emancipação de um novo município, com sede em Icapuí/CE (SILVA, 1998).

Até os dias atuais, os moradores do distrito de Ibicuitaba, principalmente os de idade mais avançada, possuem uma certa rivalidade com os moradores do agora centro do município, pois acreditam que Ibicuitaba seria pelo contexto histórico e estrutural o local natural para ser a sede do município.

Com todo o aparato administrativo instalado na região, a Prefeitura de Aracati/CE começou a realizar incontáveis obras em todas as comunidades, entre elas, foram construídas 08 (oito) novas escolas. Durante a inauguração da escola de Mutamba (hoje denominada EEF Raimunda Lacerda), o Sr. Abelardo Gurgel Costa Lima (pai do Prefeito de Aracati/CE) realizou discurso que marcou a campanha pela emancipação, em tom emocionado comparou Aracati/CE a uma mãe e Icapuí/CE a um filho querido, muito estimado, para logo em seguida questionar qual mãe não choraria por um filho seu que deseja se desgarrar? Por fim, com o intuito de criar intrigas entre as comunidades, o Sr. Abelardo comparou a sede de Icapuí/CE como uma Hidra (serpente fabulosa com grande cabeça), cujo único propósito era crescer e sugar as riquezas das demais comunidades (SILVA, 1998).

Em data de 22 de janeiro de 1984 o plebiscito ocorreu em clima de verdadeira guerra e muito nervosismo. Por uma diferença de 339 votos, o povo deu o SIM à emancipação. Foram 1234 votos pelo sim, 841 votos pelo não, 15 votos em branco e 15 votos nulos, totalizando 2105 votos. (SILVA, 1998).

Em 15 de janeiro de 1985, a Lei Estadual n.º 11.003 foi publicada, tornando, enfim, Icapuí/CE definitivamente um dos novos municípios do Estado do Ceará (SILVA, 1998).

Para Lima, o processo de participação popular no município se fortaleceu após a sua emancipação política, processo que ampliou a participação e a luta do povo por uma grande causa em que envolveu um significativo número de icapuienses contra a oligarquia que sofrera pelo então município de Aracati/CE, cidade mãe de Icapuí/CE (LIMA, 2012).

Após a emancipação e a realização das eleições municipais, a primeira gestão também teve importante influência na continuidade dos movimentos de participação popular.

Silva, Viana e Rebouças (2004, p. 11) destacam que “as pessoas que participaram da primeira administração foram todas pessoas vindas das comunidades eclesiais de base, por causa de toda capacitação e formação recebida pela Igreja”.

A primeira equipe de gestão administrativa de Icapuí/CE admitiu como tarefa a criação, apoio e incentivo a canais de comunicação entre a população e a Prefeitura, com o intuito de efetivar uma administração participativa. Acreditavam que era papel de uma gestão democrática viabilizar aos setores populares a criação de mecanismos institucionais que permitissem o gerenciamento coletivo do poder público, de modo a exercer real controle social do aparelho do Estado (SILVA, 2002).

José Airton Cirilo acredita que os principais obstáculos enfrentados para a efetivação da participação popular foi a cultura tutelada, a apatia e o cetismo, frutos históricos da dominação das elites, que submetiam as localidades a um tratamento paternalista (SILVA, 2002).

A participação popular se dava através de constantes reuniões nas comunidades, momento em que eram incentivadas e apoiadas à organização comunitária. Antes de realizar qualquer obra, eram realizadas assembleias populares, para discutir as prioridades das comunidades e do Município (SILVA, 2002).

Em meados de 1986, em sua primeira gestão, o município de Icapuí/CE já possuía traços marcantes, embrionários, do que anos após se transformaria no Orçamento Participativo, e, na atualidade, no FCP.

José Airton apresenta interessante comparação sobre as características do município de Icapuí/CE:

Assim, como na Pólis grega, em que o povo e o Estado fundia-se, formando uma unidade espiritual, onde o cosmo era um sistema consciente e coerente. Em Icapuí, o Município é o grande organizador do tesouro espiritual do povo, no seu sistema objetivam-se relações de um ideal absoluto. A consciência viva e ativa da comunidade confere aos seus juízos sobre as novas relações, valores e forças, em que cintilam uma irradiação com uma indiscutível importância jamais alcançada antes. (SILVA, 2002, p. 86).

Ainda para José Airton, “no processo de emancipação do município os discursos já anunciavam a prática da participação da população em Icapuí como sendo uma característica do povo na ‘luta’ pelos seus direitos” (SILVA, 2002, p. 90).

Para Dedé Teixeira, segundo Prefeito do Município de Icapuí/CE, “o processo participativo é característico de Icapuí, tendo um grupo de jovens universitários comprometidos com a melhoria da qualidade de vida, assumindo com os moradores de Icapuí a luta por sua emancipação política” (ALMEIDA, 1993, p. 140).

A partir de 1989, a Prefeitura Municipal de Icapuí/CE com o intuito de consolidar a transparência da gestão pública municipal inovou o processo de prestar contas com a população, mensalmente era publicado na parede da Casa do Prefeito os demonstrativos de despesas e receitas do município, verdadeiro precursor do atual Portal da Transparência, amplamente utilizado (LIMA, 2012).

Em 1997, em parceria com a ONG Cearah Periferia (Centro de Estudos, Articulações e Referência sobre Assentamentos Humanos), realizou-se em Icapuí/CE o “Seminário de capacitação em Orçamento Público e Participativo - Norte e Nordeste”, que capacitou os líderes locais para implantar de forma organizada e sistemática o Orçamento Participativo de Icapuí com o slogan "ÔPA! Participar é decidir!" (LIMA, 2012).

O Orçamento Participativo em Icapuí/CE foi uma experiência importante para o aprimoramento da participação popular e da consciência crítica dos setores organizados do município, servindo muito mais do que decisão dos gastos públicos, como processo educativo e de participação, construindo coletivamente o exercício da cidadania. Assim, foi permitido à população a construção de um processo popular, em que o cidadão passa a ser protagonista da história, pela qual ele sente-se no dever de assumir conjuntamente poder e responsabilidades, antes delegadas somente aos gestores (LIMA, 2012).

A metodologia do Orçamento Participativo do município de Icapuí/CE também teve suas peculiaridades. Devido sua extensão geográfica, o município era dividido em 07 regiões, e a coordenação da administração pública municipal construía um calendário de reuniões com as 34 comunidades que existiam no município, eram as chamadas plenárias comunitárias, que tinham sempre a participação dos secretários, alguns Vereadores e do Prefeito (LIMA, 2012).

O objetivo das plenárias comunitárias era discutir as demandas e prioridades da comunidade, que eram transformadas em relatórios e encaminhadas ao orçamento do município. Assim como também nelas eram escolhidos delegados comunitários para representar a comunidade (LIMA, 2012).

Posteriormente às plenárias comunitárias, ocorria a plenária regional, que era formada pelos delegados indicados nas plenárias comunitárias. Nela eram apresentadas as demandas levantadas pelas comunidades da região, seus custos e a proposta da prefeitura municipal, dentro das possibilidades financeiras do município. Era ainda

realizada a apresentação dos critérios de distribuição de recursos entre as regiões, que eram divididos em dois tipos: a) critério da população: em que era definida uma pontuação de acordo com o número de habitantes por comunidade de cada região; e b) critério de carência de infraestrutura e serviços: que era definida uma pontuação de acordo com o nível de atendimento em energia, água encanada, telefone público, escola e posto de saúde. Após o somatório da pontuação de todas as comunidades da respectiva região, tira-se a média, que era igual ao somatório de pontos das comunidades dividido pela quantidade de comunidades. Por fim, definia-se o percentual de recursos por região (LIMA, 2012).

Após à conclusão das plenárias regionais era realizado o congresso municipal com todos os delegados e regiões para apresentação global do orçamento municipal, momento em que era realizada a entrega das propostas aprovadas nas plenárias regionais aos vereadores para ser inseridas e aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), além da escolha dos delegados por região para participar do fórum (LIMA, 2012).

Além das plenárias comunitárias, regionais e municipal, ainda existia o Fórum do Orçamento Participativo (FOP), que era um espaço de participação direta da comunidade, vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito, através da Assessoria de Mobilização Social e Cidadania, tendo por finalidade propor e fiscalizar matérias referentes a receitas e despesas do Poder Público Municipal. Além dos representantes das regiões o FOP também era composto por representantes da sociedade civil organizada e dos poderes públicos (Executivo e Legislativo) (LIMA, 2012).

A partir de 1999 passou-se, ainda, a serem realizadas algumas plenárias temáticas, que tinham como objetivo ampliar os atores sociais no processo do Orçamento Participativo. Foram realizadas plenárias da juventude com objetivo de incentivar a participação dos jovens na gestão da cidade, bem como sobre cultura e esporte (LIMA, 2012).

Após a emancipação do município, também houve um enorme crescimento no nascimento de associações comunitárias, principalmente durante a década de 1990, como a Associação de Moradores de Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Morro Pintado, Olho D'água, Peixe Gordo, Peroba, Quitérias, Redonda (1988), Requenguela (1986), Retiro Grande (1995), Serra de Mutamba (2003), Serra do Mar (1998), ARISA (2006), Assentamento Vila Nova (2006), Barreiras de Baixo (1993), Barrinha de Manibu (1998),

Cajuais, PA Redonda (1997), INCRA (1995), Manibu (2000), Ibicuitaba e Centro (CARBOGIM, 2013).

Durante a terceira gestão do Prefeito Déde Teixeira (PT – 2001 a 2004), a utilização do Orçamento Participativo perde força, sendo totalmente extinto com o início da gestão do Prefeito Irmão Edilson (PSDB – 2005 a 2008).

A partir de todo o histórico apresentado, vislumbra-se que o município de Icapuí/CE possui uma profunda conexão com movimentos populares desde seus primórdios e que ao longo do tempo se aperfeiçou, culminando com sua emancipação e o desenvolvimento do orçamento participativo.

Conclui-se, ainda, que a participação popular no município possui duas gêneses principais. A primeira é a Igreja Católica, que desde a década de 1940 (e até antes em menor escala) já fomentava a criação de grupos comunitários, principalmente desenvolvido após a chegada do padre Diomedes de Carvalho, em 1975 e a criação das Comunidades Eclesiais de Base, que foi o berço de muitas lideranças comunitárias; e a segunda foi o movimento estudantil, especialmente desenvolvido no cenário nacional na luta contra a ditadura, atingiu jovens universitários icapuienses que estudavam em Fortaleza/CE que começaram a realizar reuniões na capital alencarina, com o intuito de defender o distrito de Icapuí/CE da oligarquia dos Costa Lima.

A união destas duas forças: movimento estudantil e lideranças locais formadas pela Igreja foi a conjunção que deu força aos movimentos populares e culminou com a emancipação do município de Icapuí/CE em 15 de janeiro de 1985.

Percebe-se, ainda, que a participação popular é um elemento de bastante orgulho no município e enraizado nas atuais gerações, gerado pelas décadas de luta do distrito de Icapuí/CE para que conseguisse sua emancipação política.

Destaca-se, que a atual gestão do Prefeito Lacerda Filho (MDB, 2017-2020) fez ressurgir a discussão entorno da participação popular, que ficou adormecida, principalmente a partir da gestão do Prefeito Irmão Edilson (PSDB – 2005 a 2008), motivo pelo qual é recorrente a utilização do termo “retomada da participação social” durante toda a realização do presente trabalho.

O Prefeito Lacerda Filho é sobrinho e discípulo do primeiro Prefeito de Icapuí/CE, José Airton (PMDB, 1986-1988), que atualmente é deputado federal, sendo uma de suas bandeiras de campanha o resgate dos princípios defendidos pelos baluartes da

emancipação política do município, motivo que lhe fez, inclusive, a se filiar no mesmo partido por qual José Airton se elegeu Prefeito pela primeira vez (PMDB, atual MDB) e que lhe obrigou a utilizar a participação popular como objeto principal da sua administração, logo que era a característica central da primeira gestão municipal.

1.3 Percurso Metodológico

Para atender aos objetivos deste estudo, utilizou-se a pesquisa do tipo exploratória, que “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Segundo Raupp e Beuren (2003, p. 83), “os procedimentos de pesquisa dizem respeito a como se conduz o estudo e, portanto, se obtém os dados”. Os procedimentos de pesquisa abaixo transcritos foram escolhidos para facilitar a compreensão do fenômeno estudado, de forma que pudesse ser identificado elementos no caso prático, a partir dos conceitos pré-descritos na pesquisa bibliográfica.

Em relação aos procedimentos, o presente estudo qualifica-se como um estudo de caso, mediante a aplicação das técnicas da pesquisa bibliográfica, da observação participante e da aplicação de questionários, utilizadas de acordo com o objetivo a ser alcançado, conforme passa a ser detalhado.

A pesquisa bibliográfica foi realizada e organizada por meio de uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de apresentar conceitos referentes à democracia deliberativa, participação social e políticas públicas, sendo utilizada também para a pesquisa de livros históricos referentes ao município de Icapuí/CE, com o intuito de identificar se há aspectos sociológicos e históricos que propiciaram a formação do FCP, um dos objetivos específicos deste trabalho.

Enquanto que o estudo de caso se caracterizou “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 57-58) e foi escolhido por permitir “uma investigação para reter as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real” (YIN, 2001, p. 21).

A técnica da observação participante, que se caracteriza pelo “contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (MINAYO, 1994, p. 59), foi selecionada por permitir a captação de diversas situações e fenômenos que não seriam possíveis com a aplicação de questionários e entrevistas.

Assim, o pesquisador participou de todos os Fóruns Comunitários Participativos que já ocorreram (Córrego do Sal, Redonda e Centro) e de duas reuniões de avaliação dos encontros do Fórum, com o fim de interagir diretamente com o objeto de estudo.

O objetivo desta técnica é realizar uma descrição minuciosa e fidedigna da evolução da política pública, possibilitando uma fiel compreensão de como o FCP funciona, objetivo específico do presente trabalho.

Outra ferramenta metodológica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionários para os gestores da política pública investigada, para os Representantes Comunitários participantes do Fórum e para os Vereadores.

A expectativa com esta técnica era obter dados objetivos e subjetivos originais relacionados às opiniões dos entrevistados que possam enriquecer e aprofundar os dados e informações encontrados na observação participante. Neste sentido, foram aplicados 22 (vinte e dois) questionários, entre os meses de outubro a dezembro de 2018, sendo dois deles aplicados aos gestores municipais responsáveis pela organização do FCP (Secretaria de Governo e Coordenadora de Relações com as Comunidades – ver apêndice A) e 20 deles com os Representantes Comunitários que compõem o Fórum (ver apêndice B).

Para manter o sigilo das informações, os entrevistados foram classificados pela letra “G” seguido de um numeral sequencial para os entrevistados que forem gestores públicos, pela letra “R” seguido de um numeral sequencial para os entrevistados que forem Representantes Comunitários e pela letra “V” seguido de um numeral sequencial para os entrevistados que forem Vereadores.

O objetivo inicial era a coleta de dados de pelo menos um representante das 36 (trinta e seis) comunidades do município, com o intuito de conseguir uma descrição geral da realidade de cada comunidade.

Todavia, após o início da pesquisa foi verificado que dos 72 (setenta e dois) Representantes Comunitários, cerca de 60 (sessenta) estavam ativos, sendo que a comunidade do Gravier não possui mais nenhum representante em atividade¹.

Cerca de 15 (quinze) Representantes Comunitários se negaram a responder o questionário, dentre estes, 13 (treze) justificaram pela falta de tempo e de interesse em participar da pesquisa e 02 (dois) informaram que não queriam se comprometer.

Dos 45 (quarenta e cinco) participantes restantes, 25 (vinte e cinco) não responderam as mensagens e ligações, e não foram encontrados pessoalmente para que pudessem participar da pesquisa.

Tais fatores impossibilitaram a aplicação da quantidade de questionários esperada. Assim, chegou-se, por fim, ao número de 20 (vinte) questionários aplicados e respondidos pelos Representantes Comunitários.

Os Representantes Comunitários foram abordados através de ligações telefônicas ou mediante mensagens de texto através do aplicativo *whatsapp*². A partir do contato inicial foi facultado ao entrevistado receber o questionário por e-mail ou impresso. 05 (cinco) Representantes Comunitários enviaram o questionário respondido através de e-mail e os outros 15 (quinze) preferiram responder em questionário impresso.

Entre os Representantes Comunitários que responderam o questionário impresso, todos foram acompanhados e esclarecidos de eventuais dúvidas pelo entrevistador, sendo que 05 (cinco) entrevistados pediram para que o entrevistador ou terceiro escrevesse o que o entrevistado ditava. Em todos os casos, sempre mediante supervisão do entrevistador.

Quanto aos Vereadores, foram entregues os questionários a todos os 11 (onze), sendo que 07 (sete) responderam e 04 (quatro) pediram para levar para responder em casa, todavia, nunca devolveram as respostas e não responderam mais às ligações e mensagens enviadas.

¹ Os representantes comunitários desistiram de continuar participando do Fórum Comunitário Participativo por diversos motivos, entre eles, por terem se mudado para residir em outra cidade, por terem iniciado em novos empregos que impossibilitaram o comparecimento aos encontros, por falta de tempo e, também, por falta de interesse em continuar participando. Nestas situações se encontravam os dois representantes da Comunidade do Gravier.

² A utilização deste aplicativo telefônico se deu levando em consideração sua popularidade e por muitas das comunidades do município não possuírem rede telefônica, mas já possuírem acesso à rede mundial de computadores.

Destaca-se, que todos os entrevistados (Representantes Comunitários, Gestores e Vereadores) preencheram e assinaram termo de consentimento autorizando o uso das informações prestadas na elaboração e edição do presente trabalho.

Os questionários aplicados aos Representantes Comunitários e aos gestores foram produzidos com base no estudo de Jefferson Mainardes (2006), com o intuito de configurar um trabalho objetivo e direcionado à finalidade da presente dissertação, em que as questões, todas subjetivas, foram divididas em 07 (sete) etapas.

A primeira etapa trata da apresentação do trabalho, em que o entrevistado toma conhecimento do teor e objetivos da pesquisa que está sendo realizada.

A segunda etapa foi reservada à caracterização do entrevistado, em que este transcreverá suas principais características, entre outras, as referentes ao sexo, idade, naturalidade e escolaridade.

As etapas três a sete possuem o objetivo de analisar cada um dos ciclos de políticas públicas propostos por Stephen Ball e colaboradores (1992), conforme será detalhado no capítulo 3 do presente trabalho.

Nesse sentido, o questionário possuirá a seguinte estrutura:

Etapa I – Introdução;

Etapa II – Caracterização do(a) entrevistado(a);

Etapa III – Abordagem Sobre o Contexto da Influência;

Etapa IV – Abordagem Sobre o Contexto da Produção do Texto;

Etapa V – Abordagem Sobre o Contexto da Prática;

Etapa VI – Abordagem Sobre o Contexto dos Resultados/Efeitos;

Etapa VII – Abordagem Sobre o Contexto da Estratégia Política.

Destaca-se, todavia, que o questionário aplicado aos Representantes Comunitários possuirá apenas as Etapas I, II, V e VI. As Etapas que tratam do contexto da influência, da produção do texto e da estratégia política foram excluídos por os Representantes Comunitários não terem participado destes ciclos e, por isso, não possuíam os conhecimentos necessários para responder as questões.

A organização dos dados deste estudo será realizada através da transcrição na íntegra das informações coletadas pela aplicação dos questionários com o consentimento das participantes em quadro teórico de estudo que descreverá todas as respostas, de forma a facilitar a visualização de apontamentos similares ou contraditórios.

A partir de então será utilizada a técnica de análise de conteúdo, que será composta por três etapas: a) O conteúdo será analisado primeiramente a partir da fase da pré-análise, em que será realizada uma leitura aprofundada do material transcrito no quadro, através da leitura flutuante, de forma a conhecer intensamente o material e o conteúdo captado; b) Em seguida, será dado início a exploração do material, a qual diz respeito ao *corpus* textual, em que é realizada uma contemplação exaustiva do texto para verificar se o mesmo dá resposta aos objetivos do estudo; c) A última etapa consiste no tratamento dos dados, em que há a condensação das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais e na avaliação de acordo com o quadro teórico do estudo, de onde surgiram os resultados da pesquisa (MINAYO, 2010).

Por fim, denota-se que quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa, uma vez que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (PODRANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Este enquadramento parte do pressuposto que o tema está incluso no universo da ciência social, que deve apoiar a sociedade e a gestão pública na solução de seus problemas e conflitos. Este estudo visa contribuir neste sentido, esclarecendo a relação entre participação e controle social e a administração pública, mediante o estudo do caso do Fórum Comunitário Participativo implementado no município de Icapuí/CE.

A abordagem qualitativa de um problema de pesquisa permite conhecer a natureza de um fenômeno social e a realidade de um problema de forma mais profunda (RAUPP; BEUREN, 2003). Tendo em vista os objetivos do estudo, a abordagem qualitativa do problema permite tratá-lo com a profundidade necessária.

2 DAS ORIGENS DAS PREMISSAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar referencial teórico sobre os mecanismos de participação social e o movimento de descentralização das políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988 com o intuito de contextualizar a criação do FCP no cenário nacional atual e embasar discussão se o Fórum pode ser uma ferramenta que personifique essa premissa constitucional de participação e controle social aplicada em pequenas cidades.

2.1 Os mecanismos de participação social

O Estado de Direito, seja ele liberal ou social, nem sempre caracteriza Estado Democrático, que se funda no princípio da soberania popular, impondo a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação esta que não se exaure na simples formação das instituições representativas, que constituem um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento (SILVA, 2008).

Todavia, é no conceito de democracias deliberativas, que se funda o alicerce mais influente sobre os processos participativos brasileiros, que foram retomados principalmente a partir dos anos 1990 (CORTÊS; GUGLIANO, 2010).

A obra de Habermas foi uma das grandes expoentes sobre a democracia deliberativa. A esfera pública enquanto um espaço de debate e negociação, envolvendo o Estado e a sociedade civil, em uma espécie de estrutura comunicacional, seria a base de uma democracia racional e deliberativa (HABERMAS, 1997).

A partir da contraposição de dois modelos de democracia (modelo liberal e modelo republicano), Habermas apresenta a teoria do discurso, que defende a institucionalização dos procedimentos e pressupostos comunicativos ao processo político de formação da opinião e da vontade comum, através do desenvolvimento de espaços públicos autônomos da sociedade civil (HABERMAS, 1995).

Importa apresentar, ainda, devido ser a base histórica da discussão democrática a distinção entre as decisões coletivas (concepção decisionística) e as decisões deliberativas (concepção argumentativa).

A concepção decisionística, é uma teoria democrática bastante aceita no século XX e refere-se ao processo de tomada de decisões coletivas onde são somadas as preferências dos atores por meio do voto, assim, as decisões são tomadas mediante o modelo da soma de preferências, caracterizado pela regra da maioria. Uma das principais críticas a esse modelo é a limitação cognitiva e informacional dos usuários, que pode acarretar prejuízos na tomada das decisões (SECCHI, 2017a).

Em contrapartida, as principais críticas da teoria decisionista às decisões deliberativas são: a) quando há diferenças culturais, estas não podem ser resolvidas por meio da argumentação; b) defesa da administração não participativa, uma vez que a redução das demandas e a capacidade da burocracia de segui-las é o que determina a eficiência; e c) o processo eleitoral consiste na aferição de preferências individuais pré-formadas (AVRITZER, 2000).

Já nas decisões deliberativas, as tomadas de decisões são influenciadas pelas razões e argumentos, em uma perspectiva de homogeneização das preferências individuais, assim, a vontade coletiva seria alcançada mediante um processo construtivo de diálogo, gerando um processo de democracia participativa, que tem como exemplo de mecanismos os fóruns participativos e os conselhos gestores. Todavia, tal tipo de decisão também possui críticas, uma vez que as deliberações muitas vezes são influenciadas por atores muito interessados, o que pode acabar desvirtuando a construção da vontade geral (SECCHI, 2017a).

Nas sociedades contemporâneas, que passam a ter um nível de pluralismo de interesses mais complexo e diversidade de valores e concepções morais, a teoria democrática precisa incentivar formas de socialização da informação e formas que permitam o acomodamento de novos arranjos administrativos. Esses arranjos necessitam ocorrer fora da estrutura administrativa do Estado, mas com decisões capazes de vincular os atores estatais (AVRITZER, 2000).

Nesse contexto, a construção coletiva de decisões por meio do diálogo entre indivíduos politicamente iguais representa a essência da democracia deliberativa, mas ainda apresenta grandes desafios como a busca por consensos racionais, a pluralidade de visões e interesses e a participação em larga escala. A utilização desses mecanismos coloca em evidência aspectos como a argumentação pública (e não a simples votação), a simetria de forças entre sociedade e Estado, e o potencial de replicação desses arranjos

institucionais. Destaca-se, ainda, que em virtude do movimento constituinte, novos meios de reconhecimento e promoção da vontade coletiva foram formalizados. Destacam-se, entre estes, no âmbito da democracia deliberativa as audiências públicas, os fóruns temáticos, os orçamentos participativos e os conselhos gestores (SILVA E OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010).

Em âmbito nacional, Bonavides (2001) defende a ideia de democracia participativa, que seria aquela que possui mecanismos de exercício direto da vontade geral e democrática, suscetíveis de restaurar e repolitizar a legitimidade do sistema.

No contexto democrático representativo das sociedades contemporâneas é muito frequente as queixas que apontam o caráter excludente das normas de representação. As reclamações se originam principalmente de grupos ou classes sociais que não são devidamente representados nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão, tais como legislaturas, comissões e conselhos, assim como nas respectivas coberturas dos meios de comunicação (YOUNG, 2006).

Assim, em sociedades complexas, diversificadas e amplas, os representantes formais e informais canalizam a influência para pequenos grupos específicos da população que são beneficiados. Para fins de correção desse cenário, são necessárias propostas de maior inclusão política nos processos democráticos, medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006).

Para que exista uma democracia forte, os eleitores devem ter meios de utilizar processos para convocar os representantes a prestar contas para além do processo eleitoral. Nesse sentido, para que as democracias representativas atuais se aperfeiçoem, é necessário que possuam instituições participativas complementares, como conselhos, fóruns, comissões, audiências, entre outras (ZORZAL, 2014).

Para Santos (2002), o processo de globalização gera a intensificação da exclusão social e a marginalização de uma parcela ampla da população, movimento este que é combatido por resistências, inovações comunitárias e movimentos populares que procuram reagir à exclusão social, buscando abrir espaços de participação democrática, de forma a edificar as comunidades, dando alternativas às formas dominantes representativas, com o fim específico de aumentar a inclusão social.

No Brasil pós Constituição Federal (1988) a democracia exsurge com natureza representativa, sustentando e fortalecendo o princípio da soberania popular, vinculado ao exercício da cidadania, que, em seu aspecto ativo, consolida a correlação latente entre a representação política de caráter tradicional e a participação direta da população nas deliberações estatais (SILVA; SOUZA, 2017).

Com a consolidação política brasileira, principalmente quanto a garantia de eleições regulares, partidos independentes e liberdade de expressão e associação, a Constituição Federal permitiu “instituir mecanismos capazes de promover mais envolvimento dos cidadãos, mais transparência e um fluxo de informações mais amplo e horizontal nas decisões sobre políticas públicas” (COELHO, et al. 2010, p. 368).

Assim, a democratização implicou na incorporação de seus valores nas práticas comuns da sociedade, não podendo se restringir apenas à esfera institucional, devendo irradiar para as relações sociais e na cultura política (AVRITZER, 2004).

Nesse sentido, a Constituição Federal (1998) se apresentou como inovadora ao permitir que a democracia participativa complemente a democracia representativa, prevendo vários institutos nesse sentido. Podem ser citados o art. 14, que garantiu a iniciativa popular como propulsora dos processos legislativos; o art. 29, que prevê a participação dos representantes das associações populares no processo de organização das cidades; além de outros artigos, que requerem, por exemplo, a participação das associações civis na implementação das políticas de saúde e assistência social. Esse aspecto da Constituição Federal (1998) permitiu que novos elementos culturais fossem incorporados, surgidos na sociedade, abrindo espaço para a prática da democracia participativa (SANTOS; AVRITZER, 2002).

2.2 Indivíduo e participação popular

Após a análise introdutória conceitual sobre democracias representativas e participativas e o estudo da sua aplicação no contexto brasileiro pós constituição, passa-se a realizar breve contextualização sobre a efetividade da participação social da população.

Sobre o engajamento do indivíduo na participação popular, Vaz (2013) apresenta 04 (quatro) modelos que, trabalhados pela literatura ao longo dos anos, fornecem aspectos teóricos sobre as razões que fazem um indivíduo decidir pelo seu engajamento e

participação. O primeiro, denominado modelo da centralidade, entende que a participação do indivíduo está relacionada à sua posição social em termos de recursos, tanto materiais quanto simbólicos (maior renda, escolaridade, crenças); para o segundo modelo, denominado modelo identitário, o que seria determinante para a participação do indivíduo seria a rede de interação estabelecida pelos indivíduos ao longo de sua vida e que definiriam sua própria identidade; assim, quanto mais imbuídas suas redes sociais de engajamento social, mais propenso estaria o indivíduo de participar; o terceiro modelo, denominado de racionalidade, enfatiza os custos e oportunidades associados ao processo. Nesse sentido, o indivíduo apenas se engajaria se perceber ser necessária sua participação para a obtenção de benefícios individuais. Por fim, o quarto modelo, referente à perspectiva institucionalista, trata das estruturas de oportunidade, ou seja, elementos e fatos capazes de constranger a capacidade de engajamento e participação dos indivíduos na política.

No mesmo sentido, Vieira (et al, 2013) identifica que apesar da abertura dada à participação popular, muitas vezes não há uma busca por parte do indivíduo, uma vez que a participação popular depende da vontade natural de cada cidadão e por esse motivo, na grande maioria das vezes, a população não considera importante investir tempo neste assunto, atitude possivelmente gerada pela falta de valorização dessa participação voluntária.

Todavia, não pode se olvidar que no Brasil há uma ampliação dos canais de participação, principalmente ocasionada pela obrigatoriedade legal de realização de audiências e consultas públicas e o estabelecimento do sistema de conselhos consultivos e deliberativos. Entretanto, é necessário salientar que este aumento participativo, muitas vezes não acarreta na qualidade desta participação (OLIVEIRA FILHO, 2009).

Avritzer (2012) destaca que já é significativa a participação da população brasileira, seja ela institucionalizada, ou seja, em instituições previstas em lei nos três níveis de governo, como também em formas não institucionalizadas, principalmente sobre a forma de associações comunitárias e ONG's (organizações não governamentais).

Quanto à essa forma de participação do indivíduo, Avritzer (2008) destaca que há três formas através das quais os cidadãos ou associações da sociedade civil podem participar do processo de tomada das decisões políticas, sendo estas: o desenho participativo de baixo para cima, em que há a livre entrada de qualquer cidadão no

processo participativo e as formas institucionais da participação são constituídas de baixo para cima; o processo de partilha do poder, em que ocorre a constituição de uma instituição na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente; e por fim, o processo de ratificação pública, no qual se estabelece um processo em que os atores da sociedade civil não participam do processo decisório, mas são chamados a referendá-lo publicamente.

A partir das premissas apresentadas, percebe-se que o interesse do indivíduo pode se dar por diversas formas, mas que, apesar de ainda encontrar grande resistência de boa parte da população, há uma forte tendência no aumento da participação social, principalmente no controle da administração pública.

Passa-se, agora, a exposição de como se deu a expansão da utilização das ferramentas de participação popular e democracia deliberativa no âmbito nacional, a partir da Constituição Federal (1988).

2.3 Descentralização e a consolidação em torno das políticas públicas locais

A partir da década de 1980, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou por uma série de reformas, através de perspectivas políticas distintas, mas que produziram um grande consenso em torno da descentralização. Passou-se a entender que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos fortaleceriam e consolidariam a democracia. E, além disso, seriam mais eficientes e que, portanto, elevariam os níveis reais de bem-estar da população (ARRETCHE, 1999).

É com o regime de redemocratização do Brasil que se avolumam as reivindicações a favor da ampliação da participação social em processos decisórios, ampliando-se espaços públicos de discussão a respeito de políticas públicas locais (SILVA; SOUZA, 2017).

Esta agenda de reforma em prol da descentralização no Brasil era caracterizada pela necessidade de ampliação dos direitos sociais e, mais amplamente, a cidadania social, o que foi concebido através das transformações institucionais. Assim, o movimento em prol da descentralização do Brasil é um grande aliado no desenvolvimento da democracia do país, principalmente no sentido de sua abertura à participação social e ao controle social das ações do governo (LUBAMBO; COELHO, 2005).

Para Duriguetto (2007), esse entendimento a favor da descentralização das políticas e serviços sociais e seus reflexos positivos no senso comum da administração e dos cidadãos está vinculado na possibilidade de aproximação das demandas sociais, da sua gestão e, principalmente, o envolvimento popular, o que refletiu no debate sobre estratégias de reforma administrativa do Estado a partir da década de 1980.

Silva e Souza (2017, p. 215) destacam, todavia, que para a consolidação dos processos de participação popular, há requisitos essenciais de existência, sendo estes: “a manutenção do acesso geral da população às informações relevantes para a gestão, a garantia de abertura de espaço para participação de pequenos segmentos nos conselhos de direção e que os processos de gestão e tomada de decisões sejam transparentes”.

Um dos principais fatores da crescente importância do município na formação de políticas públicas se dá pela implementação destas políticas descentralizadoras, que criaram condições para que conselhos municipais, fomentados pela administração pública municipal passassem a se envolver nesse processo decisório, em que os dirigentes municipais tornaram-se os gestores e provedores de bens e serviços públicos em seus territórios, mesmo que mediante repasses de outro ente federado (CÔRTEZ, 2005).

Nesse sentido, percebe-se que os fóruns participativos são frutos da evolução da democracia representativa de essência deliberativa, que se fortaleceram no âmago das gestões municipais por influências de políticas públicas descentralizadoras que se fortaleceram no Brasil após a Constituição Federal (1988).

Apesar das bases teóricas ora apresentadas serem de fundamental importância para o adequado entendimento da dimensão de programas que desenvolvem a democracia deliberativa, a sua correta avaliação só será possível se houver um estudo teórico sobre o conceito de políticas públicas e os seus ciclos de formação. Nesse sentido, com o objetivo de permitir se aprofundar no tema, passa-se ao estudo dos ciclos de formação das políticas públicas.

3 CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentado e contextualizado o FCP, passa-se ao estudo sobre a concepção e formação de políticas públicas, com a finalidade de apresentar os elementos de caracterização e os ciclos de formação das políticas públicas, de forma a expor base teórica a subsidiar uma pesquisa descritiva e propositiva no caso específico do objeto de presente estudo, permitindo ao final apresentar conclusões de como o Fórum Comunitário Participativo pode ser transformado em uma política pública.

A análise de políticas ocorre no Brasil desde a década de 1930, tendo contado com a participação de profissionais de diferentes formações disciplinares, todavia, nunca configurou um campo de formação autônomo e uma comunidade discursiva com uma agenda própria. Entretanto, nas últimas décadas houve um aumento exponencial de cursos de política pública e áreas correlatas - administração pública, gestão pública, gestão social e gestão de políticas públicas -, assim como da produção científica sobre o tema, o que leva a crer uma mudança nesse quadro, com a institucionalização de um novo campo, que tem na análise de políticas, orientada para a prática, um de seus componentes centrais (FARAH, 2016).

No Brasil pós democracia, o avanço nos estudos sobre políticas públicas refletiu uma demanda sobre as novas políticas públicas, de âmbito federal, mas também, crescentemente no âmbito local, devido ao movimento de descentralização após a Constituição Federal de 1988, que trouxe enormes desafios de formulação e de gestão de políticas públicas em âmbito local, que acabou refletindo na produção científica sobre administração pública e políticas públicas (FARAH, 2011).

Apesar de relativamente recente, os estudos sobre políticas públicas já apresentam uma mudança importante na forma de abordar o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea, no sentido de possuir uma tendência que se distancia da orientação operacional inicial para aproximar-se de uma abordagem cognitiva, onde as políticas públicas são entendidas como o Estado em ação (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Com o intuito de embasar o presente estudo de caso passam-se a ser apresentados os conceitos nucleares que envolvem a teorização sobre políticas públicas.

De início, destaca-se que a literatura sobre políticas públicas diferencia três dimensões da política (que se influenciam mutuamente) através de termos em inglês,

quais sejam: a) *polity*, que se refere às instituições políticas, à ordem do sistema político; b) *politics*, que trata do processo político no que diz respeito aos seus objetivos, conteúdo e decisões; e c) *policy*, que se caracteriza por ser o conteúdo concreto da política em si (FREY, 2000).

Secchi (2017b, p. 01-02) destaca que o termo política pública está mais relacionado ao termo inglês *policy*, no sentido de tratar “do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e dos processos de construção e atuação dessas decisões”, conceituando-o como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

Para Wu (et al., 2014) a essência da criação das políticas públicas consiste na realização de cinco atividades: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação, comumente denominadas de ciclos de políticas públicas. Assim, as políticas públicas seriam um conjunto de atividades (ciclos) que se inter-relacionam para alcançar os objetivos das políticas do governo.

Sobre o ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), Frey (2000) entende que ao subdividir as políticas públicas em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, em que as várias fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo, acaba se conseguindo realizar uma análise mais efetiva da vida de uma política no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase.

Para Mainardes (2006), a abordagem do ciclo de políticas oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas e tem como vantagem a sua flexibilidade, uma vez que é apresentada como uma proposta de natureza aberta e como um instrumento heurístico.

Tendo em vista a importância do tema, passa-se ao estudo pormenorizado dos ciclos das políticas públicas com o intuito de subsidiar posterior análise do Fórum Comunitário Participativo, de forma a apresentar proposições de como transformar o objeto do presente estudo em uma política pública consolidada.

O primeiro ciclo de política pública a ser considerado é a montagem da agenda, que trata especialmente do processo pelo qual os governos decidem quais questões precisam de sua atenção, ou seja, trata-se da decisão que determina quais são os

“problemas” da comunidade que precisam ser resolvidos e que ações de política pública precisam ser tomadas para que sejam resolvidos (WU, et al., 2014).

O ciclo da montagem da agenda diz respeito essencialmente ao reconhecimento, por parte do governo, de um problema que requer ação governamental, transformando-o, assim, em um problema público. Deste modo, para se compreender a montagem da agenda, deve-se buscar como a demanda por uma política é feita pelos indivíduos e grupos e como são respondidas pelo governo e vice-versa (HOWLETT; RAMESH; PERL 2013).

É na fase da formação agenda que se decide se um tema efetivamente deve ser inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior. Para isso, é preciso haver uma avaliação preliminar por parte do governo, sobre os custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação para resolução do problema público identificado, assim como uma avaliação das chances da solução apresentada ser bem recebida pelos atores envolvidos (FREY, 2000).

Após a formulação da agenda pela gestão pública, o governo deve passar para o segundo ciclo de política pública, denominado de formulação.

Para a efetividade de uma política pública, o governo deve converter os compromissos previstos na agenda em conquistas mensuráveis. Para isso, deve haver o desenvolvimento de um conjunto de opções políticas que possam atender a três condições simultaneamente: devem ser politicamente aceitáveis, administrativamente viáveis e tecnicamente sólidas (WU, et al., 2014).

É exatamente durante o processo de formulação de políticas públicas que há este processo de geração de conjunto de escolhas plausíveis para resolver problemas. Assim, uma gama de potenciais escolhas de políticas é identificada e uma avaliação preliminar de sua viabilidade é oferecida (WU, et al., 2014).

O ciclo da formulação de políticas se caracteriza, assim, pela proposição de meios para resolver os problemas públicos percebidos durante a formulação da agenda. Assim, é durante essa fase que devem ser exploradas as possíveis soluções para os problemas políticos. Esse processo de definição, consideração e aceitação ou rejeição de opções é a substância desse ciclo de política pública (HOWLETT; RAMESH; PERL 2013).

Nesse processo de formulação de política pública, os seus formuladores devem considerar não apenas o que fazer, mas também como fazer. Aos meios ou dispositivos que o governo se utiliza para a implantação da política pública se denomina como

instrumentos de políticas ou instrumentos de governo, ou ainda, como ferramentas de políticas públicas (WU, et al., 2014).

O terceiro ciclo da formulação de política pública denomina-se tomada de decisão. Esta fase “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2017b, p. 51).

A tomada de decisão é implementada mediante uma declaração, seja ela formal ou informal, dos atores políticos, no sentido de empreender ou não uma ação. Esta decisão é definida com base na análise das alternativas percebidas durante a formulação da política e na previsão das oportunidades e possibilidades para a implementação da política (HOWLETT, RAMESH e PERL 2013).

Posteriormente à fase do processo em que são tomadas as decisões de políticas públicas, a implementação é responsável por traduzir as decisões em ações. A implementação é caracterizada por ser uma etapa difícil e crítica, pois é a fase em que qualquer deficiência na concepção das políticas ou quaisquer vulnerabilidades relacionadas ao ambiente externo se tornarão visíveis. (WU, et al., 2014).

É durante a implementação que a administração pública se reveste de sua função precípua, que é a execução de políticas públicas. Para isso, o governo se utiliza de instrumentos de políticas públicas para transformar as intenções em ações (SECCHI, 2017b).

Por fim, após o reconhecimento do problema político, de ter considerado as várias soluções possíveis e de ter selecionado e posto em prática algumas delas, o governo deve avaliar se a política está funcionando. Assim, a avaliação de políticas é o estágio do processo que se determina como uma política de fato está funcionando na prática, analisando os meios que são empregados e os objetivos que foram atendidos (HOWLETT; RAMESH; PERL 2013).

A importância do ciclo de avaliação das políticas públicas se dá por apresentar resultados e recomendações que servirão de *feedback* para novas rodadas de criação de políticas públicas, podendo aprimorar o desenho e a implementação não só da própria política já implementada, como de futuras. Assim como pode permitir que o governo entenda por reformar completamente ou até mesmo revogá-la (SECCHI, 2017b).

Destaca-se, afinal, que a formulação de uma política pode preceder a montagem da agenda, em um movimento contrário em que as soluções procuram os problemas. Assim como é possível que mesmo não completado uma única interação do ciclo, podem existir atividades ocorrendo de forma autônoma em outros estágios. Denotando-se, que em muitos casos não há uma progressão linear dos ciclos de políticas públicas, conforme o modelo implica (HOWLETT; RAMESH; PERL 2013).

Nesse sentido, não há uma sequência correta dos ciclos de políticas públicas, que se iniciaria necessariamente com a montagem da agenda, passaria para a formulação, tomada de decisões, implementação, concluindo-se com a avaliação da política. Podem existir políticas, a título de exemplo, que acabam sendo implementadas sem ao menos está presente na agenda prevista do ente.

Em busca de um referencial analítico de políticas públicas consistente para que possa ser aplicado na análise do Fórum Comunitário Participativo, passa a ser analisada a abordagem do ciclo de políticas públicas formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992), que por ser um referencial analítico de fácil compreensão, entendeu-se ser a melhor abordagem para realizar a presente pesquisa.

Para Mainardes (2006), que apresenta estudo sobre as proposições de Stephen Ball (e colaboradores), a abordagem do ciclo de políticas públicas constitui um referencial analítico útil para a análise de programas e políticas públicas, permitindo a análise crítica das suas trajetórias, desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.

Para Nozu e Bruno (2015, p. 05) “este método constitui-se num referencial analítico flexível e dinâmico, que destaca a natureza complexa da política, enfatiza as relações micropolíticas e a atuação dos agentes no processo de sua implementação”.

Destaca-se, ainda, que nesta abordagem, a análise de políticas é realizada mediante a identificação do processo político como um agente multifacetado e dialético.

Nesse sentido, foi proposto um ciclo constituído por cinco contextos principais, que estão inter-relacionados, mas que não possuem dimensões temporais ou sequenciais e não são lineares. Tratam-se do contexto de influência, da produção de texto, da prática, do resultado e da estratégia política, que passam a ser analisados especificamente.

O contexto de influência é o início natural das políticas públicas, onde os discursos políticos são construídos, mediante a atuação de redes sociais, que englobam partidos políticos, o governo, e o processo legislativo. É nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política (MAINARDES, 2006).

Enquanto que o contexto da influência está relacionado com interesses e ideologias dogmáticas, o contexto da produção do texto está interligado com a linguagem do interesse público mais geral.

Assim, o contexto da produção dos textos políticos, representam o resultado das disputas políticas e acordos, materializando-se na própria política, podendo tomar variadas formas, tais como textos legais, oficiais e políticos, comentários formais ou informais, ou até mesmo pronunciamentos oficiais e vídeos.

A partir dessa produção de texto é que se tem como resultado consequências reais, que são vivenciadas no contexto da prática, que de acordo com Ball e Bowe (BOWE et al., 1992 *apud* MAINARDES, 2006, p. 53) “é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”.

Nesse sentido, as políticas não são simplesmente implementadas no contexto da prática, mas também interpretadas e recriadas, ocorrendo verdadeira construção.

No quarto contexto, dos resultados, preocupa-se com os efeitos da política, mas do que propriamente com os resultados. Assim, a política é analisada com base em seus impactos e interações com as desigualdades existentes.

Por fim, o contexto de estratégia política está ligado à identificação das ações sociais e políticas necessárias para fomentar o combate às desigualdades criadas ou reproduzidas pela política analisada.

4 ESTUDO DO FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO

A partir de todas premissas apresentadas, desde a análise histórica do município, do estudo teórico sobre democracia representativa e deliberativa, da análise da evolução da participação social no Brasil, com a cominação das previsões Constitucionais, até o estudo sobre os ciclos de políticas públicas, será possível realizar análise do Fórum Comunitário Participativo, de modo a apresentar estudo descritivo e crítico específico sobre sua atual situação e funcionamento, possibilitando alcançar conclusões técnicas respaldadas em todos os conceitos expostos, sempre objetivando apresentar soluções propositivas que permitam a resolução de problemas e a evolução da política.

4.1 Detalhamento Descritivo Preliminar do Fórum Comunitário Participativo

A presente Seção apresenta um panorama base do Fórum Comunitário Participativo a partir de análise preliminar, buscando enquadrar seus momentos nos ciclos de política pública anteriormente discutidos, com o objetivo de expor quadro analítico que facilitará a compreensão do objeto de estudo.

A priori, destaca-se, que a montagem da agenda nasceu da prioridade dada pelo Prefeito Municipal, a partir de quando tomou posse em janeiro de 2017, para a retomada da participação cidadã em Icapuí/CE, tendo em vista as características da população do município.

Conforme já estudado na análise histórica da participação popular no Município de Icapuí/CE realizada na Seção 1.2 o FCP é fruto da campanha política realizada pelo Prefeito Municipal que apresentou essa proposta durante as eleições municipais e que foi bem aceita pelo eleitorado.

Assim, o Município priorizou inicialmente como agenda de políticas públicas na área de participação social, o fomento à participação popular.

Vislumbra-se facilmente, nesse momento, o contexto da influência previsto por Stephen Ball e colaboradores, onde revela-se a origem natural da política pública mediante uma decisão, que apesar de parecer ser unitária do Gestor Público (que se utiliza de sua influência para dar início a uma possível política pública), foi originada a partir de toda uma contextualização histórica que deu força a sua campanha eleitoral e acabou se

tornando uma pressão política indireta da população para implemento do que havia sido prometido.

Todavia, deve ser salientado, que este momento de “montagem da agenda” se tratou apenas de decisões informais dos Gestores, sem nenhum tipo de formalidade ou planejamento.

Nesse sentido, não pode ser afirmado categoricamente que houve uma montagem de agenda, mas apenas que houveram decisões iniciais de atividades que seriam iniciadas.

Após esta decisão inicial, a Administração Pública Municipal, principalmente através da Secretaria de Governo, órgão responsável por administrar as políticas de governo, passou a analisar a formulação da política pública de fomento à participação popular que pretendia implantar.

O implemento do FCP, assim como a montagem da agenda, foi uma decisão de cima para baixo, sem a realização de discussão prévia sobre os seus parâmetros com a inclusão de setores multifacetados da população. Todavia, deve ser destacado, que após o início do programa, o primeiro encontro teve essa conotação de apresentar o projeto e ouvir as comunidades sobre críticas e sugestões, com o intuito de aperfeiçoar o projeto.

Preliminarmente, o governo decidiu que a hipótese mais viável de implementação da política pública que buscava formular seria mediante o incentivo à participação popular, através de plenárias comunitárias durante a formulação do Plano Diretor Participativo e na elaboração do Plano Plurianual, além da criação da Assessoria de Relação com as Comunidades, Departamento da Secretaria de Governo, com o objetivo de coordenar a execução dos incentivos à participação popular e ser elo de comunicação das comunidades com o governo.

A Assessoria de Relação com as Comunidades foi implementada mediante a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 064, de 03 de fevereiro de 2017. A criação desta Assessoria foi fundamental para o surgimento do FCP, pois foi ela que a implementou e lhe executa.

Entretanto, quanto às plenárias comunitárias, não foi confeccionado nenhum tipo de regramento, texto ou legislação sobre o assunto. Simplesmente foi dado início às plenárias e colocadas em prática sem nenhum tipo de planejamento de funcionamento anterior.

Aqui, percebe-se que, pelo menos inicialmente, não houve o contexto da produção do texto. O resultado das decisões políticas foi simplesmente materializado na própria política, não havendo textos legais, oficiais e políticos, comentários formais ou informais, ou até mesmo pronunciamentos oficiais e vídeos.

Nesse sentido, passou-se diretamente para o contexto da prática, que foi iniciado durante os meses de março a junho de 2017, momento em que foram realizadas as plenárias de formulação do Plano Diretor Participativo e de elaboração do Plano Plurianual, como forma de implementação da política pública de fomento à participação popular.

No mês de julho de 2017, como processo avaliativo das plenárias e tendo em vista que a fase de debates do Plano Plurianual se concluiu, passando para a fase legislativa, vindo a se transformar na Lei Municipal nº 728, de 09 de novembro de 2017, assim como o Plano Diretor Participativo, que ainda se encontra em fase legislativa³, ainda não transformado em lei, a Secretaria de Governo entendeu que deveria ser apresentada nova formulação de como dar sequência à implementação da política pública de fomento à participação popular.

Nesse sentido, percebe-se aqui a ocorrência do contexto do resultado (ciclo da avaliação), que avaliou as plenárias como positivas, chegando-se a conclusão que deveria ser dada continuidade à implementação da política de governo.

Após reunião avaliativa entre o Prefeito Municipal e representantes da Secretaria de Governo e do Departamento de Assessoria de Relação com as Comunidades, foi decidido que a política seria implementada mediante a criação de espaço de discussão permanente e continuado, composto por 72 (setenta e dois) membros das 36 comunidades de Icapuí/CE, com a denominação de FCP.

Fica claro, nesse momento, o contexto de estratégia política, logo que foram identificadas as ações sociais e políticas necessárias para fomentar o combate às desigualdades criadas ou reproduzidas pela política analisada.

Assim, a partir de agosto de 2017 começou a implantação da política de governo de fomento à participação popular, mediante a utilização do FCP, objeto do presente trabalho.

³ Até a presente data, o Plano Diretor do município de Icapuí/CE ainda não foi aprovado.

A partir da contextualização apresentada, fica transparente que o FCP na verdade é um instrumento de política pública, ou seja, um “meio disponível para transformar as intenções em ações políticas” (SECCHI, 2017b, p. 57-58). Todavia, denota-se que o FCP é um instrumento de política pública que ainda não concluiu todos seus ciclos e por isso ainda não pode assim ser conceituado (como política pública), conforme se percebe da tabela abaixo:

Quadro 1. Quadro descritivo dos ciclos por período.

CICLO	1ª FASE		2ª FASE	
	PERÍODO	DESCRIÇÃO	PERÍODO	DESCRIÇÃO
Montagem da Agenda	Jan/2017 (início da gestão)	Prefeito Municipal dá prioridade à retomada da participação cidadã em Icapuí/CE, tendo em vista as características da população do município. (agenda: fomento à participação popular)	Jul/2017	Governo mantém o fomento à participação popular na sua agenda.
Formulação	Jan/2017	Equipe de governo analisa as possíveis ferramentas de fomento à participação popular que pretende implantar.	Jul/2017	Equipe de governo analisa as possíveis ferramentas de fomento à participação popular que pretende implantar.
Tomada de Decisão	Jan/2017	Ferramentas que o governo entendeu pertinentes a serem utilizadas: - incentivo à participação popular, mediante plenárias em todas as comunidades, durante a formulação do Plano Diretor Participativo e na elaboração do Plano Plurianual. - criação da Assessoria de Relação com as Comunidades.	Jul/2017	Ferramentas que o governo entendeu pertinentes a serem utilizadas: - criação do FCP. - manutenção da Assessoria de Relação com as Comunidades.
Implementação	Fev- Jun/2017	- Aprovação da Lei Complementar Municipal nº 064, de 03 de fevereiro de 2017. - realização das plenárias de formulação do Plano Diretor Participativo e de elaboração do Plano Plurianual	Ago/2017 - atual	Implantação da política de governo de fomento à participação popular, mediante a utilização do FCP Ago/2017 – I plenária na comunidade de Córrego do Sal – principal pauta: apresentação do FCP aos representantes comunitários. Fev/2018 – II plenária – início efetivo do Fórum.

Avaliação	Jul/2017	Como avaliação positiva das plenárias comunitárias durante a formulação do plano diretor e do plano plurianual, o governo entendeu que deveria ser apresentada nova formulação de como dar sequência às plenárias, como forma de fomento à participação popular.	Abr/2018	Primeira reunião avaliativa sobre a implantação do FCP.
-----------	----------	--	----------	---

Fonte: Elaborado pelo Autor.

De fato, conforme pode ser visualizado da tabela, a política de governo de fomento à participação popular apresentou esboços dos ciclos, conforme teoricamente foi apresentado, mesmo que sem a devida consciência do governo de seus atos. Todavia, conforme descrito, muitos ciclos foram realizados de forma incorreta ou incompleta.

Deve ser destacado, que houve ciclo totalmente negligenciado, como o ciclo do contexto da produção do texto. Conclui-se, desta forma, que o FCP ainda não pode ser conceituado como uma política pública, em seu aspecto teórico (isto porque, em um plano prático, subentende-se que toda política é inevitavelmente pública).

No estágio em que se encontra, o FCP deve ser analisado sob o prisma de uma política de governo em construção, que caso tenha todos os seus ciclos devidamente previstos e formalizados, poderá se transformar em uma efetiva política pública.

Denota-se, ainda, que as ações governamentais já tomadas ainda não se concretizaram de tal forma a se transformar em uma política pública de Estado efetiva. Para isso, as ações devem ser melhor formalizadas, senão devidamente legisladas, de forma a transpor uma ideia de governo, tornando-se uma realidade do município.

Vale destacar, por fim, que após o aperfeiçoamento do FCP, este se tornará uma importante ferramenta auxiliadora da montagem da agenda futura do governo para a implementação de múltiplas políticas públicas. Uma vez, que servirá de diagnóstico dos principais problemas públicos por que passam as comunidades.

Tendo em vista as necessidades e fragilidades expostas, passa-se a apresentar estudo teórico que possibilite o aperfeiçoamento do FCP que definitivamente lhe caracterize como uma política pública efetiva que sobreviva às variâncias governamentais e ao decurso do tempo.

4.2 Aplicação da Observação Participante: Análise Descritiva da Construção do Fórum Comunitário Participativo

A partir da técnica da observação participante foi possível a captação de diversas situações e fenômenos que não seriam possíveis com a aplicação de questionários e entrevistas, permitindo ao pesquisador uma aproximação do objeto do presente estudo, o que lhe permitiu averiguar todas as situações com um grau de confiabilidade muito maior, uma vez que deixou de ser um mero espectador, transformando-se em participante do projeto.

Destaca-se, entretanto, que a observante participante acaba retirando do pesquisador sua total neutralidade, pois torna-o objeto do próprio estudo, o que pode acarretar em determinados momentos análises parciais.

O pesquisador participou *in loco* de todos os Fóruns Comunitários Participativos que já ocorreram (Córrego do Sal, Redonda e Centro e de duas reuniões de avaliação dos Fóruns.

Passa a ser analisado todos esses momentos pela perspectiva do observador participante.

Em data de 26 de setembro de 2017, a partir das 9h, foi realizado o I Encontro do FCP na comunidade de Córrego do Sal, onde se registrou a presença de 92% dos membros do Fórum no referido encontro, que teve como objetivo fazer uma apresentação do colegiado.

Imagem 2. Realização do I Encontro do FCP (26 de setembro de 2017).



Fonte: ICAPUÍ, 2017 (Relatório Macro Anual das Atividades Desenvolvidas em 2017, da Assessoria de Relações com a Comunidade da Secretaria de Governo).

Imagem 3. Realização do I Encontro do FCP (26 de setembro de 2017).



Fonte: ICAPUÍ, 2017 (Relatório Macro Anual das Atividades Desenvolvidas em 2017, da Assessoria de Relações com a Comunidade da Secretaria de Governo).

O encontro se iniciou as 9h com a fala da Secretária de Governo, Sra. Maria do Rosário Rebouças, que conduziu as boas vindas, saudou a todos os presentes e enfatizou a importância do FCP como um instrumento de diálogo entre o governo e a sociedade junto às políticas públicas através do controle social, monitoramento e avaliação.

Após, a Assessora de Relações com a Comunidade também fez discurso de boas vindas, agradeceu a presença dos participantes e convidou artistas locais para cantar uma música de acolhida.

Logo após, foi realizada uma dinâmica de apresentação, em que cada participante escolhia uma fita e se apresentava dizendo o nome, a comunidade e a expectativa para o FCP, para em seguida passar a fita para outro participante. O objetivo deste momento foi possibilitar a todos um momento de fala e de apresentação. Neste momento cada membro comentou suas expectativas e destacou seus sonhos e esperanças.

Com o término da dinâmica, foi realizado um momento de apresentação da comunidade sede do encontro, dando-se a palavra para os Representantes Comunitários e após todos os participantes foram convidados a fazer uma visita a projetos locais.

Após a visita, o encontro foi pausado para um lanche disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Icapuí/CE.

Passou-se para os momentos finais do encontro, onde foi realizado um círculo onde todos os participantes apresentaram suas impressões sobre o encontro. Alguns representantes expressaram sentimento de insegurança quanto à continuidade e efetividade do projeto, enquanto outro destacou a falta de representantes jovens. De forma geral a grande maioria avaliaram o encontro positivamente, como um momento rico de experiência, de troca de saberes.

Por fim, foi dado como encaminhamento que a Secretaria de Governo apresentasse aos Representantes Comunitários um Projeto de identidade do Fórum no próximo encontro.

No mês de dezembro de 2017, a equipe da Assessoria de Relações com a Comunidade da Secretaria de Governo visitou todas as 36 comunidades e dialogou com os membros do Fórum apresentando o Projeto e ao mesmo tempo solicitando sugestões, críticas, ou seja, suas considerações referentes ao Projeto (formato, estrutura, periodicidade, votações etc) para que cada um se sinta parte da construção coletiva desse processo.

A observação participante não foi realizada nesses encontros, todavia, é importante relatar sua ocorrência.

Imagem 4. Apresentação do FCP às comunidades (dezembro/2017).



Fonte: ICAPUÍ, 2017 (Relatório Macro Anual das Atividades Desenvolvidas em 2017, da Assessoria de Relações com a Comunidade da Secretaria de Governo).

Após a apresentação do Projeto, em data de 28 de fevereiro de 2018, aconteceu o II Encontro do FCP, momento que se inaugurou o funcionamento efetivo do Fórum, uma vez que o primeiro encontro serviu apenas como apresentação do Fórum aos Representantes Comunitários.

Imagem 5. II FCP – Comunidade de Redonda (28 de fevereiro de 2018).



Fonte: ICAPUÍ, 2018 (Relatório do II Encontro do FCP, da Assessoria de Relações com a Comunidade da Secretaria de Governo).

Inicialmente, o Fórum deu abertura à Gestão Pública Municipal para breve apresentação da prestação de contas por Secretaria; naquela oportunidade, cada Secretário Municipal teve 05 (cinco) minutos para apresentar as principais ações de sua pasta durante o ano de 2017. Este momento foi concluído com a fala do Prefeito Municipal, que fez um apanhado de todas as principais ações governamentais durante o ano de 2017 e apresentou o planejamento para 2018.

Após foi oportunizado a cada Representante Comunitário a apresentação dos requerimentos de sua comunidade, de forma a explicar aos seus pares e à gestão por quais necessidades está passando a população daquele local. Foi um espaço, ainda, onde permitiu-se aos representantes apresentarem questionamentos, críticas e elogios diretamente ao Prefeito Municipal e aos Secretários.

Destaca-se, que o encaminhamento que havia sido dado à Secretaria de Governo no encontro anterior, de apresentar aos Representantes Comunitários um Projeto de identidade do Fórum no próximo encontro não foi citado em nenhum momento e nem justificada sua não apresentação, foi simplesmente esquecido.

Ao final, a Assessoria de Relação com as Comunidades, Departamento da Secretaria de Governo do Município, confeccionou relatório do encontro, em que apresenta resumo sobre as ações apresentadas⁴.

Entre as seções do relatório produzido, destaca-se o quadro resumo das demandas, sugestões e encaminhamentos organizados por comunidade e por Secretaria responsável. A partir deste quadro resumo, foram enviadas correspondências internas a todas as Secretarias do município informando quais foram as demandas requeridas que podem ser resolvidas por aquela pasta, quais as sugestões recebidas e quais encaminhamentos restaram comprometidos.

Foi decidido, ainda, que no encontro seguinte do FCP deveria ser iniciado com a prestação de contas de todos os Secretários referente aos encaminhamentos que foram tomados a partir das demandas e sugestões recebidas.

Segue abaixo o quadro resumo apresentado pelo relatório do II FCP:

Quadro 2. Quadro resumo do relatório de solicitações, sugestões e encaminhamentos do II FCP.

COMUNIDADE	SOLICITAÇÃO	SUGESTÕES/ ENCAMINHAMENTOS	SECRETARIA RESPONSÁVEL
Redonda	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de exames laboratoriais. - Disponibilização de veículo de apoio (saúde), durante a noite. - Registro de água (várias pessoas sem os registros de água). 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer uma revista divulgando as ações da Prefeitura. - Projetos/ações pra adolescentes e jovens: aulas de dança, capoeira. - Potencializar as ações de Saúde nas Escolas. - Mapear os registros de água e providenciar substituição. 	<ul style="list-style-type: none"> - SEGOV (setor de comunicação); - Secretaria de Cultura e Juventude. - Secretaria de Saúde. - SAAE
Ibicuitaba	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de agentes de saúde. - Atendimento aos idosos. - Realizar o controle das vias de acesso nos loteamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer seleção para novos agentes de saúde. - Rever com a equipe do PSF para atender os idosos nas casas. - Reorganizar os loteamentos e conversar com os donos dos terrenos para disciplinar os acessos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Saúde - Secretaria de Obras
Córrego do Sal	<ul style="list-style-type: none"> - As comunidades de córrego do Sal, Barrinha de Manibu são desassistidas pelos serviços. - As dunas estão sendo destruídas. - Rio arrombado, precisa fazer percurso natural para voltar a ter água nas comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos para as crianças e adolescentes (esportes, música, dança, teatro). - Cadastro Único na Comunidade. - Atendimento do Programa do Leite. - Fazer uma passagem molhada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Assist. Social. - Secretaria de Cultura e Juventude - Secretaria de Turismo e Esportes - SEDEMA - IMFLA - Seretaria de Obras e Infraestrutura.

⁴ Os relatórios não são publicados, mas podem ser pesquisados na Secretaria de Governo do Município.

Peixe Gordo	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma da escola da comunidade. - salobridade da água. - Abertura do posto de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Previsão de começar a reforma depois do inverno. - Fazer uma reunião comunidade e SAAE , discutir a questão da agua - Posto de saúde será inaugurado em 15 dias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Educação. - SAAE. - Secretaria de Obras e Infraestrutura - Secretaria de Saúde
Barrinha de Manibú	<ul style="list-style-type: none"> - Questionamento sobre a falta de funcionamento de um dos dois poços de água da comunidade. -Solicitação de implantação de luminárias nos postes. 	<ul style="list-style-type: none"> - O SAAE precisa justificar a comunidade porque o outro poço foi desativado. - Ver com a equipe da iluminação para providenciar as luminárias. 	<ul style="list-style-type: none"> - SAAE. - Secretaria de Obras e Infraestrutura.
Morro Pintado	<ul style="list-style-type: none"> - Fez apenas um reconhecimento positivo das ações da Gestão, sobretudo, em sua comunidade. 		
Olho d'água	<ul style="list-style-type: none"> - Falta agente de saúde na comunidade. - Reagendamento na policlínica, muito difícil. - Parabenizou os trabalhos e os eventos realizados pela Assistência Social (festa do dia das crianças e o natal) 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a seleção de novos agentes de saúde. - Ver de que forma podem ser facilitados os agendamentos na policlínica. - Melhorar a qualidade da água. - implantar projetos para crianças e adolescentes na comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Saúde. - SAAE. - Secretaria de Assistência Social. - Secretaria de Turismo e Esportes. - Secretaria de Cultura.
INCRA	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo aos agricultores, Por que não contratar os tratores das comunidades? - Mais incentivos à população - Há coisas que a população não toma conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer parcerias para apoiar novos projetos para os agricultores. - Ver uma forma para realizar a contratação dos tratores das comunidades. - Divulgar mais as ações da Prefeitura no rádio e outras formas de divulgação. 	<ul style="list-style-type: none"> - SEDEMA - SEGOV
Serra de Cajuais	<ul style="list-style-type: none"> Relatou os seguintes problemas: - Falta Segurança. - Porque a médica saiu do PSF de Mutamba? - Solicitação da água. - Reforma da Rua João Sebastião. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir segurança na comunidade. - Se seria possível o retorno da Médica. - Ver com a equipe do SAAE a situação da água. - Providenciar a Reforma da rua. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Governo/ Polícia Militar e Civil. - Secretaria de Saúde. - SAAE. - Secretaria de Obras de Infraestrutura.
Ponta Grossa	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam de areia vermelha para ajeitar os corredores da comunidade. - Precisa de projetos para atender as crianças e adolescentes. - Precisa melhorar o atendimento da saúde pra comunidade. - Na educação colocar as pessoas certas no lugar certo (como os professores que estão em outras funções). 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura, providenciar areia pra melhorar o acesso dos corredores da comunidade. - Secretaria de Assistência ver parcerias para implantação de projetos. - Educação ver adequação dos professores em cada disciplina. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Saúde - Secretaria de Obras e Infraestrutura. - Secretaria de Assistência Social. - Secretaria de Educação

Serra de Mutamba	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma da quadra. - Incentivo ao esporte, ver parcerias para pra implementar projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Providenciar a reforma da quadra - Secretaria de Turismo, promover na comunidade o Incentivo ao esporte para juventude. - ver parcerias para pra implementar projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Educação. - Secretaria de Turismo e Esportes.
Redonda	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade precisa fazer a parte dela. - Precisa melhorar a segurança na comunidade. - Onde está a segunda equipe do PSF? - Falta dentista (porque não destina a equipe de odontologia um dia na comunidade). - Creche precisa de reforma urgente. - Vendas de terreno de particulares, breve a comunidade ficará sem acesso. 	<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade se reunir, planejar e agilizar as pequenas iniciativas. - Providenciar equipe de Segurança na comunidade. - Sec. de Saúde agilizar a segunda equipe do PSF. - Destinar a equipe de odontologia um dia na comunidade. - Educação providenciar a reforma da creche. - Sec. de Obras fiscalizar a venda de terrenos, garantindo o acesso da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Governo/Polícia Militar e Civil. - Secretaria de Saúde. - Secretaria de Educação. - Secretaria de Obras.
Vila Nova	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de cuidados com a comunidade. - Problemas com as enxurradas: não tem acesso à praia. - Falta quadra de esportes. - Faltam projetos para crianças, adolescentes e jovens. - Falta trabalho contínuo de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Providenciar a reforma da estrada que dá acesso a praia. - Construir uma quadra de esportes. - Ver parceria com Assistência Social e Secretaria de Esportes para implantação de Projetos. - Ver parceria para Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura. - Secretaria de Turismo e Esportes. - Secretaria de Assistência Social. - IMFLA. - SEDEMA.
Requenguela	<ul style="list-style-type: none"> - Quando vão retornar a obra do calçamento. - a ARENA não está funcionando 	<ul style="list-style-type: none"> - Conversar com a empresa responsável pela obra do calçamento e concluir o serviço. - Retomar a parceria com o Turismo e iniciar as atividades na ARENA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Obras e Infraestrutura e equipe responsável pelos Convênios. - Secretaria de Turismo e Esportes.

Fonte: ICAPUÍ, 2018 (feito com base no Relatório do II FCP, feito pela Assessoria de Relações com a Comunidade).

Em abril de 2018 a equipe da Assessoria de Relação com as Comunidades e da Secretaria de Governo realizaram reunião com o objetivo de avaliar a realização da 2ª plenária do FCP e planejar a realização da 3ª plenária, que ocorreu no Centro do Município.

De início, os participantes descreveram suas impressões sobre a realização do II encontro, destacando o que entenderam que deu errado e o que deu certo. Foi citado que a prestação de contas dos Secretários Municipais foi um ponto muito positivo, pois foi apresentado a população as ações do Governo.

Como ponto negativo, foi relatado a falta de tempo que foi dado a cada Secretário (apenas cinco minutos). A maioria se utilizou de muito mais tempo, o que acarretou no atraso do encontro. Alguns Secretários também ficaram insatisfeitos, pois os antecessores demoraram na apresentação da sua Secretaria e quando chegou na sua vez, teve que apresentar de forma muito rápida, pois o horário já estava muito tarde.

Após, os participantes analisaram o quadro de demandas requeridas pelas comunidades e foi decidido por enviar ofícios às Secretarias questionando quais das demandas serão possíveis de ser realizadas.

Por fim, foi realizado o planejamento do próximo encontro e ficou decidido que seria realizada uma plenária temática para ser construído a Lei Orçamentária Anual, a pedido da Contabilidade do Município.

O III FCP ocorreu em data de 24 de agosto de 2018, 06 (seis) meses após o anterior, sendo realizado no auditório da Secretaria de Educação (no Centro do Município) e teve como tema eleger as prioridades para Lei Orçamentária Anual – LOA do ano 2019.

Imagem 6. III FCP – Comunidade do Centro (24 de agosto de 2018).



Fonte: ICAPUÍ, 2018 (acervo da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Governo)

A mesa de abertura contou com a participação do Sr. Raimundo Lacerda Filho, Prefeito Municipal; da Sra. Rosário Rebouças, Secretária de Governo; da Sra. Carmém Júlia, Secretária de Administração e Finanças, além do Assessor Contábil do município, Helder Araripe.

Além das autoridades supramencionadas, também compôs a mesa um representante das comunidades, o Sr. Francisco de Assis, do Assentamento São Francisco. Todavia, não ficou claro o motivo que levou este senhor a ser escolhido entre todos os Representantes Comunitários.

Deve ser destacado, ademais, que apesar de todos os Edis da cidade terem sido convidados (segundo a Assessoria de Relações com a Comunidade), somente compareceu um representante do Poder Legislativo no Fórum, a Vereadora Marjorie Lacerda.

Outro importante dado que deve ser destacado é que o Fórum, dessa vez, foi transmitido pela Rádio Educativa da cidade, de forma que toda a população pôde acompanhar, de casa, o que estava sendo discutido.

Foi observado, ainda, que por ser um Fórum Comunitário “temático” a respeito da LOA, não foi dada continuidade às discussões realizadas nos Fóruns anteriores. Nesse sentido, o Município de Icapuí/CE não realizou prestação de contas dos requerimentos realizados no Fórum anterior, o que destoava do real objetivo do Fórum.

A reunião foi conduzida pela Sra. Ana Paula da Silva Lima, Assessora de Relações com a Comunidade que apresentou a metodologia de trabalho do encontro. A execução das atividades propostas durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA) também foram analisadas.

O Fórum teve início às nove horas e começou com a fala da Sra. Rosário Rebouças, Secretária de Governo, que destacou a importância da realização do Fórum para ouvir os anseios das comunidades e dar prioridade a participação da população na definição do orçamento para 2019.

O Senhor Francisco de Assis, representante do Assentamento São Francisco, destacou que o diálogo e o engajamento popular marcaram o momento de discussão das prioridades e metas; registrando que: "essa é a solução para os problemas do município, a participação do povo".

O Prefeito Raimundo Lacerda Filho reforçou a importância da participação popular nesse processo:

Se não tiver a força de vocês no processo de gestão compartilhada, a gente não consegue mudar o destino da nossa cidade. Minhas decisões levam meu coração e sentimento pautado naquilo que a gente sonha e acredita, uma cidade onde as pessoas possam participar das decisões do dia-a-dia e compartilhar o futuro com as próximas gerações. Ainda temos muito a fazer. Quem tem que dar o rumo são vocês. O dinheiro é de vocês. (Icapuí, 2018).

Aqui deve ser destacado que o discurso do Prefeito Municipal durou cerca de 30 (trinta) minutos, com cunho eminentemente político. Sua oratória relatou sobre obras e recursos enviados por deputados, além de projetos e realizações futuras.

Vale lembrar que este FCP se realizou a cerca de 45 (quarenta e cinco) dias antes das campanhas eleitorais nacionais e estaduais, o que pode ter aflorado o seu caráter político.

Em ato contínuo, o Sr. Helder Araripe, assessor contábil da prefeitura explanou que o foco do Fórum seria a elaboração da Lei Orçamentária Anual, passando a explicar o seu significado e importância.

Às dez horas, houve uma pausa de 15 minutos para lanche (cedido pela Prefeitura Municipal de Icapuí/CE), com o retorno da explanação do Sr. Helder Araripe, detalhando a LOA.

Às 10:30h, os Representantes Comunitários começaram a ser ouvidos individualmente, no intuito que cada representante apresentassem ideias do que deverá constar na LOA, de modo que pudessem expor as necessidades de cada comunidade, sugerindo as ações que deveriam ser inseridas na LOA.

As propostas seguem apresentadas de forma sucinta por cada comunidade na tabela abaixo:

Quadro 3 – Propostas dos Representantes Comunitários de Projetos para Inserção na LOA.

Comunidade	Ações requeridas
Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do Campo de futebol; • Reformar da praça; e • Elevação da Rua Engenheiro Francisco de Assis.
Morro Pintado	<ul style="list-style-type: none"> • Requereu que houvesse uma prestação de contas do que já foi executado, do que está sendo executado e o que já está sendo planejado.
Melancias de Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Troca dos equipamentos para abastecimento de água; • Acessos as casas da comunidade, logo que a comunidade está crescendo, mas não há vias públicas até as casas.; • Construir e padronizar as calçadas; • Praça para a comunidade; • Asfaltar o corredor da praia para melhorar o turismo.
Vila Nova	<ul style="list-style-type: none"> • Rua e Escadaria de acesso a praia; • Iluminação Pública.
Cajuais	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura das ruas por tras das casas; • Iluminação do acesso até o requenguela; • Asfaltar o acesso ao requenguela e ao corredor de caetano, uma vez que as casas estão rachando por causa da drepidação da via atual.
Ibicuitaba	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes de Saúde;

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da quadra da comunidade; • Conclusão do escoamento de água da comunidade; • Pavimentação das ruas; • Iluminação precária; • Ajuda na sede da associação, uma vez que está é parceira da prefeitura.
Serra de Mutamba	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias das vias de acesso.
Serra de Cajuais	<ul style="list-style-type: none"> • Areninha Esportiva; • Segurança; • Via para subir a serra.
Olho D'água	<ul style="list-style-type: none"> • Areninha Esportiva; • Agente de Saúde; • Praça na Comunidade.
Ariza	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da Estrada (Divisa RN até a Ariza); • Melhoria do abastecimento de água; • Carros Pipas; • Melhoria da Iluminação Pública; • Ajuda na Construção da Sede da Associação Comunitária.
Peroba	<ul style="list-style-type: none"> • Reativação do Posto de Saúde; • Solução para o avanço da maré.
Melancias de Cima	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração do Cruzeiro; • Limpeza do Cemitério; • Construção de academia de saúde.
INCRA	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água; • Posto de Saúde.
Barrinha	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Escola; • Construção de área de lazer; • Agente de saúde na comunidade
Ponta Grossa	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Museu; • Urbanição da área litorânea; • Urbanização da Serra.
Assentamento Francisco	São <ul style="list-style-type: none"> • Área de Lazer para os jovens; • Fábrica de beneficiamento do Caju.

Fonte: Elaborado pelo Autor, a partir da observação participante realizada durante o III FCP.

Às 11:30h o encontro foi concluído com a fala da Secretária de Governo, que informou que o Fórum iria passar por uma análise para ser aprimorado, para após haver o retorno dos encontros.

Em 12 setembro de 2018 foi realizado uma reunião avaliativa do III FCP. Inicialmente, foi destacado a importância política do encontro, entenderam como positiva e emocionante a fala do Prefeito Municipal. Todavia, foi questionado a metodologia adotada durante o encontro e a falta de continuidade entre o que era decidido em um encontro e o próximo.

Foi decidido que seria realizado um estudo sobre qual seria a melhor metodologia para se dar continuidade ao Fórum, que torne os encontros mais dinâmicos e mais efetivos.

Após, foi decidido que os encontros só iriam retornar após ser apresentado um projeto metodológico para o Fórum pela Assessoria de Relações com a Comunidade.

Até o presente momento o projeto metodológico ainda não foi apresentado.

4.3 Aplicação dos Questionários

Após a coleta e organização dos dados deste estudo pela aplicação dos questionários, foi realizada transcrição na íntegra das informações coletadas em quadro teórico de estudo, o que facilitou a análise dos dados que geraram os resultados (apêndice C)⁵.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, em que inicialmente todo o material foi analisado a partir da fase da pré-análise, consubstanciada na leitura aprofundada do material transcrito no quadro (apêndice C), através da leitura flutuante, de forma a conhecer intensamente o material e o conteúdo captado.

Em seguida, foi realizada a exploração do material, a qual diz respeito ao *corpus* textual, em que é realizada uma contemplação exaustiva do texto para verificar se o mesmo dá resposta aos objetivos do estudo.

Por fim, foi realizado o tratamento dos dados, com condensação das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais e na avaliação de acordo com o quadro teórico do estudo, de onde surgiram os resultados da pesquisa, que passam a ser expostos.

Conforme já detalhado na Seção 1.3 do presente trabalho, o questionário foi produzido com base no trabalho de Jefferson Mainardes (2006). Nesse sentido, os dados foram compilados e interpretados de acordo com o contexto a que pertenciam, assim a exposição dos resultados será sistematizada pelos ciclos de política pública propostos por Stephen Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992) e descritos por Jefferson Mainardes (2006).

A escolha pela utilização da metodologia de análise de políticas públicas proposta por Stephen Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992) se deu por ser uma

⁵ O apêndice C do presente trabalho trás quadro descritivo com todas as perguntas e respostas apresentadas por todos os entrevistados.

ferramenta que se adequa perfeitamente aos objetivos do presente trabalho, de modo a permitir um estudo pormenorizado do projeto de política pública em análise.

Para facilitar a fluidez da leitura e o entendimento da presente análise, apresenta-se novamente como foi aplicado o questionário e suas respectivas etapas.

Todas as perguntas do questionário foram subjetivas, sendo divididas em 07 (sete) etapas. A primeira etapa trata da apresentação do trabalho, em que o entrevistado toma conhecimento do teor e objetivos da pesquisa que está sendo realizada e a segunda etapa foi reservada à caracterização do entrevistado, em que este transcreverá suas principais características, entre outras, as referentes ao sexo, idade, naturalidade e escolaridade.

A partir da terceira etapa que começa a ser analisado o conteúdo das respostas, pois o objetivo desta etapa e das seguintes (terceira a sétima) é analisar cada um dos ciclos de políticas públicas propostos por Stephen Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992)

Para facilitar a visualização da estrutura do questionário, apresentam-se todas suas etapas:

Etapa I – Introdução;

Etapa II – Caracterização do(a) entrevistado(a);

Etapa III – Abordagem Sobre o Contexto da Influência;

Etapa IV – Abordagem Sobre o Contexto da Produção do Texto;

Etapa V – Abordagem Sobre o Contexto da Prática;

Etapa VI – Abordagem Sobre o Contexto dos Resultados/Efeitos;

Etapa VII – Abordagem Sobre o Contexto da Estratégia Política.

As respostas dos gestores serão analisadas da Etapa III até a VII, enquanto que as respostas dos Representantes Comunitários serão analisadas apenas as Etapas I, II, V e VI. As Etapas que tratam do contexto da influência (III), da produção do texto (IV) e da estratégia política (VII) foram excluídos do questionário aplicado aos Representantes Comunitários por estes não terem participado destes ciclos e, por isso, não possuíam os conhecimentos necessários para responder as questões.

As informações das Etapas I e II não serão analisadas por conterem apenas dados pessoais que não interessam aos objetivos do presente trabalho e foram incluídos apenas por questões de individualização dos entrevistados e apresentação de esclarecimentos a estes.

Deve ser lembrado, ainda, que para manter o sigilo das informações, os entrevistados serão classificados pela letra “G” seguido de um numeral sequencial para os entrevistados que forem gestores públicos, pela letra “R” seguido de um numeral sequencial para os entrevistados que forem Representantes Comunitários e pela letra “V” seguido de um numeral sequencial para os entrevistados que forem Vereadores.

Por fim, deve ser salientado, que todos os entrevistados (Representantes Comunitários e Gestores) preencheram e assinaram termo de consentimento autorizando o uso das informações que passam a ser expostas.

4.3.1 CONTEXTO DA INFLUÊNCIA

A abordagem sobre o contexto da influência teve como objetivo identificar de onde surgiu a ideia da política pública, quais foram as influências, os interesses e as ideologias dogmáticas envolvidas para a sua criação, quais eram seus objetivos iniciais e quais são os atores envolvidos na sua elaboração.

A partir da aplicação dos questionários foi possível verificar que quanto à ideia de criação do Fórum, esta surgiu de um processo em 2017 onde foram realizadas oficinas com todas as 36 comunidades do município de Icapuí/CE para construção de propostas a serem inseridas dentro do PPA do município, como também, no diagnóstico para elaboração do Plano Diretor.

Explica o Entrevistado G2 que:

a ideia do Fórum surgiu durante a elaboração do plano de governo feito a partir de encontros nas comunidades. A ideia era ter um espaço de fala permanente entre a gestão e as comunidades, ajudando na definição de prioridades (políticas públicas/ações) de maneira consensual e participativa.

O Entrevistado G1 salienta, ademais, que

esta política se deu, por uma necessidade de se retomar a participação popular em Icapuí, haja vista que é um município com um histórico de referência de

participação, como é o exemplo do orçamento participativo, em que, foi o primeiro município do nordeste brasileiro a implantar esta experiência.

A análise histórica da participação popular no Município de Icapuí/CE realizada na Seção 1.2 permitiu verificar que realmente o município de Icapuí/CE possui uma profunda conexão com movimentos populares desde seus primórdios e que ao longo do tempo se aperfeiçoou, culminando com sua emancipação e o desenvolvimento do orçamento participativo, fato que transformou a participação popular em um elemento de bastante orgulho no município e enraizado nas atuais gerações, gerado pelas décadas de luta do distrito de Icapuí/CE para que conseguisse sua emancipação política.

O FCP é uma reação das comunidades do município de Icapuí/CE contra o seu esquecimento e exclusão, mediante a abertura de um processo de democracia participativa que possibilita às comunidades momentos de fala direta com o gestor público. Todavia, ao contrário do que normalmente ocorre, a iniciativa do projeto não se deu diretamente da população, sendo fruto da campanha política realizada pelo Gestor que apresentou essa proposta durante as eleições municipais e que foi bem aceita pelo eleitorado.

O processo de retomada citado se dá pelo fato de que mesmo sendo uma das fortes características do município, Icapuí/CE ficou sem programas expressivos de participação social, principalmente a partir da gestão do Prefeito Irmão Edilson (PSDB – 2005 a 2008).

Quanto à afirmação de que o município de Icapuí/CE foi o primeiro do Nordeste a implantar o Orçamento Participativo, não foram encontrados documentos ou referências bibliográficas que pudessem confirmar a afirmação.

Quanto à participação do gestor municipal, os entrevistados relatam que este vem incentivando o desenvolvimento do processo e que a vontade do grupo político encontrou eco no gestor, pelo menos em um primeiro momento.

A respeito desse aspecto, vale destacar que o Prefeito Lacerda Filho é sobrinho e discípulo do primeiro Prefeito de Icapuí/CE, José Airton (PMDB, 1986-1988), e devido a isso defende bandeiras de luta idênticas a este, se utilizando destas durante sua campanha eleitoral, o que lhe obrigou a utilizar a participação popular como objeto principal da sua administração, logo que era a característica central da primeira gestão municipal.

Entre as influências para o surgimento do Fórum podem ser citados o Orçamento Participativo, conforme lembra o Entrevistado G1 “pois se discute demandas, se inserem dentro do orçamento público e ainda há momentos discussões referentes a identificação de potencialidade locais para se pensar em projetos” e também do Selo Unicef, mas enquanto este é temporário, a ideia seria de fórum permanente.

De fato, uma das etapas que compôs o Orçamento Participativo implantando no Município de Icapuí/CE na década de 1990 era a realização do Fórum do Orçamento Participativo (FOP), que era um espaço de participação direta da comunidade, também vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito (que hoje se chama Secretaria de Governo), através da Assessoria de Mobilização Social e Cidadania (que hoje é denominada Assessoria de Relações com a Comunidade), tendo por finalidade propor e fiscalizar sobre matérias referentes a receitas e despesas do Poder Público Municipal (LIMA, 2012).

Vale destacar, ademais, que a própria dinâmica do Orçamento Participativo implantado em Icapuí/CE, que fazia plenárias em todas as comunidades e escolhia os Representantes Comunitários para representar a comunidade no Conselho Regional e Municipal traz grandes referências a forma como foi pensando o FCP.

O Entrevistado G2 relata, ainda, que visitou “uma experiência parecida em Irauçuba. Chama-se Aliança da Cidadania. A relação dá-se pela participação da sociedade civil organizada e a discussão de prioridades a serem atendidas pelo poder público municipal”.

Quanto aos objetivos da política pública, o Entrevistado G2 revela que “o objetivo era que ele tivesse caráter consultivo e deliberativo. A autonomia foi dada, as decisões aceitas, mas as prioridades levantadas pelos Representantes Comunitários no fórum não foram seguidas”.

Nesse sentido, apesar de inicialmente pensado para que as decisões do FCP fossem vinculativas ao governo, até o presente momento ele possui um caráter meramente consultivo.

Destaca o Entrevistado G1 que o Fórum “tem um poder importante de decisão porque a maioria das demandas sugeridas pelo FCP foram priorizadas pelo Gestor dentro do Orçamento do Município”.

O Entrevistado G1 conclui com uma importante reflexão quantos aos objetivos do Fórum: “talvez o mais significativo desse processo seja o espaço de se ter voz e ser ouvido”.

Quanto à possibilidade de participação direta da população, conforme citado pelo Entrevistado G1, remonta a ideia da democracia participativa explanada durante o referencial teórico.

De fato, o FCP é um exemplo prático de instrumento de política pública que viabiliza a democracia participativa, ampliando os meios de comunicação e controle da população para com a administração pública, previstos apenas de forma indireta no modelo de democracia representativa.

Por fim, quanto aos atores envolvidos no processo de criação do Fórum são citados as associações e o governo, sendo que o governo conduziu o processo.

Em contrapartida, o Entrevistado G1 acredita que “pela representatividade e por ser uma ameaça a não realização de ações do poder executivo, os vereadores vem exercendo um poder muito grande de influência dentro da gestão. E com isso, se torna um poder muito forte”.

Denota-se, nesse sentido, que os vereadores exerceram uma influência negativa para o surgimento do FCP, por ser uma suposta ameaça as suas prioridades.

Aqui, vislumbra-se um claro conflito entre o modelo padrão de democracia representativa com o novo padrão que se quer implantar, em que a democracia participativa minimiza a hegemonia do poder de fala do poder legislativo contido no modelo representativo.

O principal motivo que ocasiona esse conflito é a tradicional forma de como as demandas populares chegavam ao Poder Público. Em pequenos municípios como o de Icapuí/CE, essa relação se dava exclusivamente através do vereador, que ouvia as reclamações e reivindicações das comunidades e as encaminhavam ao gestor público. O vereador culturalmente é o procurador dos interesses locais.

Em contrapartida, esse elo de ligação que o vereador possui entre as comunidades e o Poder Público é de suma importância para sua vida política, uma vez que, caso a demanda solicitada seja deferida e o problema solucionado, a comunidade cria uma relação de gratidão e de reconhecimento com o edil que encaminhou a demanda.

Nesse sentido, este papel realizado pelo vereador é de suma importância para sua sobrevivência política, é o momento que ele cria fama, que aparece para a população, momento que os populares ficam gratos, devendo um favor, que no futuro se transformará em um voto e na perpetuação daquele político no poder.

Conforme já destacado, o FCP abranda o modelo tradicional de democracia representativa, no sentido de permitir o nascimento de uma democracia participativa que quebra esta cultura de interligação entre gestor público e comunidades mediante o vereador.

Assim, o FCP representa um enfraquecimento do poder político e de barganha dos vereadores do município de Icapuí/CE e em contrapartida viabiliza o surgimento e a formação de novas lideranças políticas, que poderão se transformar em novos concorrentes nas próximas eleições municipais.

Por todos os motivos expostos, a suposta influência negativa dos vereadores do município de Icapuí/CE ao FCP pode ser um resultado natural de autoproteção da classe às consequências da implantação do Fórum.

Para demonstrar a versão dos vereadores quanto aos aspectos supra expostos, também foi aplicado breve questionário (apêndice E) com estes para entender suas visões quanto ao FCP.

De início, se questionou qual a percepção que o vereador tem do FCP. Para o Vereador V4, Líder do Governo na Câmara de Vereadores, “o Fórum Participativo é uma das melhores ações que um governante venha fazer para com a população, por que são eles (população) que sabem os problemas e condições em que vivem, opinando e sugerindo para nossos governantes”.

No mesmo sentido são as palavras do Vereador V5, também da base governista, para ele “Trata-se de um projeto de extrema importância, pois visa o diálogo e aproximação entre o governo e população, fazendo com que o governo tome decisões democráticas, ouvindo o povo”.

Destaca-se, que o Vereador V1, que é oposição ao Governo, também possui uma boa impressão do projeto, para ele o FCP “é uma ação importantíssima para poder aprimorar as decisões comunitárias em prol do povo, sendo assim, tomadas as decisões, ficando assim mais fácil atender as reivindicações”.

A partir dos questionários aplicados percebe-se que, ao menos teoricamente, o FCP possui uma percepção positiva dos vereadores, inclusive daqueles que são oposição ao Governo.

Denota-se que tal postura contradiz tudo o que vinha sendo discutido até o momento quanto à postura dos vereadores, o que leva a hipótese que mesmo achando o projeto importante, os vereadores optam por não apoiá-lo, pelos motivos já anteriormente elencados.

Posteriormente, foi questionado aos vereadores se estes já haviam participado de algum dos encontros do FCP, narrando sua experiência ou justificando sua ausência.

Surpreendentemente, todos os vereadores de forma unânime responderam que já haviam participado dos encontros do FCP, informação que destoa do que já havia sido apurado tanto através da observação participante (nesta foi presenciado apenas um Vereador no II encontro e um Vereador diferente no III encontro) e da aplicação dos questionários com os Gestores e Representantes Comunitários, que perceberam a ausência dos Vereadores.

Ao ser questionado se já havia comparecido a algum encontro do FCP, o Vereador V1 informa “sim, por sinal, muito bom ver o povo reivindicando suas prioridades e o melhor é vê a alegria quando são atendidas”; no mesmo teor, o Vereador V2 informa: “Particpei de várias plenárias. Minhas experiências são muito boas, fundamental como homem público para lutar pelas demandas comunitárias”; assim como o Vereador V6: “Sim, a importância de participar do FCP, possibilita as instituições da sociedade civil fazer parte das ações realizadas pelo Governo Municipal e democraticamente explicitar sua opinião e ressaltar as prioridades de cada região”.

A partir das respostas positivas ofertadas pelos vereadores, se levantam duas hipóteses. A primeira é que os vereadores estão faltando com a verdade e a segunda é que os vereadores estão confundindo o FCP com outros eventos da Prefeitura.

A segunda hipótese parece ser bem plausível e se comprova, ao menos para alguns vereadores, pelas suas próprias respostas, senão vejamos, o Vereador V7 informa que “Sim, na Comunidade do Gravier, lá o encontro foi muito importante, onde tivemos a oportunidade de ouvir a comunidade e de ver de perto as dificuldades do povo, e assim está podendo dar encaminhamento para resolução de alguns deles”. Ora, nunca houve encontro do FCP na Comunidade do Gravier.

Em verdade, o Prefeito Municipal também possui outro projeto informal e inominado que se trata da realização de encontros nas comunidades, apenas com pessoas da própria comunidade, para discutir diretamente com os populares, as demandas daquela comunidade em específico. Foi o que aconteceu na Comunidade do Gravier.

Outra hipótese, ainda, é que estejam citando as reuniões comunitárias que foram realizadas para a confecção do Plano Diretor do Município de Icapuí/CE, que também se utilizou da mesma sistemática de visitas às comunidades.

De fato, conforme levantamento de percentual de participação dos vereadores nas reuniões comunitárias, realizado pela Assessoria de Relação das Comunidades no seu Relatório Macro Anual das Atividades Desenvolvidas em 2017, houve participação da maioria dos vereadores (nove dos onze) em pelo menos um encontro comunitário, havendo, inclusive, vereador que participou de 15 (quinze) encontros comunitários, o que representa 41% (quarenta e um por cento dos encontros realizados) (ICAPUÍ, 2017).

O Vereador V5 também deixa claro que está confundindo os projetos, ao ser questionado se já participou do FCP, ele informa “sim, experiência das melhores possíveis, pois o projeto chega nas comunidades, formando uma roda de conversa, ouvindo da própria comunidade as problemáticas que a comunidade está precisando”.

Conforme pode ser constatado, o Vereador V5 citou características do projeto de visita do Prefeito às comunidades e das reuniões do Plano Diretor e não do FCP, o que denota que há um certo desconhecimento dos vereadores do que realmente seria o FCP.

As respostas dos vereadores V2 e V4 também indicam a confusão. O Vereador V2 informa: “Participei de várias plenárias. Minhas experiências são muito boas, fundamental como homem público para lutar pelas demandas comunitárias”; já o Vereador V4 relata que “Sim, de várias plenárias em quase todo município pude opinar, contribuir com meu conhecimento na área de saúde pública”. Ora, não houveram “várias plenárias” e muito menos “em quase todo município”. Conforme já explanado, até o momento só houveram 03 (três) encontros do FCP.

A partir da constatação de que realmente os vereadores (ou parcela deles) desconhecem o que realmente seria o FCP ou o confundem com outros projetos da Prefeitura, levanta-se a hipótese de que o projeto do FCP nunca foi adequadamente apresentado aos vereadores, o que pode ter os afastado dos encontros por desconhecerem

seu significado. Infelizmente, a partir das entrevistas realizadas e da própria observação participante, não foi possível concluir pela validade ou não desta hipótese.

Por fim, foi questionado diretamente aos vereadores se possuem algum tipo de resistência a projetos que desenvolvem a democracia participativa. De forma unânime todos responderam negativamente. O Vereador V3 informou que “não, na verdade, tenho a consciência de como é importante para o poder público promover instrumentos que envolva a população, pois desta forma poderemos por em prática a verdadeira democracia”, enquanto que o Vereador V5 respondeu que “não, pois projetos como esse só vem a somar no crescimento e desenvolvimento da cidade e da população”.

Assim, ao menos nas palavras dos próprios vereadores, não há resistência por parte destes ao FCP, apesar de na prática não ter se observado esse entusiasmo para participar do projeto.

4.3.2 CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO TEXTO

Na abordagem sobre a produção do texto foi procurado evidenciar qual tipo de textos políticos foram produzidos e como foram materializados na própria política, verificando, ademais, quais formas foram utilizadas, tais como textos legais, oficiais e políticos, comentários formais ou informais, ou até mesmo pronunciamentos oficiais e vídeos.

A aplicação dos questionários revelou que na opinião dos gestores a elaboração do texto propriamente dito do Projeto do FCP foi realizada por uma equipe de técnicos que fizeram sua elaboração e depois foi compartilhado com todos os membros do Fórum.

Para o Entrevistado G2, o texto da política “foi construído a partir da vivência experimentada na elaboração do plano de Governo durante a campanha eleitoral. Os Representantes Comunitários exerceram influência na sistematização mas o mesmo foi elaborado por técnicos da Secretaria de Governo”.

O Entrevistado G1 acrescenta que os membros do Fórum puderam realizar “a sua leitura e conseqüentemente suas sugestões, acréscimos, críticas, em que, houve uma devolutiva de todos os membros”.

Ocorre que, em verdade, a observação participante permitiu que fosse constatado que foi produzido apenas um resumido projeto de como funcionaria o FCP (anexo A),

que foi apresentado no I Encontro, que ocorreu em setembro de 2017 na comunidade do Córrego do Sal.

O próprio Entrevistado G2 relata que o texto “não é conclusivo. Está aberto e em experiência e naturalmente sofre mudanças com o desenvolver do processo”. Entretanto, apesar de durante o I Encontro do FCP os Representantes Comunitários terem sido apresentados ao projeto, momento em que retiraram dúvidas e apresentaram sugestões, após o encontro não houve aperfeiçoamento nenhum ao texto inicial, mantendo-se intacto conforme foi exposto no encontro.

O projeto da forma que foi apresentado, por ser demasiadamente resumido, sem detalhamentos do funcionamento do Fórum e dos seus procedimentos e votações acaba se tornando obsoleto para o fim a que se destina, o que ocasiona contradições e incongruências até entre os próprios gestores, desde a metodologia de funcionamento e votações até a periodicidade dos encontros, e confusão e dúvidas entre os próprios participantes, que acabam sem realmente entender qual a metodologia que está sendo aplicada.

Quanto à forma de escolha dos Representantes Comunitários esta se deu mediante votação em plenárias do plano diretor que ocorreram nas comunidades. Houveram controvérsias quanto o tempo de atuação do Representantes Comunitários, enquanto o Entrevistado G1 informou que não havia prazo determinado, o Entrevistado G2 informou que o prazo de atuação seria bienal, o que demonstra que ainda não há uma política consolidada, com normativa clara nem mesmo entre os seus organizadores.

Aqui, evidencia-se mais uma vez a fragilidade do projeto feito pela gestão, que não trata todos os assuntos que deveria expor, gerando controvérsias até mesmo na própria gestão.

Quanto aos destinatários do texto, podem ser citados os próprios Representantes Comunitários participantes do Fórum, as comunidades e o público em geral. Sendo um texto básico para se tornar acessível e de fácil compreensão pelos seus destinatários.

Conforme já expandido, apesar dos gestores tratarem do texto da política pública, após a pesquisa documental, restou encontrado apenas um projeto inicial do que seria o FCP (anexo A), em que verifica-se apenas uma apresentação introdutória do que seria o Fórum e sua justificativa, seus objetivos gerais e específicos, e um cronograma.

Nesse sentido, no aspecto do contexto da produção do texto é urgente e necessária a produção de novos documentos que regulamentem e formalizem o FCP.

Assim, inicialmente, deve haver a formalização do FCP através de Lei Municipal, seja ela de iniciativa popular ou do próprio Poder Executivo, prevendo, essencialmente, a obrigatoriedade da realização dos encontros de forma periódica, a vinculação do gestor às decisões tomadas durante os encontros do Fórum, normas de publicidade dos documentos gerados e, principalmente, previsão de penalidade pessoal ao Gestor em caso de desobediência a esta lei.

Após a formalização do FCP, é necessário ser produzido e votado uma norma interna de organização dos encontros, o seu Regimento Interno.

A utilização de Regimento Interno é essencial ao bom andamento dos trabalhos, tornando seu funcionamento transparente e entendível a todos os seus participantes, inclusive à própria Gestão Pública.

O Regimento Interno do FCP deve prever, essencialmente:

- a) o processo de escolha, substituição e renovação dos Representantes Comunitários;
- b) a periodicidade dos encontros;
- c) a previsão de todos os momentos e fases do encontro;
- d) a estipulação do tempo de cada momento e fase;
- e) a estipulação do tempo de oratória permitido para cada comunidade;
- f) a metodologia de controle e votação das demandas;
- g) ferramentas de controle social;
- h) a obrigatoriedade de transmissão dos encontros pela rádio pública local e da publicidade de todos os atos através do sítio oficial da Prefeitura Municipal de Icapuí/CE e de mídias sociais;
- i) O quórum necessário para a realização de emendas ao Regimento Interno.

O processo de escolha dos Representantes Comunitários deve ser o mais claro e transparente possível, com votações em todas as comunidades em pequenas plenárias regionais para a escolha dos novos participantes, que poderão ser reeleitos uma única vez para um mandato de 02 (dois) anos, sempre observando que apesar de ter Representantes Comunitários eleitos com direito a voto, o FCP deve ser sempre um espaço de fala aberto a qualquer indivíduo.

A periodicidade dos encontros é outro ponto que deve ser previsto pelo Regimento Interno, devendo levar em consideração os objetivos do Fórum, o tempo hábil para realização das demandas, a complexidade de aglomeração de todos os participantes, a organização de local e estrutura para a realização do evento e o tempo disponível dos participantes.

O terceiro ponto que deve ser previsto no Regimento Interno é a formatação dos momentos do encontro, de forma que os Representantes Comunitários fiquem previamente cientes do que vai acontecer e como vai ocorrer, facilitando a compreensão e entendimento de todas as fases dos encontros.

Propõe-se que o FCP se fundamente na metodologia de Reunião em Espaço Aberto (“open space”), criada pelo americano Harrison Owen (OWEN, 2008).

Para Silva:

A prática continuada da utilização da metodologia de reunião em espaço aberto tende a conduzir a uma Organização Aberta (empresa, escola, comunidade, etc.) mais auto-organizada, mais capaz de responder ao ambiente com flexibilidade, mais capaz de aprender a mudar de forma continuada, em que a liderança e o controle são mais distribuídos e o ‘empowerment’ se concretiza de facto (sic) (SILVA, 2001, p. 04).

Nesse sentido, propõe-se que a estrutura do FCP seja dividida em 05 (cinco) momentos: abertura, configuração de agenda, espaço aberto, deliberações e encerramento.

Na abertura, os gestores podem se apresentar e fazer uma pequena introdução dos temas que serão abordados no encontro.

A configuração da agenda é o momento em que o grupo passa a descobrir o que deseja fazer naquele encontro.

O espaço aberto é o momento onde os Representantes Comunitários ganham espaço de fala direta com a gestão. Na realização desse momento, deve se ter uma perspectiva de que a organização possui três características básicas: a) diversidade, seja ela de gêneros, culturas, perspectivas, interesses... assim, é necessário ter a consciência do público que está sendo recebido para maximizar a capacidade da organização; b) sistema complexo, pois por mais que se tente formatar o funcionamento da organização e torná-la linear, sempre a complexidade acaba por vim à superfície, nesse sentido, os organizadores devem minimizar as regras impostas, dando liberdade aos participantes,

potencializando os efeitos positivos da complexidade; e c) sistema aberto, deve ser entendido que aquele local é um ambiente de troca, em que várias pessoas são influenciadas e se influenciam mutuamente, devendo ser dada oportunidade de todos se expressarem, mesmo que não sejam Representantes Comunitários (SILVA, 2001).

Assim, a metodologia ora proposta aceita e valoriza a diversidade, a complexidade e o caráter aberto da organização. “A metodologia, não apenas não ignora esses fatores, como cria condições para que a complexidade e a diversidade internas e externas, se conjuguem harmoniosamente nas reuniões” (SILVA, 2001, p. 05).

Após o término do momento do espaço aberto, passa-se as deliberações, que é composta pelas decisões que por ventura necessitem da deliberação dos Representantes Comunitários.

Após as deliberações, haverá o encerramento do Fórum, momento em que será apresentado o quadro atualizado de demandas, com o resumo do que foi decidido e os agradecimentos e falas de quem se voluntariar.

O sexto ponto que essencialmente deve estar contido no Regime Interno é a metodologia de controle das demandas do Fórum. Propõe-se que este controle seja realizado mediante quadro de demandas, individualizado por comunidade ou por região, de forma que possa ser visualizado com facilidade tudo o que foi feito, o que está em andamento, e tudo o que não foi realizado.

Ao quadro de controle e à análise estatística deve ser dada ampla publicidade, não devendo ficar sua apresentação resumida ao FCP. O quadro deve ser publicado no *site* da Prefeitura Municipal de Icapuí/CE na internet, nas mídias sociais (*facebook, instagram, whatsapp ...*) e fixado no flanelógrafo da Secretaria de Governo.

Outra proposta interessante para o controle e a publicidade do FCP é a utilização de aplicativo para celular. Apesar da população do município de Icapuí/CE ter uma renda média baixa, atualmente a tecnologia da informação está bastante disseminada e a utilização de celulares e da internet é bastante difundida entre os habitantes. Nesse sentido, o uso de tal ferramenta atingiria uma boa parcela da população.

Por fim, necessário ainda a previsão do quórum necessário para a realização de emendas ao Regimento Interno, que tem como objetivo minimizar a rigidez da norma criada, possibilitando que seu texto seja modificado de acordo com as necessidades do Fórum.

Por todo o exposto, se torna claro que a formalização do projeto em Lei Municipal e a confecção do Regimento Interno do FCP se mostram como os grandes passos para que o ciclo da produção do texto esteja apto a gerar efeitos concretos.

4.3.3 CONTEXTO DA PRÁTICA

Na abordagem sobre o contexto da prática buscou-se identificar quais eram as impressões que o Fórum tinha ocasionado nos Representantes Comunitários, como tem sido a vivência dos participantes, as evidências de resistência individual ou coletiva, a autonomia dos representantes e suas oportunidades e dificuldades.

Em contrapartida, buscou-se ainda identificar como os gestores acreditam que a política foi recebida e como está sendo a experiência de sua implementação.

Vale acrescentar, que a abordagem desse contexto possibilita pesquisar as consequências reais que são vivenciadas, as interpretações que são realizadas, a produção de seus efeitos, consequências e transformações na política.

De início, buscou-se verificar as primeiras impressões dos Representantes Comunitários quando foram apresentados ao FCP. A partir da aplicação dos questionários foi possível identificar que a principal impressão dos participantes do Fórum é que teriam a oportunidade de resolver os problemas de sua comunidade, conforme destaca o Entrevistado R6, que relata que a “impressão é que nossos problemas seriam resolvidos”.

Infere-se ainda, como importante impressão inicial dos Representantes Comunitários, o sentimento de que teriam a oportunidade da sua comunidade ser ouvida, podendo reivindicar ações e dar conhecimento das necessidades sociais.

Alguns entrevistados relataram a importância da retomada da participação popular no município, conforme destaca o Entrevistado R4 ao informar que a sua “primeira impressão foi de que o município estava retornando com os espaços de participação popular, onde seria possível o diálogo entre a população e a gestão”.

Conforme já anteriormente detalhado, o município de Icapuí/CE possui uma profunda conexão com movimentos populares desde seus primórdios e que ao longo do tempo se aperfeiçoou, culminando com sua emancipação e o desenvolvimento do orçamento participativo, todavia, ficou sem programas expressivos de participação social, principalmente a partir da gestão do Prefeito Irmão Edilson (PSDB – 2005 a 2008), por

isso, é comum entre os participantes da presente pesquisa a utilização do termo “retomada da participação popular”.

Deve ser salientado, ainda, que restou evidenciado o sentimento de importância, responsabilidade e de dever que os Representantes Comunitários possuem, uma vez que o papel destes é de representar não só toda a comunidade, como também a integração com outras comunidades, conforme relata, a título de exemplo, o Entrevistado R14: “Senti-me no dever de defender os direitos sociais da minha comunidade mas também das trinta e cinco comunidades, que compõe as cinco regiões do município de Icapuí/CE, e a responsabilidade de exercer a função de delegado na participação e elaboração do PPA”.

Houve, entretanto, quem inicialmente duvidasse da eficácia do Fórum, conforme deixa claro o Entrevistado R1: “a primeira impressão é que meu tempo estava sendo perdido, pois nada sairia do papel”.

Assim, podem ser citados, em síntese, como principais impressões positivas dos Representantes Comunitários, a possibilidade de resolução dos problemas; a oportunidade de ser ouvido; a retomada do espaço de participação popular; a responsabilidade de representar a comunidade e a integração das comunidades, e como principal impressão negativa, a descrença na eficácia do projeto.

Já para os gestores, estes acreditam que o projeto foi bem recebido, tendo em vista a participação nos encontros do FCP, em que há um número significativo de participantes, conforme salienta o Entrevistado G1 “A política de se retomar a cultura da participação popular em Icapuí/CE foi bem recebida, isso é visto nos momentos dos encontros do FCP em que há um número significativo de comunidades”.

Quanto à experiência de participação nos encontros do FCP, os Representantes Comunitários foram unânimes em afirmar que foi uma experiência positiva, em que é oportunizada principalmente a possibilidade da realização de discussões, a abertura para apresentação de opiniões, as trocas de experiência e o aprendizado.

O Entrevistado R13 destaca a possibilidade de mudança na própria realidade, senão vejamos: “neste fórum estamos fazendo nosso verdadeiro papel de cidadãos atuantes em nossas próprias dificuldades, por meio do fórum podemos ter uma atuação mais expressiva modificando assim nossa realidade.”

O Entrevistado R15 lembra do caráter didático do Fórum, para ele foi uma experiência positiva, pois “a gente aprende muito ouvindo e se informando”.

Apesar de haver uma percepção positiva do Fórum pelos Representantes Comunitários, o Entrevistado R12 salienta que apesar de inicialmente a experiência ser positiva, está cada vez mais desanimado “porque são muitas promessas e pouca atitude”.

Os gestores também classificam como positiva a experiência do Fórum. O Entrevistado G1 entende como positiva “pois provocamos momentos de diálogos entre governo e sociedade em prol de melhorias da realidade das comunidades, como também, já se percebe mesmo que de forma ainda tímida a concretização de algumas demandas”.

Como é característica intrínseca do contexto da prática, os gestores já perceberam que a ideia original da política deve passar por mudanças e transformações, uma vez que a partir da produção de seus efeitos e o surgimento das consequências foi possível realizar interpretações e avaliações.

Nesse sentido, o Entrevistado G1 admite que “é preciso melhorar o funcionamento do Fórum por meio de encontros mais sistemáticos, propondo mais espaços de diálogos entre o governo e a sociedade para que as demandas possam ser acompanhadas de forma mais qualificada”.

Quanto às evidências de resistência individual e/ou coletiva, a maioria dos entrevistados não identificaram nenhum tipo de resistência, conforme se exemplifica pelo depoimento do Entrevistado R16, que afirma “não, pelo contrário, acho que as pessoas gostam muito de participar desta experiência”.

Alguns entrevistados perceberam algumas resistências, entretanto. A mais citada foi a ausência do Poder Legislativo Municipal nas reuniões. O Entrevistado R2 relata essa percepção: “vejo alguma resistência por parte dos vereadores, deveriam estar mais presentes no fórum comunitário”. No mesmo sentido, o Entrevistado R9 cita: “percebo uma grande ausência dos vereadores nesses encontros”.

A resistência do Poder Legislativo também foi sentida pelos próprios gestores de forma unívoca. O Entrevistado G1 destaca que “quanto ao Poder Legislativo, há uma falta de compreensão no sentido geral a cerca da importância do FCP, por isso que os vereadores não tem até o presente momento valorizado este relevante espaço de participação”.

Está resistência ao FCP dos vereadores já foi pormenorizadamente debatida na Subseção 4.3.1, que trata do contexto da influência, e pode ser percebida tanto como um

resultado natural de autoproteção da classe às consequências da implantação do Fórum quanto como uma situação de falta de adequado conhecimento do que se trata o FCP.

Deve aqui ser acrescentado o fato do Governo ter maioria na Câmara Municipal (cerca de pelo menos oito vereadores, dos onze, são da base governista) e mesmo assim, a Gestão não consegue uni-los em torno do apoio ao FCP.

Os Representantes Comunitários também citaram que alguns dos próprios colegas Representantes das comunidades são força de resistência. O entrevistado R13 cita que esta resistência ocorre devido o “próprio comodismo e individualismo de algumas pessoas que não compartilham das mesmas preocupações coletivas das comunidades”.

Houve, ainda, uma grave denúncia realizada pelo entrevistado R14, para ele há intervenção dos Gestores e Vereadores na autonomia dos Representantes Comunitários, senão vejamos:

[...] existe alguns indícios de intervenções de ambas as partes tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo, junto aos representantes de fácil acesso a se corromperem, isso já é de praxe principalmente aqui no município de Icapuí, dificilmente um grupo ele tenha altamente sustentabilidade mediante de favorecimento onde tem pessoas que compacto-a como esse tipo de vício onde defende seus interesses individualista, onde passa obedecer ordem esquecendo dos seus direitos e deveres na sua própria comunidade ou região (sic).

Deve ser esclarecido que esse tipo de percepção relatada pelo entrevistado R14 não é comum, sendo o único que citou tal prática, conforme será analisado mais adiante.

Quanto à percepção dos gestores, além da resistência do Poder Legislativo, já supra destacada, foi citado que alguns Secretários Municipais ainda não compreendem a importância do FCP e por isso não valorizam devidamente este instrumento de política pública. Nesse sentido relata o Entrevistado G1: “no que concerne aos gestores (secretários), acredito que a maioria tem priorizado esse processo como importante e estratégico como um projeto de gestão, mas infelizmente ainda há secretários que não valorizam a grandiosidade deste instrumento”.

No mesmo sentido, cita-se o Entrevistado G2: “Senti resistência de parte dos vereadores e incompreensão por alguns gestores”.

Em contrapartida, o Entrevistado G1 acredita que “quanto às comunidades percebo uma boa aceitação, prova disso é a significativa participação dos membros nos encontros realizados”.

Mais uma vez, percebe-se que os erros cometidos durante o ciclo da produção do texto atingem negativamente o ciclo da prática. Ora, se não há uma consolidação em torno de como funcionará o Fórum, havendo dúvidas inclusive entre os organizadores, é natural que os vereadores e gestores possuam incompreensões sobre os objetivos do Fórum e inclusive sobre sua própria existência.

Quanto à autonomia dos participantes do Fórum, os questionários demonstraram que de forma unânime os Representantes Comunitários relatam que possuem autonomia e oportunidade para expressar suas opiniões e participar das discussões.

Para o Entrevistado R1, “todas as comunidades são representadas nos encontros e todos eles têm o momento de irem para frente dizer suas necessidades e tudo isso transmitido pela rádio local”. O Entrevistado R2 complementa informando que “temos toda autonomia de expressar nossas opiniões e dúvidas, sempre está dando suporte com profissionais para discutir cada demanda”. No mesmo sentido afirma o Entrevistado R10, “os representantes são os protagonistas e têm todo o apoio e liberdade de expressão”.

Apesar de inicialmente informar que possui sim autonomia, o Entrevistado R14 dá continuidade à denúncia anteriormente relatada, complementando-a. Para ele:

Alguns fazem parte da base do governo [e por isso] sofrem sim, por mostrar que é possível solucionar os problemas existentes, isso incomoda e os não faz é isolados, muito pouco aqueles que recebem assessoria e são selecionados pela base, essa é a grande decepção que temos dos gestores manipulados (sic – texto adaptado para torna-lo mais claro ao leitor).

Apesar do texto não possuir uma redação clara mesmo após a adaptação realizada, dá a entender que alguns dos Representantes Comunitários fazem parte do governo e que por isso sofrem pressão, acarretando a perda da autonomia adequada para se manifestarem.

Em sentido oposto, o Entrevistado R4 relata que “os representantes têm autonomia e oportunidade de discutir. Não recebem pressão, pelo menos que eu tenha notado”. No mesmo sentido o Entrevistado R20 destaca que “a gente tem sim oportunidade e é sempre livre para qualquer diálogo”.

Na visão dos gestores, os representantes têm “bastante autonomia. Não recebem pressão mas há um suporte técnico da SEGOV” (Entrevistado G2).

O Entrevistado G1 revela, ainda, que:

Existe um grupo do FCP (ZAP) (sic) onde muitos utilizam este meio para fazer cobranças, solicitam reuniões de suas comunidades com o Prefeito e Secretários. Mas ao mesmo tempo, gostaríamos de ver um FCP mais atuante, como junto a fiscalização das obras quanto aos seus gastos, acompanhar os processos licitatórios, conhecer mais as receitas e despesas do município de forma mais sistemática.

A existência de um grupo *online* revela importante integração entre seus membros, sendo importante ferramenta para estender as discussões que durante o Fórum possuem espaço temporal limitado.

Conforme já citado na Seção anterior (sobre a ideia de utilização de aplicativos de celular e *softwares* que facilitem a prestação de contas das demandas e facilitem o diálogo), tais ferramentas tecnológicas podem ser melhor aproveitadas para aumentar o grau de relação entre os Representantes Comunitários, a Gestão e a própria população.

Por fim, a abordagem sobre o contexto da prática procurou identificar quais eram as principais dificuldades enfrentadas por seus participantes e como estão lidando com estas dificuldades.

Após a aplicação dos questionários, ficou visível que para cerca de 25% (vinte e cinco por cento) dos representantes comunitários não houve dificuldades a serem sanadas, conforme explicita o Entrevistado R13: “no meu ponto de vista não vejo dificuldades, pelo contrário depois do fórum tivemos mais esclarecimentos quanto as situações”.

Para o restante, houveram sim algumas dificuldades durante as participações no Fórum. A principal reclamação foi quanto ao tempo dos encontros. Para os Representantes Comunitários o tempo cedido para cada comunidade relatar seus pedidos durante os encontros é insuficiente.

O Entrevistado R1 relata sua dificuldade nesse sentido: “a principal dificuldade que vejo é o tempo do encontro que são (sic) muito curto, e os encontros que demoram para se reencontrarmos novamente, com isso nos dar (sic) um pouco de comodismo”.

O Entrevistado R9 também cita o tempo como dificuldade, para ele a melhor forma de resolver tal impasse é tentar ser objetivo, senão vejamos: “Como falei antes a dificuldade gira em torno de pouco tempo disponível. Para superar essa dificuldade eu tento ser o mais objetivo possível”.

No mesmo sentido, o Entrevistado R16 relata:

Acredito que, o pouco tempo de encontro às vezes faz com que algumas comunidades não tenha tempo suficiente para expressar todos os problemas

vivenciados. Mas é tranquilo, porque temos também um apoio muito significativo da Assessoria de Relação com a Comunidade da Secretaria de Governo que nos escuta e que leva as nossas reivindicações ao Prefeito e isso faz toda a diferença (sic).

Aqui, a consolidação do Regimento Interno discutido na Seção anterior terá fundamental importância na melhoria do funcionamento do Fórum, pois através dele haverá uma melhor organização dos momentos, tornando o Fórum mais fluido e objetivo, focado em suas finalidades.

Deve ser revisto, ainda, a duração da fala permitida a cada Representante Comunitário, que é muito incipiente. Isso ocorre devido a quantidade de comunidades existentes no Município, não havendo tempo suficiente para todas as 36 (trinta e seis) comunidades se expressarem adequadamente.

Para resolver tal situação, propõe-se que os Representantes Comunitários sejam divididos em 06 (seis) regiões municipais, adequando-se uma metodologia em que os Representantes tenham espaço de fala no círculo de sua região e que sejam levantadas prioridades que seriam repassadas para o Fórum todo.

Assim, haveria um momento anterior ao de fala no Fórum que serviria de filtro para as discussões, demandas, reclamações e sugestões que realmente sejam importantes para serem divulgadas a todas as comunidades, otimizando o tempo disponível.

Outra dificuldade bastante citada pelos Representantes Comunitários foi a locomoção para os encontros. Para o Entrevistado R19: “temos dificuldade de chegar até o encontro, colocar gasolina”.

Apesar das reclamações quanto aos transportes, durante a observação participante, foi possível perceber que haviam ônibus disponíveis para o transporte dos Representantes Comunitários até o local do evento. Entretanto, não é possível afirmar que tais transportes contemplaram todas as comunidades.

Muitos citaram ainda a falta de efetividade do Fórum, que faz o levantamento de muitos problemas sociais, mas acaba resolvendo uma quantidade ínfima, conforme relata o Entrevistado R10: “apesar das poucas reuniões que têm existido, houve um grande levantamento dos problemas, através de seus representantes de cada comunidade. Porém muito poucos sanados”.

O Entrevistado R12 relata a mesma dificuldade: “para mim, as principais são em sempre mostrar e discutir o que a minha comunidade precisa e nada ser feito”.

Quanto a este ponto, é necessário que o Regimento Interno regulamente o controle de demandas, conforme já brevemente explanado na Seção anterior, devendo este controle ser realizado mediante quadro de demandas, individualizado por comunidade ou por região, de forma que possa ser visualizado com facilidade tudo o que foi feito, o que está em andamento, e tudo o que não foi realizado.

É importante, ainda, que este quadro de demandas se utilize de uma metodologia de fácil compreensão para todos os participantes, sem conceitos técnicos e fórmulas estatísticas complexas. Para facilitar a compreensão do quadro por todos os participantes, propõe-se a utilização de um padrão de cores para as demandas, permitindo um rápido entendimento do que está sendo realizado, do que foi feito e que está atrasado.

Foi citado, ainda, como dificuldades a pontualidade dos encontros, a falta de recursos para resolver os problemas e o retorno das demandas (prestação de contas das demandas).

Já quanto as dificuldades dos gestores, enquanto o Entrevistado G1 relatou as dificuldades representativas dos Representantes Comunitários repassando algumas problemáticas pela falta de capacidade deles para aquele espaço, o Entrevistado G2 reconheceu dificuldades internas, como por exemplo, a dificuldade de dar retorno às demandas.

Foi unânime a necessidade de definição de uma metodologia adequada para dar prosseguimento aos encontros. Nesse sentido, destaca-se as palavras do Entrevistado G2, que coloca como principais dificuldades: “O retorno às demandas comunitárias, a indefinição de uma metodologia apropriada. Tivemos inicialmente algumas discussões e fomos fazendo mudanças que julgávamos necessárias. Mas houve um esfriamento do processo”.

O Entrevistado G1 enumera as seguintes dificuldades:

1. Acredito que há algumas comunidades com uma representação mais frágeis (porque não tem tanto preparo de fala e isso dificulta seus encaminhamentos junto a gestão);
2. O FCP deve ter momentos mais propositivos, ainda está mais no nível de solicitar demandas;
3. As comunidades precisam se apropriar mais da fala, pois há momentos em que a gestão protagoniza mais;

A equipe que conduz o processo precisa realizar mais avaliação e tentar rever novos processos e novas metodologias, mas no geral sabe lidar bem com as dificuldades.

Assim, a partir de todas as informações obtidas, há uma clara percepção de que o contexto da prática está subutilizado e sendo mal interpretado pelos erros cometidos durante o contexto da produção do texto. Necessário, assim, o aprimoramento do ciclo da produção do texto, para otimizar o contexto da prática.

4.3.4 CONTEXTO DOS RESULTADOS/EFEITOS

Na abordagem do contexto dos resultados/efeitos, houve uma preocupação com a análise dos efeitos da política, mas do que propriamente com os resultados. Assim, a pesquisa buscou identificar os impactos e interações do Fórum.

Nesse sentido, os participantes foram questionados sobre o impacto do Fórum, se houveram consequências inesperadas, sobre a elevação dos padrões de acesso, oportunidade e justiça social, se houve algum tipo de prestação de contas e em que os seus participantes mudariam ou acrescentariam para melhorar a experiência no Fórum.

A partir da aplicação dos questionários, restou evidenciado que o principal impacto gerado pelo FCP foi a abertura de espaço de fala para as comunidades. A possibilidade de acesso à gestão causou impacto positivo aos seus participantes, gerando a percepção de que toda a sociedade é importante nas decisões administrativas.

Para o Entrevistado R5 “o impacto é positivo pois se faz acreditar em uma política participativa onde todas as vozes são importantes”. No mesmo sentido informa o Entrevistado R9, para este o Fórum teve um “impacto positivo no que tange a satisfação enquanto sentir-se ouvido”. Assim como também para o Entrevistado R11: “entendo que esse evento nos dá um suporte para expor os problemas pelos quais as comunidades passam, vejo como impacto positivo”.

O FCP é definido, ainda, como um instrumento que traz esperanças de um avanço na qualidade dos serviços públicos. Para o Entrevistado R8, o Fórum é definido como um “sonho, esperança que as prioridades sejam resolvidas”. Já para o Entrevistado R2, o impacto do Fórum foi “positiva e de satisfação, que a partir do fórum nossas reivindicações sejam atendidas, assim nossa voz ganha força e juntos somos mais fortes”.

Além de um espaço para serem escutados, restou evidenciado ainda que os participantes entendem que ali é um momento de aprendizagem. Para o Entrevistado R13, o Fórum foi “positivo, pois por meio da troca de experiências aprendemos a lidar com as

situações em nossa comunidade”. No mesmo sentido, o Entrevistado R14 defende que “O Fórum Comunitário é uma potente ferramenta de aprendizagem para cada membro, defender os direitos e deveres de cada cidadão é, nesse sentido, a experiência prática de participação nas tomadas de decisões sobre as prioridades públicas do município”.

Já os gestores também entendem que houve um impacto positivo tanto para as comunidades quanto para a gestão e citam como principais impactos do FCP a oportunidade de fala coletiva, a mobilização das pessoas, a realização de demandas que foram discutidas nos encontros e a ampliação do diálogo entre o governo e sociedade.

Quando questionados sobre se existiram consequências inesperadas durante os encontros do FCP, a maioria dos Representantes Comunitários informaram que não identificaram nenhuma. Todavia, entre aqueles que identificaram, foram citadas três consequências inesperadas.

A primeira consequência inesperada seria a falta de correspondência entre o que era requerido pelos Representantes Comunitários e o que a Gestão fazia. Nesse sentido, o Entrevistado R2 cita que “as consequências inesperadas é que se cria uma expectativa diante das reivindicações e as mesmas não chegam a ser executadas”. No mesmo teor o Entrevistado R12 descreve “as dificuldades que algumas representantes relataram em suas comunidades e não foram correspondidas. Não tiveram resposta das suas perguntas”. Ainda, no mesmo sentido, o Entrevistado R16 relata: “talvez, demora da burocracia da gestão pública como todo em resolver os problemas e as comunidades são muito imediatista”.

A segunda consequência inesperada seria as discussões entre os próprios Representantes Comunitários. Para o Entrevistado R3 “pode ocorrer alguma discussão entre os representantes”, já o Entrevistado R4 relata que “algumas pessoas ao se expressarem acabam instigando momentos de discussões mais severos, as vezes ocasionam brigas”.

Por fim, a terceira consequência inesperada relatada foi a confusão dos assuntos abordados com questões político partidárias entre os próprios Representantes Comunitários. Para o Entrevistado R5, “em algumas situações os Representantes Comunitários levam para um viés político partidário”, no mesmo sentido, o Entrevistado R8 relata que há um “pessoal que expõem assuntos que não tem nada haver com o momento, como por exemplo ‘política’”.

Já para os gestores houveram duas consequências inesperadas. Para o Entrevistado G1 “algumas comunidades querer retomar o processo de organização através da revitalização da Associação de Moradores, como as comunidades de Picos, Vila Nova e Melancias de Cima”, enquanto que o Entrevistado G2 entende que ainda “Há uma confusão entre o Fórum e a continuidade do plano diretor. Como os Representantes do Fórum foram eleitos nas plenárias do Plano Diretor, alguns acharam que o Fórum fosse o espaço para monitoramento do Plano Diretor”.

Após, buscou-se verificar se houve algum tipo de prestação de contas ou análise dos resultados dos questionamentos, opiniões, pedidos e votações realizadas durante o FCP.

Para uma parte dos entrevistados não foram identificados nenhum tipo de prestação de contas propriamente dita. Para o Entrevistado R2 “não houve nenhum tipo de prestação de contas ainda dos pedidos realizados no FCP, tendo em vista que não foram executados”, da mesma forma o Entrevistado R9 explicita que “não presenciei, porém se houver é superficial, deixando-se de adentrar em detalhamentos e entrega de prestações de contas”. Já para o Entrevistado R17, “no momento não teve, mas ficou registrado o que ele fez na nossa comunidade”.

No mesmo sentido, resume o Entrevistado R1: “Que eu me lembre no momento até agora foram apresentados os projetos de quanto se gastaria em algumas demandas do município e foram apresentados o quanto se gasta em cada Secretaria”.

Para a maioria dos entrevistados, entretanto, houve sim algum tipo de prestação de contas. Os Entrevistados R4, R6, R12 e R15 reconhecem que houve uma prestação de contas das Secretarias, conforme pode-se ser analisado, respectivamente, de suas afirmações: “sim, as Secretarias através dos secretários mostram o que foi feito ou não realizado e qual demanda popular foi resolvida”; “sim, foi feita uma prestação de contas das Secretarias”; “sim, em Redonda foi realizada uma prestação de conta com todos os representantes e políticos”; “sim, houve uma prestação de contas das ações de todas as Secretarias”.

O Entrevistado R7 também reconhece que houve uma prestação de contas das Secretarias, todavia, entende que pode ser aprimorada, senão vejamos: “sim, mas precisa melhorar, por exemplo, foi muito interessante no Fórum da Redonda todas as Secretarias apresentarem suas ações e atividades realizadas”.

Já para os Gestores, apesar do Entrevistado G2 informar que “é feito um monitoramento das demandas atendidas pela gestão no que concerne às comunidades”, há também um entendimento que tal prática precisa ser aprimorada, para o Entrevistado G1:

Esse processo ainda precisa ser melhorado, pois como o FCP possui um período muito grande para retomar seus encontros, então de certa forma fragiliza muito esse retorno e ao mesmo tempo esta prestação de contas do porque das coisas (considero esse feedback ainda frágil).

Apesar da prestação de contas ainda ser incipiente, o Entrevistado G1 destaca que paralelo às atividades da gestão, “as comunidades mais empoderadas sempre têm cobrado o retorno das ações junto a Secretaria de Governo e outros órgãos”.

Por fim, foi questionado aos participantes o que estes mudariam ou acrescentariam ao FCP para melhorar sua experiência. Para a maioria dos Representantes Comunitários, a quantidade de encontros é muito pequena, devendo ser aumentada a quantidade de encontros durante o ano. Coadunam com esse sentimento o Entrevistado R6 (“deveria ter mais encontros”), R7 (“deveria ter mais encontros durante o ano”), R12 (“eu gostaria que tivessem mais encontros das reuniões), R13 (“recomendaria que as reuniões fossem mais constantes”), R15 (“que tenha mais encontros. É bom participar”) e R16 (“gostaria de sugerir que haja mais encontros, pois é muito importante o funcionamento deste fórum para as comunidades”).

O Entrevistado R10 vai mais além e requer que a periodicidade dos encontros seja mensal, senão vejamos: “tornaria os encontros mensais, deixando claro as ações que foram resolvidas ou que estão em encaminhamento, para todos os membros do FCP”.

Outro importante pedido de aprimoramento no Fórum, é o tempo concedido para cada comunidade apresentar suas ideias e reivindicações. Nesse sentido são as respostas do Entrevistado R1: “vejo que está sendo bem da forma que esta administrado, só vejo que deveriam pensar no tempo que está sendo feito os encontros”; do Entrevistado R2: “tempo para que todos os participantes possam expor suas reivindicações”; do Entrevistado R18 “o que não gostei no fórum foi a pressa, pois são muitas comunidades para serem discutidas em apenas 2h. Tem que ser no mínimo o dia todo”; e do Entrevistado R19: “acho que é pouco tempo para debater os problemas da comunidade”.

Para os Gestores, dois pontos principais foram abordados, o período dos encontros e a revisão metodológica do seu funcionamento.

Para o Entrevistado G1:

com certeza é preciso rever o período do encontro, colocar em prática os encontros trimestrais que infelizmente não está sendo realizada com esta frequência. Como também, melhorar a metodologia para que se provoque um processo de mais apropriação dos membros no decorrer dos encontros.

O Entrevistado G2 complementa, informando que é necessário um “maior entendimento do gestor municipal das propostas do Fórum. E se faz necessário ainda uma revisão metodológica e de finalidade”.

A partir dos dados levantados através das respostas obtidas mediante a aplicação dos questionários e pela própria observação participante, percebe-se que os efeitos gerados pelo FCP estão abaixo das possibilidades esperadas tanto para os Representantes Comunitários quanto para os próprios gestores.

O principal fato gerador deste resultado à quem do esperado é a falta de correspondência entre as demandas escolhidas como prioritárias pelos Representantes Comunitários e as demandas efetivamente resolvidas pela Administração Pública, o que enfraquece o FCP e desestimula os seus participantes.

A utilização de quadro de demandas é de suma importância para que seja realizada análise estatística com demonstrativo do crescimento/diminuição das demandas e das atividades executadas.

A este quadro deve ser dada total publicidade, não só para os participantes do FCP, como também para toda população, de forma que permita às comunidades tomarem conhecimento de suas prioridades, possibilitando que estas pressionem as execuções das demandas, dando autoridade às decisões tomadas pelo seu Representante Comunitário.

4.3.5 CONTEXTO DA ESTRATÉGIA POLÍTICA

Na abordagem do contexto de estratégia política buscou-se identificar quais as ações e políticas os gestores municipais estão tomando para fomentar o combate às desigualdades criadas ou reproduzidas pelo FCP.

Nesse sentido, de início buscou-se identificar quais eram essas desigualdades criadas ou reproduzidas, para após verificar quais foram as estratégias delineadas para lidar com aquelas e quais estratégias já utilizadas deveriam ser repensadas.

Posteriormente, foi questionado se as estratégias escolhidas são exequíveis e se há avaliações quanto às estratégias e procedimentos adotados e se há algum índice de satisfação ou qualidade da política.

Quando questionados quanto às desigualdades criadas, os gestores apresentaram um entendimento informando que não identificaram nenhuma desigualdade. Para o Entrevistado G1 “do ponto de vista universal, todas as comunidades têm o mesmo poder de fala e de participação”, enquanto que para o Entrevistado G2 “há debates acalorados em especial nas demandas mais urgentes, mas o ambiente é salutar para tal”.

Apesar dos Gestores informarem que não há desigualdades criadas, a observação participante permitiu identificar que a escolha dos Representantes Comunitários acabaram por criar desigualdades na proporção que há líderes comunitários mais preparados que outros. Assim, o poder de fala, argumentação e o próprio interesse de alguns representantes acaba gerando um benefício para determinada comunidade.

Conforme já foi citado, a comunidade do Gravier está inclusive sem representante e nunca foi tentado corrigir tal fato, o que acaba acarretando, também, uma grande desigualdade entre as comunidades.

Quanto às estratégias que poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades e tensões identificadas, os gestores verificaram que é necessário fortalecer o FCP, apesar de haver uma compreensão de que não há desigualdades neste. O Entrevistado G2 relatou como estratégia tornar “mais claro qual o papel do Fórum. Trabalhar com formação também. Digo formação no âmbito do fortalecimento da participação popular”.

Aqui, a fala do Gestor ratifica a percepção de desigualdade obtida através da observação participante, ao confessar que é importante que haja a formação dos líderes comunitários para que seja fortalecida a participação popular. Ora, se é necessário formação, logo se conclui que há representantes sem a capacidade de atuação adequada.

Além da formação dos líderes comunitário, o Espaço Aberto é uma importante ferramenta que propicia a diminuição das desigualdades ocasionadas pela falta de interesse e motivação de algum Representante Comunitário, uma vez que permite a

qualquer pessoa a participação no Fórum, possibilitando, ainda, o direito a voto, caso o Representante Comunitário titular falte ao encontro.

Quando questionados quais estratégias deveriam ser repensadas e/ou redimensionadas, os Gestores citaram os seguintes pontos:

- criar mais processos de formações/capacitações;
- tentar sensibilizar o Poder Legislativo para ser um parceiro importante do FCP;
- criar um calendário com as agendas de encontros trimestrais e socializar com os membros;
- realizar encontros segmentados para discutir temáticas específicas, como educação e saúde;
- envolvimento dos gestores municipais e compreensão do papel frente ao Fórum.

Posteriormente, foram questionados se as estratégias delineadas são exequíveis, havendo respostas positivas dos gestores. O Entrevistado G1 acredita que as estratégias são exequíveis “porque há muitas publicações acerca de instrumentos de participação e com certeza as nossas sugestões quanto as estratégicas podem ser melhoradas em sintonia com outras experiências sistematizadas em artigos, livros, etc.”. Enquanto que o Entrevistado G2 analisa que “são exequíveis e fundamentadas sobretudo no paradigma freiriano”.

Por fim, foram indagados sobre se haviam avaliações quanto às estratégias e procedimentos adotados na política e se havia algum índice de satisfação ou qualidade da política. O Entrevistado G2 informa que “Foram feitas avaliações pontuais pela equipe técnica que segue redesenhando a proposta, mas os indicadores avaliativos não estão claros”.

Enquanto que o Entrevistado G2 expõe:

Ainda não elaboramos um instrumental para fazer essas avaliações mais consistentes e técnicas, mas sem dúvidas iremos adotar um modelo assim, para acompanharmos, sobretudo, as demandas que foram solicitadas, se foram realizadas, se não o porquê e principalmente darmos retornos de forma sistemática as comunidades. Sem dúvidas, isso será um relevante termômetro de monitoramento quanto às práticas das políticas públicas aliadas a melhoria da qualidade de vida da população.

Durante a realização da observação participante, foi possível presenciar as reuniões avaliativas do FCP, que eram realizadas posteriormente a realização dos encontros entre os Gestores (Secretária de Governo, Assessora de Relações com a

Comunidade e servidores da Secretaria de Governo), com o objetivo de fazer uma análise do funcionamento do último encontro e o planejamento dos encontros seguintes.

Inicialmente, cada participante da reunião descreve suas impressões sobre a realização do encontro, destacando o que entende que deu errado e o que deu certo.

Após, é apresentado o quadro de demandas requeridas pelas comunidades (similar aos apresentados neste trabalho) e verificado com os respectivos Secretários responsáveis pela realização da demanda a possibilidade da sua implementação.

Por fim, é realizado o planejamento de quando será realizado o próximo encontro e estipulado como será sua metodologia e se haverá um tema central a ser debatido.

Restou evidenciado, também, que ainda não há uma metodologia avaliativa preparada pela Administração Pública para analisar as estratégias aplicadas à política, o que impossibilita a obtenção de índices de satisfação ou qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

Fundamentado no conceito de democracia deliberativa, em que as tomadas de decisões são influenciadas pela homogeneização das preferências individuais e a vontade coletiva é construída a partir de um processo construtivo de diálogo (gerando um processo de democracia participativa), o FCP do município de Icapuí/CE surgiu a partir da metodologia escolhida para a elaboração do Plano Diretor e de um sentimento dos Gestores de necessidade de retomada da participação popular, derivado de uma campanha política em que tal princípio foi amplamente proposto, com base em experiências de Gestores anteriores.

Entre as influências iniciais do seu surgimento e da aplicação da metodologia inicialmente escolhida estão políticas públicas já consagradas como o Orçamento Participativo e o Selo Unicef e de experiências similares como a da Aliança da Cidadania do município de Irauçuba/CE.

Denota-se, que o FCP é exemplo prático da evolução da democracia deliberativa, que se fortaleceu principalmente nos municípios brasileiros após a Constituição Federal de 1988, devido às suas previsões de políticas públicas descentralizadoras, criando vários elementos de participação direta da população e instigando o aperfeiçoamento da participação popular.

Quanto à forma de participação dos indivíduos no FCP, a falta de formatação e homogeneidade dos encontros no modelo atual do Fórum ainda não permite identificar se configura um processo de partilha do poder, onde a Prefeitura Municipal divide suas decisões com os Representantes Comunitários ou se trata apenas de um processo de ratificação pública, onde os Representantes Comunitários apenas são chamados para referendar as decisões do Poder Público.

Foi possível verificar, todavia, que não se trata de um desenho participativo de baixo para cima, uma vez que foi demonstrado que o Projeto do FCP, se caracterizou, em verdade, de uma iniciativa de cima para baixo.

Quanto à sua caracterização, restou demonstrado que o FCP deve ser analisado sob o prisma de uma política de governo em evolução, uma vez que os seus ciclos não estão totalmente aperfeiçoados, o que está lhe impedindo de se transformar em uma efetiva política pública. Assim, as ações devem ser melhor formalizadas, senão

devidamente legisladas, de forma a transpor uma ideia de governo, tornando-se uma realidade do município.

Nesse sentido, a primeira proposta de intervenção no FCP é a sua formalização. Para isso, propõe-se que o projeto do FCP seja transformado em Lei Municipal que preveja ao atual Gestor e aos futuros a obrigatoriedade de realizar os encontros do Fórum periodicamente; que suas deliberações obriguem e vinculem as decisões discricionárias de aplicação dos recursos financeiros do município; que os encontros sejam obrigatoriamente transmitidos pela rádio pública municipal; e que todos os documentos gerados pelo FCP sejam publicados no *site* da Prefeitura Municipal de Icapuí/CE na internet, nas redes sociais (facebook, instagram, whatsapp ...) e fixados no flanelógrafo da Secretaria de Governo; tudo sob pena de multa pessoal ao gestor municipal.

Tendo em vista que o presente trabalho possui um intuito propositivo, apresenta-se proposta de Projeto de Lei (apêndice G) que pode ser apresentado mediante iniciativa popular, mas que também será enviado ao Poder Executivo, caso tenha interesse na formalização do projeto.

Ademais, apesar dos gestores informarem que o FCP possui um texto que prevê o funcionamento da política (anexo A), restou demonstrado em diversos momentos da pesquisa que este é obsoleto, apenas introdutório, o que ocasiona contradições e incongruências entre os próprios gestores, desde a metodologia de funcionamento e votações até a periodicidade dos encontros, fomentando confusão e dúvidas entre os próprios participantes.

Nesse sentido, propõe-se, ainda, a confecção do Regimento Interno do FCP, com a abordagem de todo seu funcionamento conforme analisado pormenorizadamente na Subseção 4.3.2, que trata do Contexto da Produção do Texto e se resume da seguinte forma:

- a) o processo de escolha, substituição e renovação dos Representantes Comunitários;
- b) a periodicidade dos encontros;
- c) a previsão de todos os momentos e fases do encontro;
- d) a estipulação do tempo de cada momento e fase;
- e) a estipulação do tempo de oratória permitido para cada comunidade;
- f) a metodologia de controle e votação das demandas;

- g) ferramentas de controle social;
- h) a obrigatoriedade de transmissão dos encontros pela rádio pública local e da publicidade de todos os atos através do sítio oficial da Prefeitura Municipal de Icapuí/CE e de mídias sociais.

Um ponto que deve ser observado quanto à escolha dos Representantes Comunitários é que eles devem ser voluntários. Para que o Fórum alcance seus propósitos deve funcionar com pessoas que ali queiram estar. Nesse sentido, quem vai aos encontros são as pessoas certas a estarem ali, podendo e devendo substituir os representantes eleitos em caso de falta daqueles no encontro que esteja ocorrendo.

Denota-se, ainda, que o FCP é um espaço de fala aberto a qualquer indivíduo, devendo o processo de escolha de representantes ocorrer apenas para decidir quem serão as pessoas que terão direito à voto nas deliberações.

A maior periodicidade dos encontros foi um dos pontos negativos expostos durante a aplicação dos questionários, que atualmente tem uma frequência praticamente semestral. O Entrevistado R10, inclusive, requereu que os encontros fossem realizados mensalmente. Todavia, deve ser levado em consideração alguns fatores na estipulação da sua periodicidade, como os objetivos do Fórum, o tempo hábil para realização das demandas, a complexidade de aglomeração de todos os participantes, a organização de local e estrutura para a realização do evento, o tempo disponível dos participantes, entre outros.

Levando-se em consideração todos os pontos supra destacados, propõe-se que os encontros se realizem bimestralmente ou no máximo trimestralmente, uma vez que um maior espaçamento entre os encontros acaba enfraquecendo o Fórum, diminuindo gradativamente o interesse dos participantes, além de reduzir o poder de controle social.

Destaca-se, que a partir da observação participante, ficou demonstrado que os encontros não possuem um rito próprio a ser seguido, havendo momentos diferentes de acordo com cada encontro. Nesse sentido, a formatação dos momentos do encontro é medida de fundamental importância para que os Representantes Comunitários fiquem previamente cientes do que vai acontecer e como vai ocorrer, facilitando a compreensão e entendimento de todas as fases dos encontros.

A proposta de estrutura do FCP é que ele seja dividido em 05 (cinco) momentos: abertura, configuração de agenda, espaço aberto, deliberações e encerramento.

Inicialmente, é necessário que os organizadores do encontro utilizem um local com amplo espaço, arejado, que acomode todos os participantes de forma confortável.

O Fórum deve se configurar em círculo, para evitar que haja uma ideia de que há uma oposição entre a mesa (Governo) e os participantes (Representantes Comunitários). A utilização de mesa é totalmente dispensável e deve auxiliar apenas equipamentos audio visuais fora do círculo. Essa disposição facilita o debate e coloca todos os participantes (Gestores e Representantes Comunitários) em igualdade.

Com o ambiente devidamente organizado e todos os participantes acomodados, deve ser dado início ao primeiro momento do Fórum, que é a abertura.

Na abertura, os gestores podem se apresentar e fazer uma pequena introdução dos temas que serão abordados no encontro de forma mais informal possível, para que o espaço de fala se torne amigável a todos. Não devem, ainda, se alongar, devendo ter tal momento, no máximo, 10 (dez) minutos.

Após a conclusão da abertura, passa-se a configuração da agenda, que é o momento onde o grupo passa a descobrir o que deseja fazer naquele encontro. Para isso, os gestores se utilizarão da planilha de controle de demandas produzida no encontro anterior (que posteriormente será detalhada).

Na configuração da agenda, a administração pública deverá explanar sobre todos os quadros que compõe a planilha de controle de demandas, informando quais foram executadas, quais estão em andamento, quais não puderam ser realizadas e os motivos. Devendo realizar tal explanação no espaço de 30 (trinta) minutos.

Após a prestação de contas, será aberto livremente o espaço de fala a qualquer participante do encontro para debater sobre os resultados apresentados pelos gestores. Devendo tal momento não ultrapassar também os 30 (trinta) minutos. Todavia, o tempo de fala das comunidades não deve ser rígido, permitindo-se, sempre que se mostrar produtivo, a continuidade dos debates enquanto for necessário.

Esse momento inicial é fundamental para que os Representantes Comunitários se apropriem da situação, para que possam participar do próximo momento, que é o espaço aberto.

Posteriormente ao momento de configuração de agenda, propõe-se que seja realizado 10 (dez) minutos de *coffe brake*.

O espaço aberto é o momento mais importante do Fórum, pois é quando os Representantes Comunitários ganham espaço de fala direta com a gestão, oportunidade esta destacada entre as respostas recebidas durante a pesquisa.

Todavia, durante a aplicação dos questionários, restou demonstrado que o momento de fala ainda era muito incipiente e pequeno, não havendo tempo suficiente para todas as 36 (trinta e seis) comunidades se expressarem adequadamente.

De fato, caso seja concedido o tempo de 10 (dez) minutos para cada comunidade tratar sobre sua situação, ocuparia-se um tempo total de 06 (seis) horas, ultrapassando em muito o tempo total do encontro, que espera-se não ocupar mais que um turno do dia, durando em torno de 04 (quatro) horas totais.

Para resolver tal situação, propõe-se que o espaço aberto seja dividido em dois momentos. No primeiro momento, os Representantes Comunitários devem ser divididos em 06 (seis) regiões municipais, formando mini-círculos. Para acompanhar cada região deve ser designado um Secretário Municipal ou o próprio Prefeito Municipal (ou seu Vice).

Durante a discussão nos mini-círculos regionais, os representantes poderão tirar dúvidas específicas com o gestor que está lhes acompanhando e deverão deliberar sobre 02 (duas) demandas específicas daquela região, decidindo, ainda, quais das duas é a demanda principal. Espera-se que a duração das deliberações nos mini-círculos dure cerca de 40 (quarenta) minutos.

Após, devem ser dissolvidos os mini-círculos, voltando-se ao círculo original, momento em que cada região terá o prazo de 15 (quinze) minutos para apresentar suas duas demandas e justificá-las, possuindo, ainda, espaço de fala livre para debater o que acharem oportuno.

Após o término do momento do espaço aberto, passa-se as deliberações, que é composta pelas decisões que por ventura necessitem da deliberação dos Representantes Comunitários.

Em todo encontro, será levado a votação as 06 (seis) demandas principais escolhidas pelas regiões, para escolha de qual delas será a demanda que se transformará em prioritária, conforme melhor detalhado quando se especificar sobre o quadro de demandas.

Deve ser levado em consideração nessa votação, que as comunidades pertencentes a determinada região não podem votar na sua respectiva demanda.

Após as deliberações, haverá o encerramento do Fórum, momento em que será apresentado o quadro atualizado de demandas, com o resumo do que foi decidido e os agradecimentos e falas de quem se voluntariar.

Isto posto, o FCP terá a seguinte estrutura:

- a) Abertura: 10 minutos
- b) Configuração de Agenda
 - i. Prestação de Contas: 30 minutos
 - ii. Discussão das Comunidades: 30 minutos
- c) *Coffe Brake*: 10 minutos
- d) Espaço Aberto
 - i. Mini-círculos: 40 minutos
 - ii. Apresentação das Regiões: 90 minutos
- e) Deliberações: 20 minutos
- f) Encerramento: 10 minutos

Duração Total: 04 (quatro) horas.

A partir da metodologia ora proposta e levando-se em consideração os limites temporais que o Fórum possui, espera-se que seja reduzido o grau de insatisfação dos participantes com o tempo concedido a cada participante para se manifestar, reclamação bastante repetida durante a aplicação dos questionários.

Entendido como funcionará o Fórum, um dos principais pontos que deve estar contido no Regimento Interno do FCP é a sua metodologia de controle das demandas, que foi um dos principais pontos de reclamação dos Representantes Comunitários.

Propõe-se aqui, que o controle das demandas seja realizado mediante quadro de demandas, individualizado por comunidade ou por região (conforme será debatido à frente), de forma que possa ser visualizado com facilidade tudo o que foi feito, o que está em andamento e tudo o que não foi realizado.

É sabido que a Administração Pública possui recursos limitados, que podem impossibilitar a execução de todas as demandas requeridas pelas comunidades. Nesse

sentido, é necessário realizar um controle das demandas a qual devem ter a execução prioritizada por estarem mais atrasadas ou possuírem uma importância maior.

Para facilitar a compreensão do quadro por todos os participantes, este deve utilizar um padrão de cores para as demandas, classificando-as entre novas demandas (quadro branco); demandas em atraso (quadro amarelo); demandas com prioridade (quadro laranja); demandas com urgência (quadro vermelho); falha da administração pública (quadro cinza) e demandas em andamento (quadro verde).

O padrão de cores foi escolhido de forma a facilitar intuitivamente e naturalmente a compreensão do conteúdo do quadro.

Assim, as demandas seguirão o seguinte padrão, conforme quadro abaixo:

Quadro 4. Modelo de quadro de controle das demandas.

DEMANDA NOVA	São as demandas adicionadas na última reunião.
DEMANDA EM ATRASO	São as demandas adicionadas na reunião anterior que ainda não foram resolvidas.
DEMANDA COM PRIORIDADE	São as demandas adicionadas a duas reuniões anteriores e ainda não foram resolvidas ou que por votação foram estipuladas como prioridade.
DEMANDA COM URGÊNCIA	São as demandas adicionadas a três reuniões anteriores e ainda não foram resolvidas ou que por votação foram transformadas de prioridade em urgência.
FALHA DA ADM. PÚBLICA	São as demandas adicionadas a quatro reuniões anteriores e ainda não foram resolvidas ou que foram adicionadas em reuniões anteriores mas foram votadas como prioridade e após como urgência.
DEMANDAS EM ANDAMENTO	São as demandas que estão sendo executadas pela administração pública, mas que ainda não foram concluídas e por isso, ainda não podem ser retiradas do quadro de controle. Uma demanda só pode ficar uma reunião como demanda em andamento.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A partir da organização supra exposta, deve ser feito quadro com as demandas de todas as comunidades/regiões, sendo que só pode ser acrescentada uma demanda principal por comunidade/região e cada uma destas só poderá acumular duas demandas principais pendentes.

A demanda secundária que as regiões indicarem durante os Fóruns servirão apenas como referência informativa à administração pública, não vinculando sua execução, e por isso não seguirá a sequência de classificações supramencionada.

A cada reunião será apresentado o quadro atualizado das demandas e a sua análise estatística durante o momento da configuração de agenda, demonstrando-se a evolução do crescimento/diminuição das demandas em atraso, com prioridade, com urgências e das falhas da administração. Além da análise estatísticas das demandas em andamento e das concluídas, apresentando-se, ainda, evolução reunião a reunião das atividades executadas.

Ao quadro de controle e à análise estatística deve ser dada ampla publicidade, não devendo ficar sua apresentação resumida ao FCP. O quadro deve ser publicado no *site* da Prefeitura Municipal de Icapuí/CE na internet, nas mídias sociais (*facebook, instagram, whatsapp...*) e fixado no flanelógrafo da Secretaria de Governo.

Conforme já discutivo, a utilização de aplicativos de celular é uma alternativa viável para aumentar a transparência e publicidade do Fórum e facilitar o controle das demandas, pois atingiria boa parcela da população, diminuindo a distância do Fórum para com seu público.

Para isso, há duas alternativas ao município. A produção de um novo aplicativo específico para o município, que teria como ponto positivo que seria feito de acordo com as peculiaridades e as necessidades do município, podendo possuir, inclusive outros serviços, como, por exemplo, o seu uso para fins turísticos, com informações sobre a cidade, seus atrativos e pontos turísticos e para fins de segurança, com alertas sobre possíveis crimes ocorrendo na cidade; e como ponto negativo os gastos financeiros para sua produção e manutenção. A outra alternativa seria a utilização de um aplicativo que já esteja disponível na internet, como os seguintes aplicativos: “cidade viva”, “cidade legal”, “pelas ruas” e “viva a cidade”, que estão disponíveis gratuitamente tanto para “android” como para “IOS”, na “app store” e na “playstore”. Possuem como ponto positivo o fato de não trazer nenhum gasto para a administração pública, mas como ponto negativo a limitação dos seus serviços.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão também disponibiliza gratuitamente um software chamado “e-Cidade” que destina-se a informatizar a gestão dos municípios de forma integrada.

A confecção do regimento interno do FCP se mostra como o grande passo para que o ciclo da produção do texto esteja apto a gerar efeitos concretos.

Denota-se, por fim, que durante a realização da pesquisa, seja através da observação participante, seja através da aplicação dos questionários, foi identificado que o poder legislativo municipal é um ator específico que é uma influência negativa à continuidade do Fórum (mesmo que estes neguem) e por isso devem ser tomadas ações para reduzi-la.

Para isto, propõe-se que uma equipe do governo envie ofício requerendo ao Poder Legislativo espaço de fala durante alguma sessão da Câmara Municipal de Vereadores, com o intuito de apresentar o projeto da forma mais amigável possível, demonstrando os benefícios que este trará para o município, convidando-os a participar dos próximos encontros do FCP e explicando que estes terão espaço de fala aberta para também defender os interesses comunitários.

Este movimento informativo de explanação sobre o conceito, fundamentos, metodologia e objetivos do FCP deve ser estendido a todos os gestores municipais, para que estes também entendam a importância desta política pública.

Espera-se, que a partir da execução de todas as ações administrativas e legislativas propostas, o FCP se transforme em uma política pública de estado referência nacional, trazendo frutos não só para o município de Icapuí/CE, mas que possa se perpetuar como prática de gestão e exemplo de controle social que deve ser replicado.

Acredita-se, também, que todos os objetivos inicialmente previstos foram cumpridos.

De fato, foram identificados que há aspectos sociológicos e históricos que propiciaram a formação do FCP, conforme estudado na Seção 1.2 que trata da análise histórica da participação popular em Icapuí/CE, há no município uma profunda conexão com movimentos populares desde seus primórdios e que ao longo do tempo se aperfeiçoou, culminando com sua emancipação e o desenvolvimento do orçamento participativo, fato que transformou a participação popular em um elemento de bastante orgulho no município e enraizado nas atuais gerações, gerado pelas décadas de luta do distrito de Icapuí/CE para que conseguisse sua emancipação política.

O estudo do FCP permitiu identificar todos os seus ciclos, o que facilitou a compreensão de seu funcionamento, permitindo verificar que apesar de haver uma

percepção positiva de seus participantes e organizadores quanto ao atendimento das necessidades de participação da população nas esferas de tomada de decisão do poder público municipal, pois permite acesso livre de fala à população diretamente aos Gestores Públicos, ainda precisa ser melhor regulamentada e entendida pelos próprios gestores para possuir mais efetividade.

A partir da aplicação dos questionários e da utilização da observação participante, foi possível identificar que há um consenso de que os Representantes Comunitários possuem autonomia e a capacidade e liberdade necessária para a tomada de decisões, apesar de ter havido uma denúncia de que há Representantes Comunitários, que por terem ligação com a Administração Pública, possuem tendência a concordarem com as propostas dos Gestores. Todavia, não foi identificado qualquer interferência da Gestão junto aos Representantes Comunitários.

Quanto à publicidade e transparência das deliberações, foi identificado que apesar de o último encontro ter sido transmitido pela rádio pública local, as demandas decididas não são exteriorizadas para o público em geral, havendo relatórios que são utilizados apenas internamente pelos Gestores. Para corrigir tal fator, foi proposto que o Regimento Interno e a Lei de criação preveja a obrigatoriedade de todos os documentos provenientes do Fórum serem publicados no *site* da Prefeitura Municipal de Icapuí/CE na internet, nas mídias sociais (facebook, instagram, *whatsapp* ...) e fixado no flanelógrafo da Secretaria de Governo, além da possibilidade de utilização de aplicativos de celular e *softwares*.

A presente pesquisa também permitiu verificar que algumas das decisões tomadas durante o Fórum estão sendo efetivadas pelo poder público. Todavia, não parece existir uma correlação direta do que é decidido durante o Fórum e o que é efetivamente realizado. Nesse sentido, neste momento inicial verificou-se que os Fórum possui mais um caráter opinativo e consultivo do que necessariamente deliberativo.

A partir de todos os pontos verificados e dos estudos realizados, é possível afirmar que o FCP promove a democratização e possibilita a participação da população de Icapuí/CE na tomada de decisão da Administração Pública Municipal, mesmo que de forma indireta. Todavia, ainda há vários pontos que devem ser aperfeiçoados para que o FCP possua maior efetividade, transparência e uma metodologia adequada aos seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís. **Pólis**, São Paulo, n. 11, 88 p., 1993. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1094/1094.pdf>>. Acesso em 08 fev. 2019.

ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 jan. 2018.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 fev. 2018.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2018.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 jan. 2018.

_____. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. **Textos para Discussão (IPEA)**. Rio de Janeiro, n. 1739, maio, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28 jan. 2018.

- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª Ed., São Paulo/SP: Malheiros, 2001.
- CARBOGIM, Maria Leinad Vasconcelos. **Memória Viva de Icapuí**. Fortaleza/CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2013.
- COELHO, Vera Schattan P., Mobilização e participação: um estudo sobre as dinâmicas de conselhos de saúde da cidade de São Paulo. *In*: AVRITZER, Leonardo. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 366-393, 2010.
- CORTÊS, Soraya M. Vargas. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 25, p. 143-174, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602005000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jan. 2018.
- CORTÊS, Soraya M. Vargas; GUGLIANO, Alfredo. Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 44-75, ago/2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 abr. 2018.
- CUNHA, Eleonora Schettini M., Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de Assistência Social. *In*: AVRITZER, Leonardo. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 93-128, 2010.
- DURIGUETTO, M. L. Descentralização, políticas públicas e participação popular. Núcleo de Pesquisas e Movimentos Sociais. *In*: Anais do **Movimentos sociais, participação e democracia**; 25 a 25 de abril de 2007; Florianópolis. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 427-442, 2007.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, Jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2018.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, Dez., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000600959&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2018.
- FREITAS FILHO, Manuel. **A Aldeia do Areal**: história e memória de Ibicuitaba-Icapuí-CE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANELLA, Lígia, et al. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-54, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ICAPUÍ. **Prefeitura Municipal de Icapuí**, 2018. Disponível em: <<http://www.icapui.ce.gov.br/index.php>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. **Relatório macro anual das atividades desenvolvidas em 2017**. Icapuí/CE, Secretaria de Governo, 377 p., 2017.

_____. **Relatório do II encontro do Fórum Comunitário Participativo**. Icapuí/CE, Secretaria de Governo, 20 p., 2018.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2018.

LIMA, Ana Paula da Silva. O rompimento entre as comunidades e o orçamento participativo em Icapuí/CE. *In*: OLIVEIRA FILHO, José Evaristo de; REGO, Francisco Cleiton Vieira do; CÂMARA-E-SILVA, Amanda Raab Nascimento. **Ensaios acadêmicos em ciências sociais**: artigos e sínteses em antropologia, sociologia e ciência política. Mossoró: Perse Editora, p. 81-103, 2012.

LUBAMBO, Catia Wanderley; COELHO, Denilson Bandeira. **Atores sociais e estratégias de participação no Programa Governo nos municípios**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOZU, Washington César Shoiti. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. O Ciclo de Políticas no Contexto da Educação Especial. In: **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 26, n. 2, p. 4-21, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v26i2.3342>>. Acesso em 19 out. 2018.

OLIVEIRA FILHO, J. T. **A participação popular no planejamento urbano: a experiência do Plano Diretor de Porto Alegre**. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17328>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OWEN, Harrison, **Open space technology: A User's Guide**. 3ª ed. rev. exp. San Francisco: Benett-Kochler Publications, 2008.

PRODRANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003, cap. 03, p. 76-97.

SANTOS, Boaventura de Souza. Orçamento participativo em Porto Alegre. Para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.): **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 455-560, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.): **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-84, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learnig, 2017a.

_____. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learnig, 2017b.

SILVA, Alberto Pereira da; VIANA, José Luiz Rebouças; REBOUÇAS, Marta Silêda. **CEB'S e Emancipação: a formação da experiência política de Icapuí a partir das comunidades eclesiais de base**. Mossoró/RN, 2004.

SILVA, Artur Ferreira da. **Fundamentos da Metodologia em Espaço Aberto**. 2001.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/1501843/Fundamentos_da_Metodologia_de_Reuni%C3%A3o_em_Espa%C3%A7o_Aberto>. Acesso em 05 jan. 2019.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 30 ed. Revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, José Airton Félix Cirilo da. **Icapuí: uma história de luta**. Fortaleza: Ed. Expressão Gráfica, 1998.

SILVA, José Airton Félix Cirilo da. **Autonomia Municipal: Icapuí uma experiência inspirada na Pólis**. Fortaleza: Ed. Expressão Gráfica, 2002.

SILVA, Luis Gonçalves da. SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de. O controle social como instrumento de defesa da democracia. **Revista Jurídica – UNICURITIBA**, Curitiba, v. 4, n. 49, p. 207-230, 2017. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2377>>. Acesso em 11 jan. 2018.

SILVA E OLIVEIRA, Virgílio César da; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia A. R. de. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 422-437, set., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 fev. 2018.

VAZ, Alexander Cambraia N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 10, p. 63-106, abr., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 fev. 2018.

VIEIRA, Rafaela et al. Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como "decodificadora" de um sistema de muitos códigos. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 115-130, dez., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2018.

WU, Xun, et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ZORZAL, Gabriela. Democracia representativa e democracia participativa: limites e complementariedade. *In: Anais da 8ª Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo*, v. 1; 12 a 14 de novembro de 2014; Vitória. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, p. 01-21, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SCSUFES/article/view/8567/6021>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO – ANÁLISE DOS CONTEXTOS DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROPOSTO POR STEPHEN BALL E RICHARD BOWE – GESTORES MUNICIPAIS⁶**

Administração Pública – **PROFIAP**

Universidade Federal Rural do Semi-árido –
UFERSA
 Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas
 – **CCSAH**
 Programa de Mestrado Profissional em

DATA: ____ / ____ / 2018

HORA: __: __ h

I – Introdução

- Apresentação do propósito do trabalho e explanação acerca da metodologia da pesquisa – as questões apresentadas a seguir foram formuladas com o objetivo de explicitar mais claramente como os contextos do ciclo de políticas podem ser explorados na pesquisa do Fórum Comunitário Participativo do município e Icapuí/CE. Essas questões, no entanto, devem ser entendidas apenas como ponto de partida para a compreensão do referencial analítico proposto por Stephen Ball e Richard Bowe. Todas as questões apresentadas foram adaptadas a partir do trabalho de Jefferson Mainardes (2006), com o intuito de configurar um trabalho objetivo e direcionado à finalidade do presente trabalho.
- Apresentação e assinatura do termo de consentimento/confidencialidade dos dados.

II – Caracterização do(a) entrevistado(a)

- Nome:
- Idade:
- Sexo: () M () F
- Naturalidade:
- Escolaridade:
- Profissão:

⁶ Os tamanhos disponibilizados para as respostas nos questionários apresentavam espaço de 06 (seis) linhas em branco. No presente trabalho o espaço foi reduzido para facilitar o manuseio da pesquisa.

- Função pública que ocupa atualmente:

III – Abordagem Sobre o Contexto de Influência

1. De onde surgiu a ideia do Fórum Comunitário Participativo? Porque a política emergiu agora? É uma vontade pessoal do gestor ou grupo político?

2. Há alguma influência nacional ou local para o surgimento do Fórum Comunitário Participativo? Há modelos similares exitosos? Como ela se relacionam com outras experiências?

3. Qual o objetivo do gestor para o Fórum Comunitário Participativo (Que ele seja consultivo, homologatório, deliberativo)? O gestor dá autonomia para a realização do Fórum Comunitário Participativo? Ele aceita as decisões?

4. Quais grupos têm exercido influência ou tentado exercer influência (vereadores, associações, ongs, governo) e quais destes são os mais poderosos.

IV – Abordagem Sobre o Contexto da Produção de Texto

1. Quando se iniciou a construção do texto da política? Quem participou da construção do texto? Os representantes comunitários foram representados nesse momento? Houve a participação de profissionais para a confecção do texto?

2. Há previsão de como é realizada a escolha dos representantes comunitários? Qual o prazo de atuação?

3. O texto sofreu influências de outros programas ou políticas?

-
-
4. Há inconsistências, contradições, ambiguidades e omissões no texto?

-
-
5. Quem são os destinatários do (s) texto (s) elaborado (s)? O (s) texto (s) é (são) acessível (is) e compreensível (is)?

V – Abordagem Sobre o Contexto da Prática

1. Como a política foi recebida? Como está sendo implementada?

-
-
2. Como está sendo sua experiência nos encontros do Fórum Comunitário Participativo (positiva ou negativa)?

-
-
3. Você percebe alguma evidencia de resistência individual ou coletiva ao Fórum Comunitário Participativo de algum dos membros (governo/vereadores/representantes comunitários)?

-
-
4. Os representantes comunitários têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?

-
-
5. Quais são as principais dificuldades identificadas nos encontros do Fórum Comunitário Participativo? Como estão lidando com elas?

-
-
6. O contexto da prática tem influenciado o contexto da produção do texto?

VI – Abordagem Sobre o Contexto dos Resultados/Efeitos

1. Qual o impacto do Fórum Comunitário Participativo para os seus participantes?

2. Há consequências inesperadas? Quais?

3. Em sua análise, o Fórum Comunitário Participativo contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?

4. Há algum tipo de prestação de contas ou análise dos resultados dos questionamentos, opiniões, pedidos e votações realizadas durante o Fórum Comunitário Participativo?

5. Em sua análise, o Sr(a). mudaria ou acrescentaria algo ao Fórum Comunitário Participativo para melhorar sua experiência?

VII – Abordagem Sobre o Contexto da Estratégia Política

1. Há desigualdades ou tensões criadas ou reproduzidas pelo Fórum Comunitário Participativo? Justifique.

2. Que estratégias (gerais ou específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades e tensões identificadas?

-
-
3. Quais estratégias do Fórum Comunitário Participativo deveriam ser repensadas e/ou redimensionadas?

-
-
4. As estratégias delineadas são exequíveis e fundamentadas em referenciais teóricos consistentes?

-
-
5. Há avaliações quanto as estratégias e procedimentos adotados na política? É adotado algum índice de satisfação ou qualidade da política?
-
-

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO – ANÁLISE DOS CONTEXTOS DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROPOSTO POR STEPHEN BALL E RICHARD BOWE – REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS⁷



Administração Pública – **PROFIAP**

Universidade Federal Rural do Semi-árido –
UFERSA

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas
– **CCSAH**

Programa de Mestrado Profissional em

DATA: ____ / ____ / 2018

HORA:__:__h

I – Introdução

- Apresentação do propósito do trabalho e explanação acerca da metodologia da pesquisa – as questões apresentadas a seguir foram formuladas com o objetivo de explicitar mais claramente como os contextos do ciclo de políticas podem ser explorados na pesquisa do Fórum Comunitário Participativo do município e Icapuí/CE. Essas questões, no entanto, devem ser entendidas apenas como ponto de partida para a compreensão do referencial analítico proposto por Stephen Ball e Richard Bowe. Todas as questões apresentadas foram adaptadas a partir do trabalho de Jefferson Mainardes (2006), com o intuito de configurar um trabalho objetivo e direcionado à finalidade do presente trabalho.
- Apresentação e assinatura do termo de consentimento/confidencialidade dos dados.

II – Caracterização do(a) entrevistado(a)

- Nome:
- Comunidade
- Idade:
- Sexo: (___) M (___) F
- Naturalidade:

⁷ Os tamanhos disponibilizados para as respostas nos questionários apresentavam espaço de 06 (seis) linhas em branco. No presente trabalho o espaço foi reduzido para facilitar o manuseio da pesquisa.

- Escolaridade:
- Profissão:

I – Abordagem Sobre o Contexto da Prática

1. Quando o Sr(a). foi apresentado ao Fórum Comunitário Participativo, qual foi sua impressão?

2. Como está sendo sua experiência nos encontros do Fórum Comunitário Participativo (positiva ou negativa)?

3. Você percebe alguma evidencia de resistência individual ou coletiva ao Fórum Comunitário Participativo de algum dos membros (governo/vereadores/representantes comunitários)?

4. Os representantes comunitários têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?

5. Quais são as principais dificuldades identificadas nos encontros do Fórum Comunitário Participativo? Como estão lidando com elas?

IV – Abordagem Sobre o Contexto dos Resultados/Efeitos

1. Qual o impacto do Fórum Comunitário Participativo para os seus participantes?

2. Há consequências inesperadas? Quais?

-
-
3. Em sua análise, o Fórum Comunitário Participativo contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?

4. Há algum tipo de prestação de contas ou análise dos resultados dos questionamentos, opiniões, pedidos e votações realizadas durante o Fórum Comunitário Participativo?

5. Em sua análise, o Sr(a). mudaria ou acrescentaria algo ao Fórum Comunitário Participativo para melhorar sua experiência?



TERMO DE CONSENTIMENTO/CONFIDENCIALIDADE
Universidade Federal Rural do Semi-árido – **UFERSA**
Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – **CCSAH**
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – **PROFIAP**



Eu,

_____, conhecendo o tema e a metodologia utilizados pelo discente Daniel Freitas Silva, do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural do Semi-árido (Ufersa), consinto em participar da pesquisa. Entendo que toda e qualquer informação prestada por mim no decorrer da(s) entrevista(s) pode ser utilizada na elaboração e escrita de relatórios referentes à pesquisa. Também sei que as entrevistas podem ser gravadas. É acordado entre pesquisador e signatário deste termo que há possibilidade de haver minha identificação pessoal enquanto entrevistado.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

Daniel Freitas Silva

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO – VEREADORES MUNICIPAIS



Administração Pública – **PROFIAP**

Universidade Federal Rural do Semi-árido –
UFERSA
 Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas
 – **CCSAH**
 Programa de Mestrado Profissional em

DATA: ____ / ____ / 2019

HORA:__:__h

I – Introdução

- Trata-se de pesquisa para Trabalho de Conclusão Final apresentado ao programa de mestrado profissional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração Pública.
- As questões apresentadas a seguir foram formuladas com o objetivo de explicitar com clareza a visão do Poder Legislativo sobre o Fórum Comunitário Participativo do município e Icapuí/CE, que é objeto da presente pesquisa.
- O Entrevistado de ler e assinar do termo de consentimento/confidencialidade dos dados.

II – Caracterização do(a) entrevistado(a)

- Nome:
- Idade:
- Sexo: () M () F
- Naturalidade:
- Escolaridade:
- Função pública que ocupa atualmente:

III – Percepção do Poder Legislativo quanto ao Fórum Comunitário Participativo

O Fórum Comunitário Participativo é um projeto da atual gestão com início no ano de 2017 e tem como objetivo possibilitar o diálogo permanente entre o governo e a sociedade, sendo um espaço orgânico de discussões e tomadas de decisões, consolidando assim o firme propósito de se construir uma gestão participativa e democrática junto a

soluções dos problemas e a transparência da coisa pública (ICAPUÍ, 2017 – Projeto do Fórum Comunitário Participativo – Anexo A).

1. Qual a percepção do senhor(a) quanto ao Projeto do Fórum Comunitário Participativo?

2. O Senhor(a) participou de algum dos encontros do Fórum Comunitário Participativo? Se sim, narre como foi sua experiência. Se não, informe os motivos de não ter acompanhado os encontros.

3. O Senhor(a) possui algum tipo de resistência a projetos que desenvolvem a democracia participativa, como é o caso do Fórum Comunitário Participativo?

APÊNDICE D

QUADRO DE RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES MUNICIPAIS.

Perguntas	Respostas
ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DA INFLUÊNCIA	
<p>1. De onde surgiu a ideia do Fórum Comunitário Participativo? Porque a política emergiu agora? É uma vontade pessoal do gestor ou grupo político?</p>	<p>a) A ideia da Criação do FCP surgiu de um processo em 2017 em que, foram realizadas Oficinas com todas as 36 comunidades do município de Icapuí, para construção de propostas a serem inseridas dentro do PPA do município, como também, no diagnóstico para elaboração do Plano Diretor e com o intuito de dar continuidade as discussões das proposições acima mencionadas, assim como, de outras temáticas foram escolhidos de forma democrática dois representantes comunitários para compor o FCP. Esta política se deu, por uma necessidade de se retomar a participação popular em Icapuí, haja vista que é um município com um histórico de referência de participação, como é o exemplo do orçamento participativo, em que, foi o primeiro município do nordeste brasileiro a implantar esta experiência. Esse desejo de tomada surge do interesse de um grupo de técnicos que acreditam na força da participação como propulsora de se busca uma cidade mais cidadã e democrática. Mas vale ressaltar que o gestor maior vem incentivando o desenvolvimento deste processo. Como diz AVRITZER (2004), só o fato de um governo possibilitar a participação da sociedade civil junto as políticas públicas, sem dúvidas você já legitima a representatividade democrática.</p> <p>b) A ideia do Fórum surgiu durante a elaboração do plano de governo feito a partir de encontros nas comunidades. A ideia era ter um espaço de fala permanente entre a gestão e as comunidades, ajudando na definição de prioridades (políticas públicas/ações) de maneira consensual e participativa. A política surge a partir de um resgate da participação popular que seria uma marca registrada da gestão. Uma vontade do grupo político que encontrou eco no gestor em um 1º momento.</p>
<p>2. Há alguma influência nacional ou local para o surgimento do Fórum Comunitário Participativo? Há modelos similares exitosos? Como ela se relacionam com outras experiências?</p>	<p>a) Do ponto de vista direto, não houve influência para o surgimento do FCP, mas com certeza a metodologia é muito parecida com a experiência do Orçamento Participativo, pois se discute demandas, se inserem dentro do orçamento público e ainda há momentos discussões referentes a identificação de potencialidade locais para se pensar em projetos.</p> <p>b) A inspiração veio do Selo Unicef, mas enquanto este é temporário, a ideia seria de Fórum permanente. Não temos conhecimento de experiência similar, mas visitamos uma experiência parecida em Irauçuba. Chama-</p>

	se aliança da Cidadania. A relação dá-se pela participação da sociedade civil organizada e a discussão de prioridades a serem atendidas pelo poder público municipal.
<p>3. Qual o objetivo do gestor para o Fórum Comunitário Participativo (Que ele seja consultivo, homologatório, deliberativo)? O gestor dá autonomia para a realização do Fórum Comunitário Participativo? Ele aceita as decisões?</p>	<p>a) Até o presente momento ele possui um caráter mais consultivo e ao mesmo tempo, ele tem um poder importante de decisão porque, a maioria das demandas sugeridas pelo FCP foram priorizadas pelo Gestor dentro do Orçamento do Município. Não tivemos ainda registros de que, o gestor tivesse contrariando as decisões dos participantes do FCP, talvez o mais significativo desse processo seja o espaço de se ter voz e ser ouvido. Mas pelo fato de se ter uma abertura do poder executivo com relação a participação da sociedade já é algo de extrema importância para a riqueza da democracia, como ressaltar Rousseau: “O termo democracia teve seu significado alterado no transcorrer da antiguidade para a modernidade. De um sistema de governo no qual o povo participa diretamente do poder executivo, a democracia passou a ser conhecida como um sistema representativo de governo”.</p> <p>b) O objetivo era que ele tivesse caráter consultivo e deliberativo. A autonomia foi dada, as decisões aceitas, mas as prioridades levantadas pelos representantes comunitários no fórum não foram seguidas.</p>
<p>4. Quais grupos têm exercido influência ou tentado exercer influência (vereadores, associações, ongs, governo) e quais destes são os mais poderosos.</p>	<p>a) Acredito que pela representatividade e por ser uma ameaça a não realização de ações do poder executivo, os vereadores vem exercendo um poder muito grande de influência dentro da gestão. E com isso, se torna um poder muito forte.</p> <p>b) As associações e o governo exercitaram suas influências no Fórum, sendo que o governo conduziu o processo.</p>
ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO	
<p>1. Quando se iniciou a construção do texto da política? Quem participou da construção do texto? Os representantes comunitários foram representados nesse momento? Houve a participação de profissionais para a confecção do texto?</p>	<p>a) No que concerne a elaboração do Texto propriamente dito, do Projeto do FCP, uma equipe de técnicos fizeram sua elaboração e depois foi compartilhado com todos os membros do Fórum para a sua leitura e conseqüentemente suas sugestões, acréscimos, críticas, em que, houve uma devolutiva de todos os membros, mas de alguns membros, e isso é importante porque nada começa do zero, as ideias precisam ter uma base inicial, mas o mais importante é a sua discussão coletiva e descentralizada.</p> <p>b) O texto da política foi construído a partir da vivência experimentada na elaboração do plano de Governo durante a campanha eleitoral. Os representantes comunitários exerceram influência na sistematização mas o mesmo foi elaborado por técnicos da Secretaria de governo.</p>

<p>2. Há previsão de como é realizada a escolha dos representantes comunitários? Qual o prazo de atuação?</p>	<p>a) Como já foi citado acima, a escolha dos representantes se deu de forma democrática, em plenárias comunitárias e o seu prazo de atuação não tem tempo determinado.</p> <p>b) O prazo de atuação seria bienal e a escolha feita em plenárias nas comunidades. Nas plenárias do plano diretor.</p>
<p>3. O texto sofreu influências de outros programas ou políticas?</p>	<p>a) No contexto mais geral a que se propõe o projeto do FCP, o mesmo por ser bastante contemplativo numa perspectiva de abrangência de gestão, todos as políticas, projetos e programadas pensados pela gestão através de suas Secretarias estão embutidos dentro desta proposta enquanto uma teia de gestão.</p> <p>b) Certamente, como já foi dito anteriormente.</p>
<p>4. Há inconsistências, contradições, ambiguidades e omissões no texto?</p>	<p>a) Acredito que o texto esteja bem contemplativo e o processo ainda não mostrou momentos de inconsistências referente a sua relevância e proposição.</p> <p>b) Diria que ele não é conclusivo. Está aberto e em experiência e naturalmente sofre mudanças com o desenvolver do processo.</p>
<p>5. Quem são os destinatários do (s) texto (s) elaborado (s)? O (s) texto (s) é (são) acessível (is) e compreensível (is)?</p>	<p>a) Os maiores destinatários certamente são as comunidades e com certeza pelo nível relativo dos membros do FCP é de fácil compreensão quanto ao Projeto. Já quando partimos do ponto de vista de se fazer leitura do orçamento público, pois este já foi discutido várias vezes com as comunidades, há sempre a necessidade de técnicos pois é uma peça muito técnica e não há ainda uma compreensão mais qualificada acerca deste instrumento. Sem dúvidas é preciso que haja mais processos formativos.</p> <p>b) Os representantes do Fórum e o público em geral. É bastante acessível e compreensível.</p>
<p>ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DA PRÁTICA</p>	
<p>1. Como a política foi recebida? Como está sendo implementada?</p>	<p>a) A política de se retomar a cultura da participação popular em Icapuí foi bem recebida, isso é visto nos momentos dos encontros do FCP em que, há um número significativo de comunidades, mas por outro lado, é preciso melhorar o funcionamento do Fórum por meio de encontros mais sistemáticos, propondo mais espaços de diálogos entre o governo e a sociedade para que, as demandas possam ser acompanhadas de forma mais qualificada. Talvez do ponto de vista da ciência política este processo ainda está mais processo de uma democracia representativa do que, de uma democracia participativa. Talvez nesta perspectiva se</p>

	<p>consiga provocar uma nova cultura, política do Estado, como ressalta GRAMSCI, 20117, p.47, “pretende-se modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental”.</p> <p>b) Foi bem recebida pela comunidade e gestores. Tivemos ao longo do ano alguns encontros mas a política encontra-se atualmente em stand by.</p>
<p>2. Como está sendo sua experiência nos encontros do Fórum Comunitário Participativo (positiva ou negativa)?</p>	<p>a) Dentro da condição de umas das pessoas que pensou na criação do referido espaço e ao mesmo tempo, instrumento de participação, acredito que vem sendo uma experiência positiva, pois provocamos momentos de diálogos entre governo e sociedade em prol de melhorias da realidade das comunidades, como também, já se percebe mesmo que de forma ainda tímida a concretização de algumas demandas. Por outro lado, só acho negativo o espaço de tempo em que o Fórum se encontra, pois é necessário haja mais quantidade de encontros e com certeza se inserir mais processos de formações acerca de temáticas mais técnicas e de difícil compreensão da população, como é o caso, por exemplo do que é uma licitação e como a mesma funciona.</p> <p>b) Bastante positiva porque vem carregada dos anseios das comunidades por um espaço de fala.</p>
<p>3. Você percebe alguma evidencia de resistência individual ou coletiva ao Fórum Comunitário Participativo de algum dos membros (governo/vereadores/representantes comunitários)?</p>	<p>a) Quanto as comunidades percebo uma boa aceitação, prova disso é a significativa participação dos membros nos encontros realizados, no que, concerne aos gestores (Secretários) acredito que a maioria tem priorizado esse processo como importante e estratégico como um projeto de gestão, mas infelizmente ainda há secretários que não valorizam a grandiosidade deste instrumento. Quando ao poder legislativo, há uma falta de compreensão no sentido geral a cerca da importância do FCP, por isso que os vereadores não tem até o presente momento valorizado este relevante espaço de participação.</p> <p>b) Senti resistência de parte dos vereadores e incompreensão por alguns gestores.</p>
<p>4. Os representantes comunitários têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?</p>	<p>a) Acredito que no geral, os mesmos possuem uma certa autonomia, porque nos encontros eles fazem suas críticas, quando por exemplo, suas reivindicações comunitárias não são atendidas, ou quando alguns serviços não estão a contento. Existe um grupo do FCP (ZAP) onde muitos utilizam este meio para fazer cobranças, solicitam reuniões de suas comunidades com o Prefeito e Secretários. Mas ao mesmo tempo, gostaríamos de ver um FCP mais atuante, como junto a fiscalização das obras quanto aos seus gastos, acompanhar os processos licitatórios, conhecer mais as receitas e despesas do município de forma mais sistemática.</p> <p>b) Bastante autonomia. Não recebem pressão mas há um suporte técnico da SEGOV.</p>
<p>5. Quais são as principais dificuldades identificadas nos encontros do Fórum</p>	<p>a) 1. Acredito que há algumas comunidades com uma representação mais frágeis (porque não tem tanto preparo de fala e isso dificulta seus encaminhamentos junto a gestão);</p>

<p>Comunitário Participativo? Como estão lidando com elas?</p>	<p>2. O FCP deve ter momentos mais propositivos, ainda está mais no nível de solicitar demandas;</p> <p>3. As comunidades precisam se apropriar mais da fala, pois há momentos em que, a gestão protagoniza mais;</p> <p>A equipe que conduz o processo precisa realizar mais avaliação e tentar rever novos processos e novas metodologias, mas no geral sabe lidar bem com as dificuldades.</p> <p>b) O retorno às demandas comunitárias, a indefinição de uma metodologia apropriada. Tivemos inicialmente algumas discussões e fomos fazendo mudanças que julgávamos necessárias. Mas houve um esfriamento do processo.</p>
<p>6. O contexto da prática tem influenciado o contexto da produção do texto?</p>	<p>a) Penso que, um exemplo bem concreto da experiência, foi a inserção dos desejos das comunidades dentro do Orçamento Público do Município, em que, não foi construído de forma aleatório apenas com a influência dos gestores, mas houve o cuidado de ouvir a população e levar em consideração as suas reivindicações.</p> <p>b) Sem dúvida.</p>
<p>ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DOS RESULTADOS/EFEITOS</p>	
<p>1. Qual o impacto do Fórum Comunitário Participativo para os seus participantes?</p>	<p>a) - Oportunidade de fala coletiva</p> <p>- Mobilização das pessoas</p> <p>- Realização de algumas demandas que foram discutidas no FCP (exemplo: Reforma da UBS de Peixe, UBS de Redonda, Ginásio do Centro, melhoria da água em algumas comunidades, reforma da quadra de redonda, pavimentação de várias vias, entre outras)</p> <p>- Ampliação do diálogo entre governo e sociedade</p> <p>b) Houve um impacto positivo tanto do ponto de vista das comunidades quanto da gestão.</p>
<p>2. Há consequências inesperadas? Quais?</p>	<p>a) Sim, através da existência do FCP gerou-se outros desdobramentos, como é o caso de algumas comunidades querer retomar o processo de organização através da revitalização da Associação de Moradores, como as comunidades de: Picos, Vila Nova, Melancias de Cima.</p>

	<p>b) Sim. Há uma confusão entre o Fórum e a continuidade do plano diretor. Como os representantes do Fórum foram eleitos nas plenárias do Plano Diretor, alguns acharam que o Fórum fosse o espaço para monitoramento do Plano Diretor.</p>
<p>3. Em sua análise, o Fórum Comunitário Participativo contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?</p>	<p>a. Acredito que sim, pois com a sua implementação as comunidades tiveram a oportunidade de dialogar diretamente com o Prefeito e seus Secretários, o conhecimento de das demandas das comunidades por parte da gestão é muito importante par as comunidades, pois se implantam obras não pela vontade direta do gestor, mas embasado nas solicitações comunitárias e quanto a justiça social estamos construindo cotidianamente através de atendimentos constantes as comunidades, levando sempre consideração não as suas demandas individuais, mas coletiva.</p> <p>b. Contribuiu uma vez que promoveu um debate entre as comunidades e a gestão.</p>
<p>4. Há algum tipo de prestação de contas ou análise dos resultados dos questionamentos, opiniões, pedidos e votações realizadas durante o Fórum Comunitário Participativo?</p>	<p>a. Esse processo ainda precisa ser melhorado, pois como o FCP possui um período muito grande para retomar seus encontros, então de certa forma fragiliza muito esse retorno e ao mesmo tempo esta prestação de contas do porque das coisas (considero esse feedback ainda frágil)...Mas paralelo a isso, as comunidades mais empoderadas elas sempre tem cobrado o retorno das ações junto a Secretaria de Governo e outros órgãos.</p> <p>b. Sim. É feito um monitoramento das demandas atendidas pela gestão no que concerne às comunidades.</p>
<p>5. Em sua análise, o Sr(a). mudaria ou acrescentaria algo ao Fórum Comunitário Participativo para melhorar sua experiência?</p>	<p>a. Com certeza é preciso rever o período do encontro, colocar em prática os encontros trimestrais que infelizmente não está sendo realizada com esta frequência. Como também, melhorar a metodologia para que se provoque um processo de mais apropriação dos membros no decorrer dos encontros.</p> <p>b. Maior entendimento do gestor municipal das propostas do Fórum. E se faz necessário ainda uma revisão metodológica e de finalidade.</p>
ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DA ESTRATÉGIA POLÍTICA	
<p>1. Há desigualdades ou tensões criadas ou reproduzidas pelo Fórum Comunitário Participativo? Justifique.</p>	<p>a) Do ponto de vista universal, todas as comunidades tem o mesmo poder de fala e de participação.</p> <p>b) Há debates acalorados em especial nas demandas mais urgentes, mas o ambiente é salutar para tal.</p>

<p>2. Que estratégias (gerais ou específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades e tensões identíficas?</p>	<p>a) Não vejo isso no FCP.</p> <p>b) Ficar mais claro qual o papel do Fórum. Trabalhar com formação também. Digo formação no âmbito do fortalecimento da participação popular.</p>
<p>3. Quais estratégias do Fórum Comunitário Participativo deveriam ser repensadas e/ou redimensionadas?</p>	<p>a) - Criar mais processos de formações/capacitações - Tentar sensibilizar o poder legislativo para ser um parceiro importante do FCP - Criar um calendário com as agendas de encontros trimestrais e socializar com os membros - Realizar encontros segmentados para discutir temáticas específicas, como educação e saúde.</p> <p>b) Envolvimento dos gestores municipais e compreensão do papel frente ao Fórum.</p>
<p>4. As estratégias delineadas são exequíveis e fundamentadas em referenciais teóricos consistentes?</p>	<p>a) Acredito que sim, porque há muitas publicações acerca de instrumentos de participação e com certeza as nossas sugestões quanto as estratégias podem ser melhoradas em sintonia com outras experiências sistematizadas em artigos, livros, etc..</p> <p>b) São exequíveis e fundamentadas sobretudo no paradigma freiriano.</p>
<p>5. Há avaliações quanto as estratégias e procedimentos adotados na política? É adotado algum índice de satisfação ou qualidade da política?</p>	<p>a) Ainda não elaboramos um instrumental para fazer essas avaliações mais consistentes e técnicas, mas sem dúvidas iremos adotar uma modelo assim, para acompanharmos, sobretudo, as demandas que foram solicitadas, se foram realizadas, se não o porquê e principalmente darmos retornos de forma sistemática as comunidades. Sem dúvidas, isso será um relevante termômetro de monitoramento quanto às práticas das políticas públicas aliadas a melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>b) Foram feitas avaliações pontuais pela equipe técnica que segue redesenhando a proposta mas os indicadores avaliativos não estão claros.</p>

APÊNDICE E

QUADRO DE RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS.

Perguntas	Respostas
ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DA PRÁTICA	
1. Quando o(a) Sr(a). foi apresentado ao FCP, qual foi sua impressão?	<ol style="list-style-type: none"> 1. A primeira impressão é que meu tempo estava sendo perdido, pois nada sairia do papel; 2. Minha impressão que naquele momento a comunidade estava sendo ouvida e a oportunidade de reinvidicar ações e a mesma serem efetivas; 3. A impressão foi de que o município como um todo iria participar ativamente das tomadas de decisões, ou seja, as próprias comunidades ajudariam a especificar o que deveria ser feito na comunidade; 4. A primeira impressão foi de que o município estava retornando com os espaços de participação popular, onde seria possível o diálogo entre a população e a gestão; 5. Que o fórum seria um espaço para ouvir a opinião da comunidade diante de possíveis problemáticas a nível municipal bem como a criação e efetivação das políticas publicas. 6. A minha impressão é que os nossos problemas seriam resolvidos; 7. De que nossas reivindicações iriam ser atendidas; 8. Boa, porque estou levando alguns dos problemas da minha comunidade e do município, juntamente no intuito de buscar soluções. 9. Como o nome “participativo” já explicita a sua finalidade, pensei em uma reunião em que todos os participantes poderiam opinar sobre os assuntos a serem pautados. 10. Que estaria sendo criado um movimento onde as pessoas teriam uma integração maior a carca das problemáticas do município. 11. Compreendi como algo interessante, uma proposta até então inovadora na cidade. 12. A minha impressão foi em ver mudanças nas comunidades já como ali naquelas reuniões tinha gente de grande importância. 13. Que ali teríamos um espaço destinado as discussões e resoluções das principais problemáticas envolvidas nas nossas comunidades, espaço esse destinado a troca de experiências já vivenciadas pelos demais participantes deste fórum compartilhando assim conhecimentos para as outras pessoas participantes. 14. Senti-me no dever de defender os direitos sócias da minha comunidade mas também das trinta e cinco comunidades, que compõe as cinco regiões do município de Icapuí, e a responsabilidade de exercer a função de delegado na participação elaboração do Plano Plurianual – PPA. Esse é o documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de

	<p>médio prazo da administração pública. Durante o ano corrente, junto com os demais delegados que faz parte da composição do fórum.</p> <ol style="list-style-type: none"> 15. Achei que ia dar certo. 16. que era um espaço das comunidades 17. que era uma coisa de organização para termos mais o controle, para termos mais benefícios para a gente. 18. Achei importante e inovador. 19. Achei que era o primeiro passo a dar ao município. Que era importante demais ao município já que nunca teve. 20. Foi de oportunidade.
<p>2. Como está sendo sua experiência nos encontros do Fórum Comunitário Participativo (positiva ou negativa)?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Positiva, é um momento rico de discussão e é onde eu posso conhecer a realidade de todas as comunidades do nosso município; 2. Minha experiência está sendo positiva, pois é um espaço onde se pode discutir e expressar opiniões e insatisfação e a partir daí serem atendidas; 3. Positiva, pois há uma troca de experiência entre representantes das comunidades; 4. Positiva, pois é um espaço de debates e trocas de experiências; 5. Positiva; 6. Positivo; 7. Ótimo, porque a gente conversa muitos assuntos, falta da nossa comunidade, o governo escuta a gente; 8. Positiva; 9. Positiva, porque é um momento em que os representantes das comunidades podem expor suas necessidades, isto é, o que for mais prioritário para a comunidade. 10. Positiva, visto ser conhecedor das ações que a prefeitura deverá resolver. 11. Positiva. O fórum possibilita boas discussões sobre diversos fatores que são questionados pela comunidade. 12. No início até estava me sentindo positiva, mas de uns tempos para cá me desanimei, porque são muitas promessas e pouca atitude. 13. Positiva, pois neste fórum estamos fazendo nosso verdadeiro papel de cidadãos atuantes em nossas próprias dificuldades, que por meio do fórum podemos ter uma atuação mais expressiva modificando assim nossa realidade. 14. Positiva. Porque, são nesses encontros onde deliberamos como o gestor executivo como deve ser executar as ações públicas e como devemos investirmos os recursos públicos, mediante a necessidade por cada comunidade ou região, juntos tomamos medidas preventivas e cautelares nas reivindicações solicitadas pela população e a serem executadas com exerto, sem causa desperdícios dos recursos, por cada demanda feita durante o ano. 15. Positivo 16. positivo, sem dúvidas porque a gente aprende muito ouvindo e se informando. 17. É positivo, pois já fizemos algumas solicitações ao Prefeito, e ele já melhorou bastante coisas como os acessos e as cisternas que estavam sem acesso para a água chegar. Isso já foi uma grande vitória. Todavia, há algumas coisas que ainda podem melhorar. Inclusive o colégio que depende de reforma. 18. Positiva, porque tem debate e já houve algumas realizações.

	<p>19. Positivo, a gente ta tendo os encontros, debatendo o que vai ter no município.</p> <p>20. Sempre positiva, porque é muito dinâmico e democrático.</p>
<p>3. Você percebe alguma evidencia de resistência individual ou coletiva ao Fórum Comunitário Participativo de algum dos membros (governo/vereadores/representantes comunitários)?</p>	<p>1. Não vejo nesse sentido, só algum líder de comunidade ansiosos para que tudo seja feito imediato;</p> <p>2. Vejo alguma resistência por parte dos vereadores, deveriam estar mais presentes no fórum comunitário;</p> <p>3. Não;</p> <p>4. Não;</p> <p>5. Sim.</p> <p>6. Não;</p> <p>7. Não;</p> <p>8. Não, o ‘impenho’ é coletivo.</p> <p>9. Percebo uma grande ausência dos vereadores nesses encontros.</p> <p>10. Não, existe uma vontade de resolução dos problemas levantados, tudo em coletividade.</p> <p>11. Não, pelo contrário, vejo bastante empenho da gestão e colaboradores em fazer do evento algo que realmente venha a acrescentar.</p> <p>12. Sim, tem uma pessoa que está sempre muito ativa em tudo e admiro muito o tamanho do esforço dela. Ana Paula de Lima.</p> <p>13. Sim, as vezes até pelo próprio comodismo e individualismo de algumas pessoas que não compartilham das mesmas preocupações coletivas das comunidades.</p> <p>14. Sim, existe a alguns indícios de intervenções de ambas as partes tanto do poder legislativo quanto do executivo, junto aos representantes de fácil acesso a se corromperem isso já é de praxe principalmente aqui no município de Icapuí, dificilmente um grupo ele tenha altamente sustentabilidade mediante de favorecimento onde tem pessoas que compacto-a como esse tipo vicio onde defende seus interesses individualista, onde passa obedecer ordem esquecendo dos seus direitos e deveres na sua própria comunidade ou região.</p> <p>15. Não, acho que os vereadores deveriam participar.</p> <p>16. não pelo contrário, acho que as pessoas gostam muito de participar desta experiência.</p> <p>17. Não percebo nenhuma resistência individual ou coletiva.</p> <p>18. Eu só achei pouco tempo de debate.</p> <p>19. Houve um empresário que foi contra tudo que era proposto durante o fórum.</p> <p>20. Não acho, só não vejo os interesses por parte da maioria.</p>
<p>4. Os representantes comunitários têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?</p>	<p>1. Sim, todas as comunidades são representadas nos encontros e todos eles tem o momento de irem para frente dizer suas necessidades e tudo isso transmitido pela rádio local;</p> <p>2. Sim, temos todas autonomia de expressar nossas opiniões e dúvidas, sempre está dando suporte com profissionais para discutir cada demanda;</p> <p>3. Sim. Não. Sim, em toda reunião do fórum comunitário há transporte para a locomoção dos representantes;</p> <p>4. Sim, os representantes tem autonomia e oportunidade de discutir. Não recebem pressão, pelo menos que eu tenha notado. O suporte é dado ao ser disponibilizado transporte para as pessoas irem ao fórum;</p>

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Há espaços para os representantes expressarem suas opiniões sem nenhum tipo de pressão, porém não observei nenhum tipo de suporte ou auxílio. 6. Sim, não... Transportes. 7. Sim, não... Transportes. 8. Sim, nós discutimos juntos e chegamos ao fim com opiniões para solucionarmos os problemas. 9. Têm autonomia e oportunidade. Acredito que a única limitação que atrapalha seja a questão de pouco tempo disponível. 10. Os representantes são os protagonistas e têm todo o apoio e liberdade de expressão. 11. Sim, vejo que as comunidades têm voz e vez, porém, já observo em alguns encontros que o tempo não está possibilitando ouvir corretamente os anseios das comunidades. 12. Sim, todos participam e todas tem as oportunidades de expressar e opinar sim sobre suas dúvidas. 13. Sim, sempre que acontece alguma reunião comunitária de qualquer nível de discussão, sempre é colocado em pauta os anseios que são compartilhados e logo encaminhados as procedências cabíveis. 14. Sim, todos representantes tem que estar preparado e ter habilidade dentro desse contexto devemos e precisamos termos essa credibilidade, porque nós nos preparamos para discutirmos uma ampla magnitude dentro de uma gestão pública as prioridades cruciais existente no município, mostramos a solução pra cada problema encontrado e como deve serem encaminhados. Alguns fazem parte da base do governo sofre sim, por mostra que possível soluciona os problemas existes, isso incomoda e os não faz é isolados, muito pouco aqueles que recebem acessória são selecionados pela base essa é a grande decepção que temos de gestores manipulados. 15. Sim, não. Os transportes. 16. percebo que sim, pois todos que se propõe a falar, questionar tem seu espaço de expressão garantido. Não somos pressionado sanada, participarmos porque achamos importante esta neste espaço. Quanto ao suporte, temos transporte para facilita o nosso deslocamento, já que muitos moram em comunidades distante. 17. Sim, temos espaços de falar e opinar. Não. Não teve suporte, apenas merenda. 18. Sim. Não... Não, tudo por nossa conta. 19. Com certeza tem autonomia. Não. Não, tá faltando algum suporte para nós, pois tudo é por nossa conta. 20. A gente tem sim oportunidade e é sempre livre para qualquer diálogo.
<p>5. Quais são as principais dificuldades identificadas nos encontros do Fórum Comunitário Participativo? Como estão lidando com elas?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A principal dificuldade que vejo é o tempo do encontro que são muito curto, e os encontros que demoram para se reencontrarmos novamente, com isso nos dar um pouco de comodismo; 2. A pontualidade, por atrasar e dificultando os participantes de discutir e expressar suas opiniões e insatisfações; 3. Não há dificuldades; 4. Não encontrei dificuldades nos fóruns que participei; 5. São apontadas as insuficiências do serviço público, que vai desde o serviço de saúde, o transito, dificuldades enfrentadas pelas escolas municipais, fornecimento e qualidade de água, iluminação pública e a qualidade de acesso das comunidades. Muitas das dificuldades a gestão municipal tem conseguido saídas eficientes em outras ainda não. 6. Não. 7. Não.

	<ol style="list-style-type: none"> 8. Recursos para resolvermos os problemas. 9. Como falei antes a dificuldade gira em torno de pouco tempo disponível. Para superar essa dificuldade eu tento ser o mais objetivo possível. 10. Apesar das poucas reuniões que têm existido, houve um grande levantamento dos problemas, através de seus representantes de cada comunidade. Porém muito poucos sanados. 11. Tempo para ouvir os grupos; e respostas para alguns questionamentos. 12. Para mim, as principais são em sempre mostrar e discutir o que a minha comunidade precisa e nada ser feito. 13. No meu ponto de vista não vejo dificuldades, pelo contrário depois do fórum tivemos mais esclarecimentos quanto as situações. 14. No início da gestão ou seja no primeiro ano encontramos uma serie delas em todas as áreas para que podermos amenizar cada problema com eficiência e que iríamos enfrentar foi preciso elaborar o PPA em caretear de emergência, pra os quatro ano de governo, que pudéssemos foca nas prioridades mas emergências existentes. Hoje na atualidade cada dificuldades identificadas digamos que 40% delas foram executadas mas precisamos melhorar a cada dia mas na execuções das demais existe em todas as comunidades. 15. Retorno das demandas. Sempre estou cobrando. 16. Acredito que, o pouco tempo de encontro às vezes faz com que, algumas comunidades não tenho tempo suficiente para expressar todos os problemas vivenciado. Mas é tranquilo, porque temos também um apoio muito significativo da assessoria de relação com a comunidade da Secretaria de governo que nos escuta e que leva as nossas reivindicações ao Prefeito e isso faz toda a diferença. 17. Tive dificuldade de transporte. 18. Dificuldade de transporte. 19. Temos dificuldade de chegar até o encontro, colocar gasolina. 20. Acho que o tempo, porque as vezes alguns fogem do assunto, mas sempre os responsáveis estão ali para orientar.
ABORDAGEM SOBRE O CONTEXTO DOS RESULTADOS/EFEITOS	
<p>1. Qual o impacto do Fórum Comunitário Participativo para os seus participantes?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vejo que está tendo pontos positivos, a cada encontro o número de participantes aumenta, isso eu acredito que seja a conquista de credibilidade da parte do governo. Algumas coisas saem do papel; 2. Positiva e de satisfação, que a partir do fórum nossas reivindicações sejam atendidas, assim nossa voz ganha força e juntos somos mais fortes; 3. Positivo, pois os representantes podem expor as necessidades da comunidade, e assim dialogar sobre o que pensam; 4. Positivo, pois os participantes podem expressar suas ideias, anseios e desejos, com a finalidade de serem ouvidos pelo poder público; 5. O impacto é positivo pois se faz acreditar em uma política participativa onde todas as vozes são importantes. 6. “E Que a gente tem oportunidade fala os nossos problemas”. 7. É que as comunidades têm um espaço de participação, de fala e escuta. 8. Sonho, esperança que as prioridades sejam resolvidas. 9. Impacto positivo no que tange a satisfação enquanto sentir-se ouvido.

	<ol style="list-style-type: none"> 10. Tem impactado no conhecimento dos problemas estruturais da PMI, bem como no acompanhamento de resoluções dos mesmos. 11. Entendo que esse evento nos dá um suporte para expor os problemas pelos quais as comunidades passam, vejo como impacto positivo. 12. Graças a deus não tiveram muitas discussões não. Todos com suas opiniões querendo ver os objetivos. 13. Positivo, pois por meio da troca de experiências aprendemos a lidar com as situações em nossa comunidade. 14. O Fórum Comunitário é uma potente ferramenta de aprendizagem para cada membro, defender os direitos e deveres de cada cidadão é, nesse sentido, a experiência prática de participação nas tomadas de decisões sobre as prioridades públicas do município vivenciada nos Fóruns é de fundamental importância sermos cautelosos, como nosso trabalho que é de grande responsabilidade de cada representante no decorrer dos anos que vem se dedicando a esse trabalho que apresentamos com eficiência e dedicação. 15. A união das comunidades. 16. muito positivo, porque movimenta a vida das comunidades a partir que suas participações e torna público seus problemas e demandas para o governo e para a sociedade. 17. Agora temos espaço de contato com o gestor, tivemos uma grande surpresa dele estar presente. 18. Foi bom os debates. Faltou mais debate dos participantes. 19. Impacto bom, pois temos pessoas da nossa comunidade nos representando nos fóruns, o que é importante para nós. 20. Para mim foi mais a participação e diálogo, e uma proximidade da gestão para com a comunidade.
<p>2. Há consequências inesperadas? Quais?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim, pequenos problemas da minha comunidade foram resolvidos, umas houve um paliativo, e outras acredito que irão ser resolvidos; 2. As consequências inesperadas é que se cria uma expectativa diante das reivindicações e as mesmas não chegam a ser executadas; 3. Sim, pode ocorrer alguma discussão entre os representantes; 4. Algumas pessoas ao se expressarem acabam instigando momentos de discussões mais severos, as vezes ocasionam brigas; 5. Sim, em algumas situações os representantes comunitários e levam para um viés político partidário. 6. Não; 7. Não; 8. Sim, pessoal que expõem assuntos que não tem nada haver com o momento, como por exemplo “política”. 9. Não; 10. Não, pois todos são conhecedores dessas ações, visto todos poderem acompanhar através de grupos criados pela coordenadora “Paulinha”. 11. Algumas vezes a gestão ouvi coisas as quais não planejara. As comunidades não perdoam a falta de compromisso dos gestores. 12. Sim, as dificuldades que algumas pessoas alguns representantes relatou em suas comunidades e não foram correspondidas. Não tiveram resposta das suas perguntas.

	<ol style="list-style-type: none"> 13. No Meu ponto de vista não. 14. Sim, quando se faz um orçamento durante um ano na execuções das ações, que está dentro do cronograma de trabalho a serem executadas, algumas obras acabam sendo paralisadas por falta de recursos, acaba passando pra o ano seguinte mesmo fazendo toda parte de orçamento sempre há alguns crescemos que é inevitável acabamos se deparando com esses transtornos mas sempre buscamos a melhor maneira de resolver. Em uma gestão pública sempre tem os altos e baixos a queda de receita durante o ano corrente nunca é 100% esse declive porque depende de outros órgãos públicos. 15. Não. 16. Talvez, demora da burocracia da gestão pública como todo em resolver os problemas e as comunidades são muito imediatista. 17. Não. 18. Não. 19. Não. 20. Não acho que tenha.
<p>3. Em sua análise, o Fórum Comunitário Participativo contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim, o fórum é muito rico de conhecimentos amplos e é onde se reúne diversas opiniões e pessoas que sabem o porquê está ali; 2. Sim, com o fórum comunitário participativo contribuiu para que a comunidade tivesse oportunidade de acesso; 3. Sim; 4. Sim, pois é um canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público, onde a sociedade civil leva suas problemáticas para a Gestão a fim de resolvê-las; 5. Sim, mas e necessário fortalecer essa política. 6. Sim, porque algumas demandas das nossas comunidade vem sendo resolvida. 7. Sim, porque algumas demandas são atendidas e isso melhorou nossas comunidade. 8. Sim 9. Sim. Mas para isso o Fórum precisa ser sempre convocado. Não devendo passar por muito tempo sem a sua convocação. Ou seja, ele tem que ser permanente para que suas finalidades sejam atingidas. 10. Sim, pois torna os membros a par de todas as ações que a gestão tem para resolver, tornando-os corresponsáveis pela resolução destas. 11. Sim, porém penso que deveria ser melhor aplicado e também deveria de melhor respostas aos questionamentos feitos pelas lideranças comunitárias. 12. Sim, porque através dessas conseguimos reunir todos. 13. Com Certeza, pois por meio do conhecimento adquirido através da troca de experiências e discussões podemos enxergar onde necessitava de uma intervenção mais urgente na nossa comunidade. 14. Sim, é através dele que detectamos os problemas nas relevantes nas diversas areias, por cada comunidades que compõe as cinco regiões do município, que é pra podermos trabalha com base nas prioridades citadas nas assembleias gerais realizadas em cada comunidade. Feito esse diagnóstico de planejar ações para garantia dos direitos de todos, pela redução das desigualdades sociais existentes.

	<ol style="list-style-type: none"> 15. Acho que sim, porque as comunidades foram atendidas em algumas demandas. 16. Sim, porque em determinadas comunidades foram realizadas algumas ações em que, foram reivindicar das no fórum comunitário. 17. Sim, pois antes não tinha. E quando tinha era negado. Apenas promessas. 18. Sim, mais acesso a coisa pública e outras coisas. 19. Nós temos sim, com certeza. 20. Contribuiu bastante.
<p>4. Há algum tipo de prestação de contas ou análise dos resultados dos questionamentos, opiniões, pedidos e votações realizadas durante o Fórum Comunitário Participativo?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que eu me lembre no momento até agora foram apresentados os projetos de quanto se gastaria em algumas demandas do município e forma apresentados o quanto se gasta em cada Secretaria; 2. Não houve nenhum tipo de prestação de contas ainda dos pedidos realizados no fórum comunitário participativo, tendo em vista que não foram executados; 3. Sim, o governo sempre nos mostra as ações que foram realizadas; 4. Sim, as Secretarias através dos secretários mostram o que foi feito ou não realizado e qual demanda popular foi resolvida; 5. Sim 6. Sim, foi feita uma prestação de contas das Secretarias. 7. Sim, mas precisa melhorar, por exemplo, foi muito interessante no Fórum da Redonda todas as Secretarias apresentarem suas ações e atividades realizadas; 8. Não. 9. Não presenciei, porém se houver é superficial, deixando-se de adentrar em detalhamentos e entrega de prestações de contas. 10. Ainda não, como disse aconteceram pouquíssimas reuniões. Uma falha a ser corrigida pela gestão municipal. 11. Sim, constante. 12. Sim, em Redonda foi realizada uma prestação de conta com todos os representantes e políticos. 13. Sim, em datas pré-estabelecidas e previamente comunicadas a todos os participantes do fórum, onde nessas reuniões são expostas todas experiências já aplicadas nas comunidades e também se expõe os resultados obtidos. 14. Sim, é fundamental importância que tenha a prestação das contas do que foi gasto durante o ano, porque temos receitas e despesas, e que todos os membros fique informados em que os recursos está sendo gasto corretamente dentro do orçamento anual, o gestor se tentar esconder junto com o legislativo as informações, e percebemos que não está corretas existem as leis onde podemos busca informação através de acessória se existem irregularidades. Causa se comprove a existência de irregularidades recorreremos ao ministério público onde somos orientados e como devemos fazer os encaminhar em tempo hábil e eficiente. 15. Sim, houve uma prestação de contras das ações de todas as Secretarias. 16. Sim, foi realizada má prestação de contas por todas as Secretarias em um encontros do fórum comentário. 17. No momento não teve, mas ficou registrado o que ele fez na nossa comunidade. 18. Teve do que aconteceu no ano e o que vem no próximo ano.

	<p>19. Teve sim prestação de contas do que aconteceu esse ano e do que vai acontecer no próximo.</p> <p>20. Não tem.</p>
<p>5. Em sua análise, o Sr(a). mudaria ou acrescentaria algo ao Fórum Comunitário Participativo para melhorar sua experiência?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tivemos três encontros até agora, vejo que está sendo bem da forma que esta administrado, só vejo que deveriam pensar no tempo que está sendo feito os encontros; 2. Pontualidade nos encontros do fórum comunitário, tempo para que todos os participantes possam expor suas reivindicações e que as mesmas sejam executadas, não fique só no papel; 3. Não; 4. Não; 5. Sim, o fórum tem muito potencial e não deve ser interpretado como um marketing de participação popular, faz se necessário que todas as comunidades conheçam os serviços e limitações pois só assim poderemos propor com efetividade; 6. Sim, que deveria ter mais encontro; 7. Deveria ter mais encontros durante o ano. 8. Sim, que em cada reunião nas comunidades tivessem um momento para a mesma fazer uma amostra ou apresentação de artesanato ou produtos culinários que ali tivesse, isso nas comunidades. 9. Sim, acrescentaria mais especificações sobre alguns detalhes técnicos como termos da Contabilidade, mas que são necessários para se obter um melhor controle social. Além disso, inovaria de modo que seja entregue aos presentes o material utilizado no Fórum Comunitário Participativo, a fim de possibilitar que os representantes possam expô-lo nas suas respectivas comunidades. 10. Tornaria os encontros mensais, deixando claro as ações que foram resolvidas ou que estão em encaminhamento, para todos os membros do Fórum Comunitário Participativo. 11. Faria por grupos comunitários e não todos ao mesmo tempo. Desse modo, ouviria mais as comunidades e proporia sanar os problemas, de modo a tornar o fórum eficaz. Algumas vezes vejo muito marketing e menos respostas. 12. Eu gostaria que tivessem mais encontros das reuniões. 13. Creio que o fórum é uma ferramenta importante para alterar a realidade das comunidades perante seus desafios, recomendaria que as reuniões fossem mais constantes e que este fórum se tornasse um canal de aproximação cada vez maior do poder público com as causas locais e regionais de nossa cidade. 14. Sim, desde de 97 que participo já tenho um pouco de experiência de como funciona mas nem todos tem a mesma experiência era bom que todos estivesse a mesma habilidade nos debates e focasse nas prioridades com mas relevância buscasse mas informações para se fortaleze no ato das discursões, as decisões tomadas no fórum todas são importante no fortalecimento do coletivo compartilhado entre todas as comunidades. Por isso é bom que todos saiba importância dos direitos e deveres de cada um mantendo a responsabilidade de discutimos juntos no coletivo. 15. Que tenha mais encontros. É bom participar. 16. Com certeza, gostaria de sugerir que haja mais encontros, pois é muito importante o funcionamento deste fórum para as comunidades.

- | | |
|--|---|
| | <ol style="list-style-type: none">17. Deve melhorar as reivindicações que não são atendidas, mas sei que não foi feito por causa dos problemas de falta de material, essas coisas.18. O que não gostei no fórum foi a pressa, pois são muitas comunidades para serem discutidas em apenas 2h. Tem que ser no mínimo o dia todo.19. Acho que é pouco tempo para debater os problemas da comunidade.20. Acrescentaria, colocava mensalmente, uma vez por mês um encontro de todos para uma roda de conversa. |
|--|---|

APÊNDICE F**QUADRO DE RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VEREADORES.**

Perguntas	Respostas
1. Qual a percepção do Senhor(a) quanto ao Projeto do Fórum Comunitário Participativo?	<p>21. É uma ação importantíssima para poder aprimorar as decisões comunitárias em prol do povo, sendo assim, tomadas as decisões, ficando assim mais fácil atender as reivindicações.</p> <p>22. Acho fundamental para o desenvolvimento de nosso município.</p> <p>23. Acho de fundamental importância para Icapuí.</p> <p>24. Acho que o Fórum Participativo é uma das melhores ações que um governante venha fazer para com a população, por que são eles (população) que sabem os problemas e condições em que vivem, opinando e sugerindo para nossos governantes.</p> <p>25. Trata-se de um projeto de extrema importância, pois vira o diálogo e aproximação entre o governo e população, fazendo com que o governo tome decisões democráticas, ouvindo o povo.</p> <p>26. A iniciativa do Governo Municipal em realizar o Fórum Comunitário Participativo, é a forma mais respeitosa para com os representantes de associações, possibilitando os mesmos explicitar suas ideias e sugestões de cada comunidade para agregar as ações do Governo.</p> <p>27. Importante, pois no Fórum temos oportunidade de ouvir, visualizar e participar junto ao povo as problemáticas e conquistas em uma visão geral de todos os populares presentes.</p> <p>28.</p>
2. o Senhor(a) participou dos encontros do Fórum Comunitário Participativo? Se sim, narre como foi sua experiência. Se não, informe os motivos de não ter acompanhado os encontros.	<p>21. Sim, por sinal, muito bom ver o povo reivindicando suas prioridades e o melhor é vê a alegria quando são atendidas.</p> <p>22. Participei de várias plenárias. Minhas experiências são muito boas, fundamental como homem público para lutar pelas demandas comunitárias.</p> <p>23. Sim, já participei de algumas plenárias. Tive a honra de participar e aprender sobre o tema, o que foi de fundamental importância para minha vida enquanto servidor público.</p> <p>24. Sim, de várias plenárias em quase todo município pude opinar, contribuir com meu conhecimento na área de saúde pública.</p>

	<p>25. Sim, experiência das melhores possíveis, pois o projeto chega nas comunidades, formando uma roda de conversa, ouvindo da própria comunidade as problemáticas que a comunidade está precisando.</p> <p>26. Sim, a importância de participar do Fórum Comunitário Participativo, possibilita as instituições da sociedade civil fazer parte das ações realizadas pelo Governo Municipal e democraticamente explicitar sua opinião e ressaltar as prioridades de cada região.</p> <p>27. Sim, na Comunidade do Gravier, lá o encontro foi muito importante, onde tivemos a oportunidade de ouvir a comunidade e de ver de perto as dificuldades do povo, e assim está podendo dar encaminhamento para resolução de alguns deles.</p>
<p>3. O Senhor(a) possui algum tipo de resistência a projeto que desenvolvem a democracia participativa, como é o caso do Fórum Comunitário Participativo/</p>	<p>21. Não, porque como falei é uma ação que dá respaldo ao poder público de fazer as ações junto com o povo;</p> <p>22. Não tenho nenhuma resistência, pelo contrário, defendo que seja construído ainda mais movimentos democráticos participativos.</p> <p>23. Não, na verdade, tenho a consciência de como é importante para o poder público promover instrumentos que envolva a população, pois desta forma poderemos por em prática a verdadeira democracia.</p> <p>24. Não, acho que as ações governamentais para com as comunidades devem sair de plenárias nas próprias comunidades, só assim teremos projetos voltados para demanda populacional.</p> <p>25. Não, pois projetos como esse só vem a somar no crescimento e desenvolvimento da cidade e da população.</p> <p>26. O intuito do Legislador proativo é exercer seu cargo para desenvolver projetos, legislar, fiscalizar e ressaltar a importância da participação popular em todas as esferas. As instituições civis têm respaldo e legitimidade para exercer a cidadania através de Fóruns, seminários audiências públicas, fortalecendo as políticas públicas do Município de Icapuí/CE.</p> <p>27. Não, pelo contrário. Acho importante e necessário para o sucesso de uma gestão.</p>

APÊNDICE G

PROJETO DE LEI Nº ____/2019 DE ____ DE _____ DE 2019

CRIA O FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Icapuí aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica criado, na estrutura da Secretaria de Governo, o Fórum Comunitário Participativo do Município de Icapuí/CE (FCP), órgão colegiado de natureza permanente, de caráter propositivo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, formado por representantes comunitários e do Poder Público, da sociedade civil, e articulado pela Secretaria de Governo, por meio da Assessoria de Relações com a Comunidade.

Parágrafo único. O FCP de Icapuí/CE terá caráter deliberativo a respeito das parcelas orçamentárias destinadas a obras públicas, programas governamentais, convênios e patrocínios de atividades artísticas e culturais e caráter fiscalizador e consultivo relativo às demais políticas públicas do Município.

CAPÍTULO II

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 2º O Fórum Comunitário Participativo do Município de Icapuí/CE tem por finalidade possibilitar o diálogo permanente entre o governo e a sociedade, funcionando como um espaço orgânico de discussões e tomada de decisões, consolidando assim o firme propósito de se construir uma gestão participativa e democrática junto a soluções dos problemas e a transparência da coisa pública.

Art. 3º Compete ao Fórum Comunitário Participativo:

I - propor programas, instrumentos, normas e prioridades de políticas públicas municipais;

II – apresentar as demandas prioritárias das comunidades do município de Icapuí/CE, que servirão de referência para a Administração Pública Municipal;

III - fortalecer, monitorar, acompanhar e avaliar a execução e a gestão das políticas municipais e de seus respectivos planos, programas, projetos e ações;

IV - recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos com eficácia e efetividade;

V - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social;

VI - emitir resoluções, orientações e recomendações referentes à aplicação orçamentária das verbas do município;

VII - tornar público e divulgar todos seus atos através dos meios de divulgação do Governo do Município;

Parágrafo único. Compete ao FCP do Município de Icapuí/CE aprovar o seu Regimento Interno e decidir sobre suas alterações.

CAPÍTULO III COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Fórum Comunitário Participativo do Município de Icapuí será formado por 72 (setenta e dois) representantes comunitários, distribuídos entre as 36 (trinta e seis) comunidades do município, ou seja, 02 (dois) representantes por cada comunidade, que serão eleitos em plenárias que ocorrerão a cada 02 (dois) anos em cada uma das comunidades.

Parágrafo único. O Secretário de Governo presidirá o FCP do Município de Icapuí/CE, todavia, sem direito a voto.

Art. 5º O mandato dos membros do FCP do Município de Icapuí/CE terão duração de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito apenas uma única vez.

Parágrafo único. Os membros do FCP do Município de Icapuí/CE serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, por qualquer morador da comunidade que esteja sem representação, enquanto não houver novas eleições, no caso de impedimento.

Art. 6º A participação no FCP do Município de Icapuí/CE será considerada função de relevante interesse público, não remunerada.

Parágrafo único. Serão garantidas as despesas de viagem, hospedagem e alimentação aos representantes comunitários, na forma estabelecida no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. O FCP do Município de Icapuí deverá aprovar seu Regimento Interno, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua instalação.

Art. 8º. Caberá à Secretaria de Governo prover o apoio administrativo, técnico e financeiro e os meios necessários à execução dos trabalhos do FCP do Município de Icapuí/CE.

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos constantes do orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias que se fizerem necessárias ao funcionamento do FCP do Município de Icapuí/CE.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, AOS ____ de _____ de 2019

PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ

ANEXO A

PROJETO FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO DE ICAPUÍ – CE

1. APRESENTAÇÃO

Partindo da premissa de que a conquista da cidadania plena exige de nós uma luta constante que precisa ser construída coletivamente a PMI, através da Secretaria de Governo, na gestão de 2017-2020, resolve criar o Fórum Comunitário de Icapuí. O mesmo pretende ser um espaço permanente e orgânico onde concentraremos esforços na perspectiva da aproximação entre governo municipal e comunidades consolidando nosso firme propósito de construir uma gestão participativa e democrática.

Temos a ousadia de propor estreitar o diálogo entre o governo municipal e as comunidades num espaço permanente de discussões e proposições de políticas públicas respaldadas na vontade popular com vistas à melhoria de vida de nossa gente.

Pretendemos estimular o trabalho integrado entre governo e população na perspectiva da construção de uma gestão compartilhada baseada na criação de uma rede de fortalecimento da participação social em diferentes etapas. Em um primeiro momento visitamos as comunidades de Icapuí definindo prioridades e elegendo representantes. Esta foi uma das etapas do processo – planejamos! Mas isso não basta. Daí surgiu a necessidade do envolvimento das comunidades nas outras etapas do processo como execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas para Icapuí.

Articulamos estes 72 Representantes Comunitários que aceitaram o importante desafio de ser pontes entre a sua comunidade e a gestão municipal promovendo uma mobilização social e unindo esforços para assegurar o exercício de cidadania plena. A mobilização será, sem sombra de dúvidas, o segredo do sucesso deste Fórum. E, seus rumos dependerão da corresponsabilidade de cada uma das pessoas que o compõem e que acreditam que um presente melhor é possível.

2. JUSTIFICATIVA

Ao dar início ao processo de retomada da participação cidadã em Icapuí, é que a Secretaria de Governo priorizou como instrumentos de participação o Plano Diretor Participativo e a elaboração do Plano Plurianual, em que vêm sendo um processo bastante enriquecedor tanto para a comunidade quanto para o poder público, em que se permite construir um diálogo entre o Estado e a Sociedade, de forma que se aponta problemas e ao mesmo tempo se apresenta soluções por meio de sugestões. O mais significativo para

a gestão é a legitimidade de pensar e atuar na cidade com a participação direta da população. No processo de construção cidadã realizado em 36(trinta e seis) comunidades conseguimos atingir um público de mais de 1.200 (Mil e duzentas) pessoas, um público bastante significativo para a democracia que representa 7% da população de Icapuí.

Como desdobramento desses processos foi criado o Fórum Comunitário Participativo composto por 72 (setenta e dois) membros das 36 comunidades de Icapuí para se garantir a continuidade das discussões e resoluções junto às propostas elaboradas pela população.

Diante da grandeza deste instrumento é que a Gestão “Quem Ama Cuida” resolveu priorizar em suas práticas e atuações estratégicas o referido Fórum, garantindo assim, um canal de fala, de discussões, de proposições junto às decisões da coisa pública, incentivando o despertar da participação social, bem como, da prestação de contas à sociedade, da devolutiva de informações e ações realizadas por parte do poder público.

Assim salientamos que os princípios de gestão compartilhada serão e estarão sendo realizados junto ao cerne comunitário por meio, de um processo que se reinventará através da mobilização, participação e discussão entre poder público e comunidade gerando novos encaminhamentos de práticas que resultarão na melhoria da qualidade de vida da população.

OBJETIVO GERAL:

Possibilitar o diálogo permanente entre o governo e a sociedade, sendo um espaço orgânico de discussões e tomadas de decisões, consolidando assim o firme propósito de se construir uma gestão participativa e democrática junto a soluções dos problemas e a transparência da coisa pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Monitorar as políticas públicas junto às execuções de ações e atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais;
- Desenvolver processos de formações junto aos membros do Fórum numa perspectiva de trabalhar a cidadania ativa nos territórios locais;
- Fortalecer e formar novos líderes comunitários;
- Realizar encontros regionais com os membros do Fórum para discutir temáticas específicas envolvendo as Secretarias municipais nas resoluções de problemas e demandas;

- Tornar o Fórum um canal de diálogo permanente entre o poder público e a sociedade;
- Trabalhar no processo de condução como um diferencial pautado na pedagogia da alternância, esta que enfocará a interação entre os membros do Fórum e seu cotidiano.

**CRONOGRAMA
ENCONTROS BIMESTRAIS DO FÓRUM
2018**

ATIVIDADE	FOCO DO ENCONTRO	MÊS	DATA	LOCAL
1. Encontro do Fórum Comunitário Participativo	Apresentação de Resultados de ações das Secretarias (ano de 2017)	JANEIRO	30	A DEFINIR
2. Encontro do Fórum Comunitário Participativo	Negociação com o Prefeito onde priorizar ações (quais comunidades)	MARÇO	28	A DEFINIR
3. Encontro do Fórum Comunitário Participativo		MAIO	30	A DEFINIR
4. Encontro do Fórum Comunitário Participativo		JULHO	25	A DEFINIR
5. Encontro do Fórum Comunitário Participativo		SETEMBRO	26	A DEFINIR
6. Encontro do Fórum Comunitário Participativo		NOVEMBRO	28	A DEFINIR

ATIVIDADES PARALELAS AOS ENCONTROS DO FÓRUM COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO

ATIVIDADE	FOCO DO ENCONTRO	MÊS	DATA	LOCAL
1. Encontro Regional da Região I (Ariza, Assentamento Vila Nova, Gravier, Barrinha de Manibu, Manibu, Córrego do Sal, Peixe Gordo, Melancias	Palestra sobre a importância da Pedagogia da Alternância	Fevereiro		A DEFINIR

de Cima, Melancias de Baixo, Morro Pintado, Tremembé, Ibicuitaba e Quitérias).				
2. Encontro Regional da Região II (Olho D'água, Jardim Paraíso, Centro, Berimbau, Salgadinho, Cajuais, Requenguela, Barrinha de Mutamba, Serra de Cajuais, Mutamba, Serra de Mutamba e Serra do Mar)	Palestra sobre a importância da Pedagogia da Alternância	Fevereiro		A DEFINIR
3. Encontro Regional da Região III (Barreiras de Cima, Barreiras da Sereia, Vila Nova, Picos, Peroba, Fazenda Belém, INCRA, Assentamento São Francisco, Redonda, Ponta Grossa e Retiro Grande).	Palestra sobre a importância da Pedagogia da Alternância	Fevereiro		A DEFINIR
4. 03 Encontros Regionais para discutir a importância da Formação de Liderança	Palestra com Alberto Teixeira	Abril		A DEFINIR